



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA**



**ENTIDADE MANTENEDORA:  
INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA**

**Diretoria:**

Agnello Correa de Castilho ..... Presidente  
Job Rodrigues de Moraes ..... Diretor Vice-Presidente  
Wellington Werner ..... Diretor Secretário  
Lélia Monteiro de Melo Bronzeti ..... Diretora Vice-Secretária  
Alberto Luiz Cândido Wust ..... Diretor Tesoureiro  
José Severino ..... Diretor Vice-Tesoureiro  
Eleazar Ferreira ..... Reitor

ISSN 0104-8112

# **TERRA E CULTURA**

Ano XIX - nº 36 - janeiro a junho de 2003

## **CONSELHO EDITORIAL**

### ***PRESIDENTE***

Tadeu Elisbão

### ***CONSELHEIROS***

Ademir Morgenstern Padilha

Damare Tomasin Biazin

João Juliani

Joaquim Pacheco de Lima

José Martins Trigueiro Neto

Juliana Harumi Suzuki

Maria Eduvirges Marandola

Marisa Batista Brighenti

# **CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA**

## **REITOR:**

Dr. Eleazar Ferreira

## **PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO:**

Prof<sup>ª</sup>. Vera Lúcia Lemos Basto Echenique

## **COORDENADORA DE CONTROLE ACADÊMICO:**

Prof<sup>ª</sup>. Alice Cardamone Diniz

## **COORDENADORA DE AÇÃO ACADÊMICA:**

Prof<sup>ª</sup>. Vera Aparecida de Oliveira Colaço

## **PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS GRADUAÇÃO E EXTENSÃO:**

Prof. Nardir Antonio Sperandio

## **COORDENADOR DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS:**

Prof. Tadeu Elisbão

## **COORDENADORES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO:**

Administração	Prof. Luís Marcelo Martins
Arquitetura e Urbanismo	Prof. Gilson Jacob Bergoc
Ciências Biológicas	Prof <sup>ª</sup> . Célia Regina Góes Garavello
Ciências Contábeis	Prof. Eduardo Nascimento da Costa
Direito	Prof. Osmar Vieira da Silva
Enfermagem	Prof <sup>ª</sup> . Damares Tomasin Biazin
Farmácia	Prof <sup>ª</sup> . Lenita Brunetto Bruniera
Fisioterapia	Prof <sup>ª</sup> . Gladys Cely Faker Lavado
Nutrição	Prof <sup>ª</sup> . Gersislei Antonia Salado
Pedagogia	Prof <sup>ª</sup> . Mariana Josefa Carvalho de Almeida
Psicologia	Prof. João Juliani
Secretariado Executivo	Prof <sup>ª</sup> . Izabel Fernandes Garcia de Souza
Tecnologia em Proc. de Dados	Prof. Adail Roberto Nogueira
Teologia	Prof. Rev. Silas Barbosa Dias
Turismo	Prof <sup>ª</sup> . Thaís Berbert





## SUMÁRIO

<b>ENTIDADE MANTENEDORA .....</b>	<b>III</b>
<b>TERRA E CULTURA .....</b>	<b>V</b>
<b>CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA .....</b>	<b>VII</b>
<b>EDITORIAL .....</b>	<b>1</b>
<b>DO CESULON À UniFil .....</b>	<b>3</b>
Agnaldo Kupper	
<b>DO DEVER DE FIDELIDADE E DA PROVA DA INFIDELIDADE CONJUGAL NA INTERNET .....</b>	<b>10</b>
Tereza Rodrigues Vieira	
<b>A EDUCAÇÃO INDÍGENA E SUA EXPROPRIAÇÃO PELO HOMEM NÃO- ÍNDIO .....</b>	<b>18</b>
Dagmar Pereti	
Karina Toledo de Araújo	
Simone Varela	
<b>O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NAS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO ASSISTENCIAL A CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS.....</b>	<b>27</b>
Selma Frossard Costa	
<b>ECO-ARQUITETURA: CONSIDERAÇÕES PARA O INCREMENTO DO TURISMO ECOLÓGICO .....</b>	<b>39</b>
Juliana Fernandes Meda	
Juliana Harumi Suzuki	
<b>ARBORIZAÇÃO URBANA .....</b>	<b>51</b>
João Henrique Bonametti	
<b>COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....</b>	<b>56</b>
Gílson Jacob Bergoc	



**TRABALHO DO MENOR: UM OLHAR DIFERENTE..... 82**

Monica Marcello

Nancy Kazumi Ishikawa

Lydia Akemy Onesti

**BURNOUT- UMA AMEAÇA À INTEGRIDADE DO TRABALHADOR  
COM SÉRIOS PREJUÍZOS ÀS ORGANIZAÇÕES..... 91**

Anna Thais Cantoni Fritche

**MANUAL DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA  
MICROEMPRESA ..... 103**

Maria Cristina Gertrudes de Lima

Adalberto Brandalize

**ÚLCERA DE PRESSÃO EM PACIENTES COM LESÃO MEDULAR:  
UM PROBLEMA COSTANTE? .....117**

Alexsandro de Oliveira Dias

Simone Yuriko Kameo

Mitiko Moroóka

**O PRIMEIRO BANHO NO LEITO: IMPACTO E SENTIMENTOS  
DOS ALUNOS DE ENFERMAGEM..... 127**

Alexsandro de Oliveira Dias

Ilka Mari Ikebuti

Adriana Bueno Pereira

Liz Carolina da Silva

Patrícia Eiko Ito

Iwa Keiko Aida Utyama

**O PROCESSO GRUPAL EM ENFERMAGEM COMO ESTRATÉGIA  
DE PROMOÇÃO DA SAÚDE ..... 138**

Andréia Bendine Gastaldi

Alda Ap. Mastelaro Hayashi



## EDITORIAL

TERRA E CULTURA nesta ocasião dá a público este seu N.º 36, iniciando a sua programação editorial para o corrente ano de 2003, o 19º da sua existência profícua, semeando idéias e fazendo pensar.

Neste período em que o Centro Universitário Filadélfia (UniFil) expandiu-se sobremaneira e consolidou ainda mais a sua posição no cenário educacional do país, a Revista também viu-se robustecida.

Cresceu o número de instituições de ensino superior (IES) e de pesquisa que passaram a figurar na mala-direta para recebimento de exemplares a cada edição. O ingresso desses novos destinatários deu-se por iniciativa das próprias Instituições, que formalizaram o seu interesse através das respectivas Bibliotecas.

Neste contexto TERRA E CULTURA vê ampliar a sua área de abrangência a cada ano, fato que consubstancia um dos seus objetivos, claramente estabelecido pelo Conselho Editorial. Paralelamente têm sido firmados contratos de permuta com Instituições que também publicam periódicos de divulgação científico-cultural, o que é muito salutar para a UniFil, e também para os novos parceiros.

O N.º 36 está rico e atraente através dos 13 artigos que foram selecionados para integrá-lo. Mesmo assim a Revista encontra-se permanentemente receptiva a críticas e sugestões, bem como a novos artigos para compor os N.º 37, 38 ...

**O Conselho Editorial**







## DO CESULON À UniFil

\* *Agnaldo Kupper*

### RESUMO

O Centro Universitário Filadélfia (UniFil) surge em 2001 como extensão de todo um projeto sócio-educacional iniciado a partir da estruturação do Instituto Filadélfia de Londrina na década de 1940.

Desde 1972, a partir da autorização para funcionamento do Centro de Estudos Superiores de Londrina (CESULON), o ensino superior do Instituto Filadélfia de Londrina concretiza-se, completando, neste 2003, trinta e um anos.

**PALAVRAS-CHAVE: UniFil; Ensino; Estruturação; Cesulon.**

### ABSTRACT

Philadelphia University Center was founded in 2001 as a result of a complex social educational project, which started with the foundation of the Philadelphia Institute of Londrina in the 1940s.

In 1972, with the authorization granted for the operation of the Londrina Center of Higher Education, the undergraduate level of the Philadelphia Institute of Londrina got started, coming to its thirtieth-one anniversary this year (2003).

**KEY-WORDS: UniFil; Teaching; Structuralization; Cesulon.**

---

\*Docente em vários cursos da UniFil.

Docente no Ensino Médio.

Doutorando na área de História e Sociedade.

Escritor.

*E-mail:* ateneucpv.com.br

## O CENÁRIO DE UM SURGIMENTO

Em 1972, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (iniciado em 1969), o regime da ditadura militar imposto ao Brasil atingia o auge da violação dos direitos civis e humanos: censura, prisões, cassações, exílio, assassinatos, torturas. Paralelamente, impunha-se ao país um modelo econômico industrializante, apoiado no capital estrangeiro e na participação ativa do Estado como agente econômico. O Produto Interno Bruto brasileiro crescia em média 10% ao ano: era o chamado “milagre brasileiro”. Na esteira deste falso milagre, nasceram a EMBRAER, a EMBRAFILME, o sistema DDD, *slogans* e atitudes ufanistas.

O Brasil pensava crescer ao construir a Transamazônica, o Perimetral, a Cuiabá-Santarém.

A educação brasileira neste “Brasil Grande” apregoado pelos militares assistia à queda da taxa de analfabetismo e a população em idade pré-escolar, desassistida na década de 1960, via crescer as matrículas na pré-escola, as quais mais que quintuplicaram até 1972. Também entre 1960 e 1972, duplicou-se o corpo docente do antigo primeiro grau (atual ensino fundamental) e triplicou-se o número de professores no segundo grau (atual ensino médio) e nas universidades.

Na função de formar pesquisadores de alto nível, no biênio 1970-1971, 2.683 alunos concluíram o mestrado e apenas 87 terminaram o doutorado no país. Estes números aumentaram significativamente a partir de 1972.

Em 1960, para cada mil alunos matriculados no então 1º grau, 4,7 concluíam o curso superior; em 1972, esse número já ultrapassava a 20.

Entretanto, a estrutura educacional no Regime Militar atendia às necessidades de um determinado tipo de industrialização e desenvolvimento, atrelado ao capital estrangeiro, excluindo dos seus benefícios parcelas significativas da população, refletindo as contradições do modelo de desenvolvimento implantado.

Em 1970 foi criado o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), ostentado como um dos orgulhos da Ditadura. Pretendia erradicar o analfabetismo adulto do país, mas contrariou estas expectativas. Viu, nos anos que se seguiram, aumentar o número de analfabetos, já que o processo de alfabetização acompanhou, em linhas gerais, a concentração do desenvolvimento industrial.

O movimento dos excedentes (aprovados nos vestibulares que não tinham vagas nas universidades) teve grande força nos anos 60 do século passado. Já no início da década de 1970, o regime militar achou ter a solução: ampliar as vagas, apoiado na criação de cursos superiores particulares. Para que se tenha idéia do

afirmado, em 1960, do total de universitários, 44,3% estudavam em escolas particulares; em 1972, esta porcentagem já chegava a 55%.

É neste cenário brasileiro que surgiu o CESULON (Centro de Estudos Superiores de Londrina), há muito imaginado pelo professor Zaqueu de Melo (1914-1979), não como um sonho que viria ao encontro do regime ditatorial, já que na década de 1950 tal perspectiva era idealizada. Mas, se o cenário nacional passava a ter ênfase no ensino superior particular, esta era a hora!

## SONHO ANTIGO

Em 28 de novembro de 1950, o Instituto Filadélfia de Londrina já modificava o seu estatuto, passando a Letra B a ter a seguinte redação: “Organizar oportunamente os seguintes cursos: primário, admissão, comercial, ginásial e cursos superiores, de acordo com as leis vigentes no país”. Pretendia-se, inicialmente, estruturar a Faculdade de Filosofia.

Eleito e reeleito deputado estadual a partir de 1945, o professor Zaqueu de Melo afastara-se da direção do IFL. Em 1956, na condição de parlamentar do Estado do Paraná, apresentou projeto à Assembléia Legislativa. Na véspera da aprovação, tal projeto foi modificado: não seria uma faculdade particular privada vinculada ao Instituto Filadélfia, e, sim, de ensino público; nascia a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina.

Após abandonar, com renúncia, a condição de deputado, o professor Zaqueu voltou ao comando do IFL.

A expansão rápida do Instituto Filadélfia, mesmo com críticas à atuação do professor Zaqueu, fez com que seus diretores resolvessem pela transferência da base física do Instituto para a Rua Antonina (atual Avenida Juscelino Kubitschek), a partir da década de 1960. Tal transferência fez com que o IFL, no mesmo ano de 1972, vendesse os imóveis da Rua Santos.

A demolição dos prédios da Rua Santos teria sido adiantada devido aos rumores de que a transação com J. Alves Veríssimo poderia ser embargada; afinal o terreno teria sido vendido a preço simbólico aos fundadores do antigo Ginásio Londrinense em 1939, com a prerrogativa de servir exclusivamente a um projeto educacional, mesmo o dinheiro obtido com a venda sendo reinvestido com a mesma finalidade. Antes mesmo que os edifícios da Rua Santos fossem derrubados, outro prédio (orçado em um milhão de cruzeiros) estava sendo erigido na Rua Antonina ou, como queriam, Avenida JK. Na localidade já funcionava o Teatro Filadélfia, inaugurado em 1965. O Colégio Londrinense também funcionava ao lado do teatro, tendo sido cedido por comodato de quatro anos (ao



que consta gratuitamente) para a Universidade Estadual de Londrina instalar os cursos de Ciências Econômicas e Administração de Empresas.

Mas para que serviria então a compra de mais um terreno ao lado do Colégio e do Teatro? Para que fosse erguido o complemento de todo o projeto educacional imaginado: o ensino superior.

Em 1972, o IFL mantinha os cursos Ginásial, Colegial de Química, Colegial de Contabilidade, Colegial de Secretariado e Colegial de Magistério. Nesse mesmo 1972, surgia o CESULON, conforme Decreto Presidencial de nº 70.939, de 04 de agosto, do presidente militar Médici, com matrícula inicial de 534 alunos.

## **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO**

DIÁRIO OFICIAL – SEÇÃO I – PARTE I – ANO CX

Nº 149 – SEGUNDA-FEIRA, 07 DE AGOSTO DE 1972 PÁG. 6994

### **DECRETO Nº 70.939 – DE 04 DE AGOSTO DE 1972**

- Autoriza o funcionamento do CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE LONDRINA-PR.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 81, Item III, da Constituição, de acordo com o Artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de Novembro de 1.968, alterada pelo Decreto-Lei nº 842, de 09 de Setembro de 1969, e tendo em vista o que consta no Processo 333-72 CFE, do Ministério da Educação e Cultura, decreta:

**Art. 1º** - Fica autorizado o funcionamento do Centro de Estudos Superiores de Londrina, com os Cursos de Pedagogia, Psicologia, Ciências Sociais e Matemática, mantido pelo Instituto Filadélfia de Londrina, com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

**Art. 2º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 04 de agosto de 1.972; 151º da Independência e 84º da República.

**Emílio G. Médici**

(CONFÚNCIO PAMPLONA)

Ainda em 1972, o Instituto Filadélfia passaria a ter os seus primeiros cursos superiores, com o Centro Universitário de Londrina (CEULON), depois transformado em Centro de Estudos Superiores de Londrina (CESULON), dirigido até 1986 pelo professor Antônio de Godoy Sobrinho. Psicologia, Pedagogia, Matemática (posteriormente convertido em Ciências de Primeiro Grau, Habilitação em Matemática) e Ciências Sociais foram os cursos autorizados para funcionamento inicial.

Dentro das propostas do CESULON, quando definitivamente criado e autorizado a funcionar, estavam: “Formar profissionais e educadores, atender a todos os níveis de educação, realizar pesquisas nos vários domínios que constituam seu objeto de ensino, além de colaborar com outras entidades públicas e privadas para o estudo dos problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural do país”.

No primeiro concurso vestibular do Centro de Estudos Superiores de Londrina, inscreveram-se 738 candidatos, para um total de 450 vagas ofertadas. Concretizado tal concurso, 441 alunos foram matriculados.

## **DO CESULON À UniFil**

Aos primeiros quatro cursos oferecidos, juntaram-se, com o tempo, Enfermagem, Arquitetura e Urbanismo, Tecnologia em Processamento de Dados, Nutrição, Ciências Contábeis, Administração e Licenciatura Biológicas.

Devido à expansão da oferta de ensino superior em Londrina e região, e dispor de condições didático-pedagógicas, foram encaminhados para o Ministério da Educação, para aprovação, projetos para a implantação dos cursos de Direito, Tecnologia e Sistemas de Informação.

Em março de 1990, foi enviada solicitação ao Ministério da Educação para a transformação do CESULON em Universidade.

Em abril de 2001, através do Decreto de 24/04/2001, D.O.U. de 25/04/2001, foi credenciado o Centro Universitário Filadélfia – UniFil, por transformação do Centro de Estudos Superiores – CESULON, pelo prazo de 3 (três) anos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Talvez como a única esperança de ascensão vertical social, investe-se mais em educação. Proliferam-se, neste início de século, as faculdades particulares, tomando o espaço do ensino superior público.

O analfabetismo, a quantidade ainda exagerada de crianças fora da escola, a seletividade (onde, de cada cem alunos que ingressam no ensino fundamental, cerca de cinco deles chegam ao ensino superior), a estrutura dos prédios escolares públicos, o salário defasado dos professores, a desigualdade com os gastos em educação, ainda são problemas crônicos no Brasil.

Mas os números da educação brasileira do Censo-2000 podem ser vistos ao mesmo tempo como otimistas e pessimistas. Depende do ângulo que se queira enfocar.

Os pessimistas podem ressaltar que a tese de escolarização de crianças entre 0 e 3 anos é de 11,6%. Podem afirmar que cerca de um terço da população (31,4%) com mais de dez anos de idade pode ser considerada analfabeta funcional. Podem apregoar que 59,9% da população brasileira com mais de dez anos não conseguiram concluir o ensino fundamental I.

Os otimistas, porém, podem comparar estes números com os de 1991. Nesta comparação, a taxa de escolarização cresceu em todas as faixas etárias: na faixa dos cinco e seis anos, pulou de 37,2% em 1991 para 71,9% em 2000; entre os de idade entre 7 e 14 anos, o país atingiu 94,9% das crianças na escola (79,5% em 1991); o número dos que faziam cursos de alfabetização de adultos saltou de 79 mil em 1991 para 536 mil em 2000; o ensino médio cresceu 209%, com a inclusão de 4,7 milhões de jovens.

No topo, também houve crescimento: em 1991, cerca de 52 mil faziam mestrado ou doutorado, em um incremento de 319%.

No ensino superior, a seletividade era maior em 1991: apenas 3,6% formavam-se no ensino superior; em 2000, o percentual passou para 4,1% da população.

De qualquer forma, a presença do poder público é muito tímida no ensino superior (29,1% dos estudantes).

Claro que o censo trata o Brasil como um todo. Caso queiramos particularizar os dados, basta que citemos que no Piauí, no Maranhão e na Paraíba, mais da metade da população com mais de dez anos tem menos de três anos de estudo.

Neste cenário de otimismo e pessimismo, o Centro Universitário Filadélfia edifica-se como mais um braço do Instituto Filadélfia, que está há 57 anos atuando com visão social e educacional. Cresce em bases concretas e vivas nestes seus 31 anos de ensino superior.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KUPPER, A.; CHENSO, P.A. **História crítica do Brasil**. São Paulo: FTD, 1998.

**Jornal do Cesulon** – edições diversas.

**Jornal Folha de Londrina** – edições diversas.

**Jornal de Londrina** – edições diversas.

ZORTEA, A. J. **Londrina através dos tempos e crônicas da vida**. São Paulo: Juriscredi, 1975.





## DO DEVER DE FIDELIDADE E DA PROVA DA INFIDELIDADE CONJUGAL NA INTERNET

*\* Tereza Rodrigues Vieira*

### RESUMO

Com a popularização da Internet, aumentaram os problemas jurídicos dela decorrentes, atingindo inclusive a união estável e o casamento. No universo virtual surgiram “relacionamentos” que aguçaram a libido, a sexualidade dos internautas. Destarte, nosso objetivo é discutir a contribuição destes envolvimento para a caracterização ou não da infidelidade conjugal e do adultério através da Internet como motivos ensejadores da separação ou divórcio do casal.

**PALAVRAS-CHAVE: Internet; Casamento; Infidelidade.**

### ABSTRACT

With the popularization of the Internet, legal problems based on it have been increasing, even reaching stable unions and marriage. In the virtual universe, “relationships” appeared stimulating libido, the so-called “internauts’ sexuality”. Thus, our goal with the present work is to discuss the contribution of such involvement for the characterization or not of conjugal infidelity and adultery through the Internet as reasons to cause the couple’s separation or divorce.

**KEY-WORDS: Internet; Marriage; Infidelity.**

---

\* Doutora em Direito Civil pela PUC-SP/Université de Paris. Espec. em Direitos Difusos e Coletivos pelo Ministério Público de São Paulo. Espec. em Bioética pela USP. Professora/pesquisadora dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito e Enfermagem da UniABC (SP), Unicastelo (SP) e Unipar (PR). Membro da Sociedade Brasileira de Bioética. Diretora do Núcleo de Biodireito, Bioética e Sexualidade da Seccional OAB-SP.

*E-mail: terezavieira@uol.com.br*

## 1. INTRODUÇÃO

**Toda a sociedade foi atingida pela revolução provocada pela Internet, inclusive o casamento sofreu o impacto desta nova tecnologia da informação.**

As salas de *chat* estão repletas de internautas procurando um interlocutor, fazendo uso dos mais diferentes nicks: “solteiro”, “casado”, “sozinho”, “noivo”, “amante”, “carente”, etc. Cada um tenta ser mais atrativo que o outro para captar a atenção daquele que está do outro lado.

Neste universo virtual, surgem relacionamentos de amizade, de namoro, de noivado, chegando até o casamento. Mesmo os mais céticos, que se recusavam a se relacionar com uma máquina, hoje se vêem envolvidos com pessoas “sem rosto”; afinal, a sexualidade também pode ser fruto da imaginação.

Trata-se, sem dúvida, de um meio inteligente que aproxima as pessoas sem que estas se “mostrem” verdadeiramente, visto que a pessoa poderá mentir em relação a tudo, inclusive se é homem ou mulher, jovem ou idosa, alta ou baixa, magra ou gorda, solteira ou casada. Tudo depende do poder de convencimento através das palavras, da sua persuasão, consoante, é claro, com a vulnerabilidade ou carência do interlocutor.

Contudo, nosso objetivo primordial com o presente trabalho não é discutir a solidez da relação entre os internautas, mas a contribuição ou não desse envolvimento para a desestabilização do casamento ou da união estável. Poderemos averiguar em que medida este compromete a fidelidade conjugal, um dos deveres do casamento criado pelo legislador para soffrear a infidelidade humana.

## 2. DEVER DE FIDELIDADE

A infidelidade pode estar mais relacionada ao orgulho ferido e a mentiras que o cônjuge conta, do que com o orgasmo que se obtém com o auxílio de outrem.

Sucede que o casamento impõe determinados direitos e deveres para ambos os consortes. Assim, prescrevem os incisos I e V do art. 1566 do novo Código Civil a fidelidade recíproca e o respeito e consideração mútuos como deveres de ambos os cônjuges (art. 231, I do CCB de 1916). Cabe ressaltar que o Cód. Civil de 1916 não previa o “respeito e consideração mútuos” como um dos deveres; portanto, discute-se aqui a inserção da infidelidade virtual

reiterada e comprovada como infração também do disposto no art. 1.573, VI, por conduta desonrosa, com exercício repetido de prática de sexo virtual com um interlocutor.

Menciona-se ainda o disposto no art. 5º da Lei 6.515, Lei do Divórcio, o qual assevera que a separação judicial pode ser pedida por um só dos cônjuges quando imputar ao outro **conduta desonrosa** ou qualquer ato que comporte em **grave** violação dos deveres do casamento e torne insuportável a vida em comum (g.n.). Assim, não é qualquer ato praticado com pessoa “sem identidade” que irá caracterizar uma grave violação aos deveres do casamento, tornando a vida em comum intolerável.

No dizer de Maria Helena Diniz, “*o dever moral e jurídico de fidelidade mútua decorre do caráter monogâmico do casamento e dos interesses superiores da sociedade, pois constitui um dos alicerces da vida conjugal e da família matrimonial.*”<sup>1</sup>

Enuncia o art. 137 do Cód. Civil venezuelano que “*del matrimonio deriva la obligación de los cónyuges de vivir juntos, guardarse fidelidad y socorrerse mutuamente.*”

O art. 212 do Cód. Civil francês, por sua vez, prescreve que os esposos se devem mutuamente fidelidade, socorro e assistência. A lei impõe a fidelidade, não o sentimento.

Prescreve o art. 1.2 do Código de Família da Catalunha que “*los cónyuges deben guardarse fidelidad*” e respeito mútuo.

O art. 1.672º do Cód. Civil português estabelece que os cônjuges estão reciprocamente vinculados pelos deveres de respeito, fidelidade, coabitação, cooperação e assistência.

O art. 153 do Cód. Civil paraguaio encerra que o matrimônio cria entre os esposos uma comunidade que os obriga à vida conjugal, a dignificar o lar e a sua mútua proteção, fidelidade e assistência, bem como prover o sustento, guarda e educação dos filhos.

O Código Civil argentino, através do seu art. 184, estabelece que

*“los esposos están obligados a guardarse fidelidad, sin que la infidelidad del uno autorice al otro a proceder del mismo modo. El que faltar a esta obligación puede ser demandado por el otro, o civilmente por acción de divorcio, o criminalmente por acusación de adultério.”*

É evidente que um cônjuge não precisa estar ainda apaixonado pelo outro consorte, mas possui o dever de fidelidade.

---

1: **Curso de direito civil brasileiro**, v. 5: Direito de família, 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 123.

### 3. DA PROVA DA INFIDELIDADE E SUA REPARAÇÃO

Importante é ressaltar que a traição não se restringe ao casamento, mas o adultério sim. Assim, se houver traição, a parte ofendida poderá demandar também indenização por dano moral. Neste caso, o Juiz analisará as conseqüências que o fato aportou à vítima, bem como a intensidade do constrangimento e da dor provocados pela ofensa. Além disso, verificará as condições econômicas de ambos.

Outra questão bastante debatida é concernente à prova desta suposta infidelidade. Pergunta-se: podem as cópias impressas dos bate-papos e *e-mails* ser consideradas documentos? É possível assegurar a sua veracidade e autenticidade?

Escreve Renato Opice Blum que, por intermédio de recursos técnicos, é factível a mudança de documentos digitais sem deixar vestígios. Contudo, por meio da técnica da certificação eletrônica, pode-se assegurar a autenticidade e veracidade de um documento eletrônico, atribuindo-lhe, portanto, validade jurídica. Assim, os que dispõem da assinatura digital já podem realizar troca de documentos e informações pela rede, com segurança física e jurídica.<sup>2</sup>

Para Chiovenda, documento é a representação material destinada a reproduzir determinada manifestação do pensamento, enquanto que Carnelutti expressa ser o elemento da manifestação do pensamento representativo de um fato. Para este, a autenticidade de um documento refere-se à coincidência entre o autor aparente e o autor real.<sup>3</sup> Assim, considerando estas noções do conceito, o flerte impresso entre desconhecidos não configura prova alguma de adultério ou infidelidade. Prova a ocorrência de uma conversa, por vezes, mentirosa ou fantasiosa. Ademais, a autoria por vezes não é segura.

O documento eletrônico, por sua vez, segundo defende Ivo Teixeira Gico Júnior, é uma *“coisa que serve para representar outro, pensamento ou fato, e tem o caráter de perpetuidade, durabilidade, comum aos documentos.”*<sup>4</sup> A nosso ver, este “bate-papo” não tem a intenção de perpetuidade, pois normalmente são apagados dos acessos principais. E, quanto aos relacionamentos, estes são efêmeros, pelo menos até que os interlocutores se conheçam pessoalmente.

2: A Internet e os tribunais. **Revista Literária de Direito**. São Paulo: Jurídica Brasileira, fev./mar. de 2001, p. 28.

3: *Apud* GICO JÚNIOR, Ivo Teixeira. O arquivo eletrônico como meio de prova. **Repertório IOB de Jurisprudência**, n. 15/2000. Caderno 3, p. 329.

4: *Idem*, *ibidem*, p. 328.

É preciso que reste claro que não estamos negando validade aos documentos obtidos por via eletrônica, nem afirmando que as pessoas não possam se apaixonar via Internet. Referimo-nos especificamente aos *chats*, bate-papos ou *e-mails* trocados entre pessoas que não informam sua verdadeira identidade. Se não o fazem significa que aquilo para elas pode ser uma brincadeira. Será assim considerado, desde que não haja infração penal alguma (por exemplo: ameaças de mal injusto e grave, dependendo do caso).

Entendemos que o disposto nos arquivos poderá ser objeto de prova; aliás, freqüentemente constatamos pelos meios televisivos, em casos de fortes indícios de fraudes, o recolhimento dos computadores dos suspeitos. É evidente que, neste caso, a apreensão do aparato não será autorizada, mas a entrega dos *e-mails* poderá ocorrer.

Passa-se assim a discutir se houve ou não invasão de privacidade e se a prova obtida é lícita ou não.

Prescreve o art. 152 do Código Penal que a divulgação, “sem justa causa”, de conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem, é crime contra a inviolabilidade de segredo, cuja pena é de detenção, de 1 a 6 meses, ou multa; e somente se procede mediante representação.

O sujeito passivo será aquele que sofreu o dano, portanto o cônjuge “infidel”, caso o outro divulgue e-mail recebido ou o histórico do bate-papo. O documento particular é, normalmente, sigiloso. A vida privada deve ser preservada e o consentimento do ofendido afasta o crime.

Contudo, o Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo já decidiu que: “*Havendo justa causa para divulgação do segredo, o fato é atípico, constituindo constrangimento ilegal o indiciamento do agente em inquérito policial*”.<sup>5</sup>

Destarte, se em ação civil, o cônjuge junta *e-mail* ou histórico de bate-papo impresso de correspondência trocada pelo outro cônjuge, onde revela-se sua deslealdade, configura a justa causa, portanto, não se caracteriza o crime de divulgação de segredo prescrito no art. 152 do Cód. Penal.

Também o inc. XII do art. 5º da Constituição Federal de 1988 prescreve a inviolabilidade do sigilo de correspondência.

É evidente que o cônjuge “traidor” também tem o direito à livre expressão de pensamento garantida pelos incisos IV e IX do art. 5º da CF. Isto o cônjuge traído não poderá dele tirar. Sucede que pessoas casadas têm sua liberdade mais restrita que as solteiras. Por vezes, esta comunicação às escondidas que ele

5: RHC – Rel. Lauro Malheiros – In RT 515/354.

mantém, esta paquera, pode afetar a honra do cônjuge, dependendo do conteúdo das mensagens. A vida em comum impõe restrições que devem ser seguidas para o bom andamento da vida do casal e do relacionamento. Na liberdade de expressão não se inclui o direito a difamar, insultar ou revelar segredos e particularidades que não interessam a mais ninguém.

Se o casal já não vive bem, já não se comunica, já não é cúmplice, a Internet apenas acelera o processo e proporciona mais oportunidades de se conhecerem novas pessoas com o intuito de colmatar lacunas afetivas. Se a relação não estiver abalada, a relação virtual não terá nenhuma importância para o cônjuge traidor. Há que se enfatizar também que, se a pessoa que frequenta as salas de bate-papo conhece as regras, e o anonimato é uma delas, dificilmente se conseguirá provar que jamais desconfiou da idoneidade da informação recebida pelo internauta. Ao adentrar o *chat*, a pessoa deverá inserir um *nickname*. Este é o apelido, não o nome. Estes *chats* são voltados para o lazer, descontração, não são sérios como os *sites* destinados ao comércio eletrônico, por exemplo.

Segundo o magistrado catarinense, Alexandre Rosa,

*“Assumido o Paradigma do Desamor, basta a vontade deliberada de um não querer mais viver junto para efeito de separação judicial, sendo absolutamente inconstitucional (em face do princípio da dignidade humana) a necessidade de comprovação da existência da infidelidade virtual e a insuportabilidade da vida em comum.”*<sup>6</sup>

Em havendo elementos identificativos, dependendo da avaliação do dano causado, e dos elementos de “credibilidade” demonstrados, não descartamos a hipótese de uma eventual responsabilização. Entretanto, é bastante improvável o convencimento de que alguém que transite pelo intrincado mundo cibernético ainda confie em promessas tão sérias e desprovidas de substâncias mais concretas. Essa pessoa aceitou o risco do seu interlocutor ser um adolescente, uma mulher, um homem casado, ou com doenças irremediáveis, etc., que ocultou suas reais características.

O flerte não gera indenização por dano moral baseada no art. 159 do Código Civil Brasileiro de 1916 e art. 186 novo Código Civil, pois poderá ter havido negligência e imprudência de ambas as partes, que conhecem as possíveis consequências geradas pelo anonimato da Rede.

---

6: Revista **Panorama da Justiça**, n. 29. São Paulo: Editora Escala, p. 28.

Se a parte demonstrar prejuízo material, a culpa do agente e o nexo causal, poderá acarretar indenização. Contudo, a julgar pelas circunstâncias, o dano moral poderá ensejar indenização para o cônjuge ou companheiro que se sentir moralmente ofendido, dependendo das provas apresentadas.

Com o reconhecimento da união estável como entidade familiar (art. 226, §3º da CF e Lei 9.278/96), esta passou a ser tratada como o casamento.

Assinala com propriedade Dirce Inês Finkler de Camargo a abrangência do inciso V do art. 1.566 do novo Código Civil, “alargando o compromisso e responsabilidade de ordem subjetiva entre os cônjuges e possibilitando a incidência de reparação por danos morais”.<sup>7</sup> Segundo ela, o direito assiste àquele que se sentiu constrangido e abalado emocionalmente em decorrência de separação judicial, divórcio ou dissolução de união estável.

#### 4. CONCLUSÕES

A caracterização ou não da infidelidade virtual há que ser analisada com muita parcimônia, visto que nessa ligação não há contato físico entre os internautas, embora haja emoção e prazer. Trata-se de contatos passageiros, “sem rosto”, sem identidade precisa; ademais, dependem de uma máquina para a sua comunicação. Não há convivência, há uma paquera sem atração pelo corpo real, portanto, fácil de ser esquecida, pois faltam elementos complementadores que, em boa parte dos casos, farão com que tão “avassaladora paixão” termine quando houver um encontro real e a máscara cair. Não há obrigações exigíveis por parte dos amantes virtuais. Trata-se de um relacionamento especial, mas não tão compromissado quanto o real.

A nosso ver, se a relação se restringiu ao universo virtual, não se configura o adultério, pois faltou o contato físico dos envolvidos.

Normalmente, estas traições virtuais não põem em risco o casamento, visto que o cônjuge satisfaz seus desejos sem o contato físico ou sem mesmo conhecer o interlocutor. O problema ingressa mais na seara jurídica quando estes internautas vêm a se conhecer pessoalmente, passando o relacionamento do mundo virtual para o real.

O adultério e a infidelidade são escolhas que o cônjuge faz, não uma imposição biológica.

---

7: Dano moral na dissolução de sociedade conjugal e de união estável. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da Unipar**. Toledo-PR, v. 05, n.1, p. 72 e 79, jan./jun. 2002.

Por hora, acreditamos que os nossos tribunais devem deter sua atenção para os contratos eletrônicos, envio de *spam*, abuso dos *crackers*, propriedade intelectual, responsabilidade dos provedores, proteção das marcas, invasão de privacidade, etc. Pode-se, por enquanto, deixar que os casais resolvam entre si se desejam ou não continuar juntos.

É compreensível o desconforto causado ao cônjuge por parte daquele que flertou com alguém na Internet; afinal, a consideração e o respeito possuem caráter subjetivo; contudo, há que se ressaltar que apenas isto não impede a continuidade do casamento, nem torna insuportável a vida em comum.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLUM, Renato Opice. A Internet e os tribunais. **Revista Literária de Direito**. São Paulo: Jurídica Brasileira, fev./mar. de 2001.
- BRASIL, Angela Bittencourt. Adultério na Internet. Disponível em: < <http://www.ciberlex.adv.br/artigos/adulterio.htm>>. Acesso em: 15.12.2000.
- BURNHAM, Terry & PHELAN, Jay. **A culpa é da genética**. Tradução de Vera Maria Whately. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- CAMARGO, Dirce Inês Finkler de. Dano moral na dissolução de sociedade conjugal e de união estável. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da Unipar**. Toledo-PR, v. 05, n.1, p. 72 e 79, jan./jun. 2002.
- Dicionário de Psicologia**. Lisboa - São Paulo: Editora Verbo, 1979.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**, v. 5: Direito de família, 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- GICO JÚNIOR, Ivo Teixeira. O arquivo eletrônico como meio de prova. **Repertório IOB de Jurisprudência**. São Paulo: IOB, n. 15/2000, caderno 3.
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- NORONHA, Edgard Magalhães. **Direito penal**, 33ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Adultério virtual. Revista **Consulex**, n. 29, p. 43.
- PIMENTEL, Maíra. Até que a Internet nos separe. Revista **Internet.br**, p. 39.
- SANTOS, Ulderico Pires dos. **Meios de prova**. Rio de Janeiro: UPS, 1994.
- SIRINO, Sérgio Inácio. Adultério: consumação do crime pela Internet. Possibilidade. Disponível em: <<http://www.jus.com.br/doutrina/adultne2.html>>. Acesso em: 15.12.2000.





## A EDUCAÇÃO INDÍGENA E SUA EXPROPRIAÇÃO PELO HOMEM NÃO-ÍNDIO\*

*\*\*Dagmar Pereti*

*\*\*\*Karina Toledo de Araújo*

*\*\*\*Simone Varela*

### RESUMO

Esta pesquisa de natureza exploratória tem por objetivo conhecer como a educação indígena veio se constituindo no Brasil. Num primeiro momento, se conhecerão os objetivos e as conseqüências da (des)educação vinculada pelos europeus no processo de colonização do Brasil no Século XVI. Em seguida, será observada tentativa de integração dos índios à sociedade pelas entidades governamentais por meio da educação; o surgimento das organizações não governamentais de apoio ao índio, e suas influências no surgimento e organização do movimento indígena (Séc. XX). Com isto, busca-se perceber se é cabível a educação vinculada pelos não-índios, aos índios. Portanto, cogita-se se o melhor não seria o índio educar o próprio índio.

**PALAVRAS-CHAVE: Educação Indígena; Não-Índio; Expropriação; Cultura.**

### ABSTRACT

This research of an exploratory nature, aims at getting to know how the aboriginal education has been constituted in Brazil. Firstly, the objectives and the consequences of (dis) education linked to Europeans in the settlement process of Brazil in the 16<sup>th</sup> Century will be known. Then, the attempt made by the native Brazilians (also called Indians) to integrate in the society by means of education will be observed under governmental entities' perspective. The rising of non-governmental organizations in support of the native Brazilian community will be

---

\* Trabalho de revisão bibliográfica desenvolvido na disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica, do Curso de Pedagogia da UniFil.

\*\* Acadêmica do Curso de Pedagogia da UniFil (Magistério da Educação Infantil).

\*\*\* Docente do Curso de Pedagogia da UniFil (Orientadora da pesquisa).

E-mail: karina@sercomtel.com.br

monirela@sercomtel.com.br



studied as well as its influences in the creation and organization of the aboriginal movement (20<sup>th</sup> Century). With that, an attempt is made towards perceiving if education to native Brazilians linked to non-native Brazilians is something feasible. Therefore, the question is raised concerning the idea of Indians educating Indians.

**KEY-WORDS: Aboriginal Education; Non-Native Brazilians; Expropriation; Culture.**

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a situação atual da Educação Escolar Indígena no Brasil. Para isso será necessário entender como a mesma se desencadeou ao longo da história.

FERREIRA (1992) divide os períodos da Educação Indígena em quatro momentos. Primeiramente, serão analisados os objetivos e as conseqüências da educação vinculada pelos europeus no processo de colonização, ou seja, durante o processo de catequização, as missões jesuíticas enviadas à nova colônia por Portugal.

Já no segundo momento, serão apresentadas a criação do Serviço de Proteção ao Índio e a Fundação Nacional do Índio, ou seja, as tentativas do Estado na integração do índio à sociedade nacional, seus objetivos suas “preocupações” com a causa indígena.

No terceiro e quarto ponto, serão estudadas e conhecidas, respectivamente: as atividades das Organizações Não-Governamentais junto às comunidades indígenas, e a organização dessas comunidades na busca de soluções para o problema da expropriação e imposição da educação dos não-índios sobre a educação indígena.

Será apresentado um quinto e último item, no qual serão vistas as diferenças antropológicas entre não-índios e índios, pretendendo comprovar a importância de uma educação escolar indígena, voltada para os interesses da sociedade indígena. Para este ponto será usado um artigo da autora e doutora em Antropologia Social, Kimiye Tommasino.

É importante ressaltar que os pontos abordados na presente pesquisa serão apenas introdutórios para um futuro aprofundamento na continuidade da pesquisa de revisão bibliográfica que deverá constituir-se na monografia de conclusão do Curso de Pedagogia.

## I. O PRIMEIRO CONTATO DO ÍNDIO COM A EDUCAÇÃO FORMAL: CATEQUIZAÇÃO.

[...] O branco foi entrando, foi conversando e convencendo o índio, foi sendo deixado de lado pelos portugueses. Tudo isso aconteceu como se fosse uma brincadeira, só porque o índio não tinha estudo, era inocente [...] ( TEIÊ, 2000,p.23).

A primeira fase da educação indígena formal, imposta pelos não-índios aos índios, caracterizada por FERREIRA (1992), teve início com a chegada dos jesuítas (1549). Estes tinham por objetivo aniquilar a cultura indígena e incorporar a sua mão-de-obra à sociedade nacional. Esse era um meio de promover a assimilação da vida cristã (catequese) pelo índio. Para que o índio fosse dominado e assim submisso, era utilizada a educação escolar para impor o ensino obrigatório do português.

Esse movimento de dominação, apoiado e praticado pelos jesuítas, deve-se ao movimento de Contra-Reforma, que estava acontecendo paralelamente ao das grandes navegações na Europa no Século XVI. Devido a esse fato, os jesuítas que aqui chegaram viam o mundo sob o seu ponto de vista.

Segundo PAIVA (1982), o papa e os reis tinham por objetivo propagar e sustentar a fé católica. Esta era a verdade e tudo que estivesse fora dela era aberração, anomalia e injúria.

Todos os fatos desse período eram regidos sob a visão do “*orbis christianus*” (sistema que caracterizava toda a visão medieval de todos os homens desse tempo), que regia toda a sociedade europeia na época. Por esse motivo é um erro atribuir-se apenas a um setor da sociedade (os jesuítas) essa visão do mundo (PAIVA,1982, p.24).

Para PAIVA (1982), os jesuítas tinham por objetivo introduzir na terra colonizada a religião do Império Português, este conduzido por El-Rei (Dom João III), que recebia autoridade do papa e se incumbia da extensão da fé. Por isso, os jesuítas não instauraram uma nova ordem social, mas introduziram na sociedade indígena a ordem social de quem os enviou do Império Lusitano.

Os realizadores dessa missão não tiveram sensibilidade pelo problema da diferença cultural entre eles europeus e os índios.

Com a força militar, vinham os sacerdotes missionários e todas as demais camadas da sociedade cristã. [...] Por isto mesmo não tiveram seus realizadores nenhuma sensibilidade pelo problema intercultural e não deixaram fazer-se ouvida a voz dos “bárbaros”. Fé e Império, Serviço de Deus e Serviço Meu,

irmnanados na mesma totalidade, presidiram a empresa colonial (PAIVA, 1982, p.28).

Portanto, a catequese pode ser compreendida como o meio mais efetivo para a propagação da cultura européia sobre a indígena. Nesse contexto, a mesma submeteu aos índios a condição de grupo inferior, na sociedade portuguesa, “aportuguesando-os” e lhes inculcando valores. Os índios eram colocados a serviço das igrejas e dos colonos.

A praxis jesuítica não permitia ao índio uma compreensão das normas e regras e conceitos que lhes eram impostos. A ligação do índio com a natureza era condenada, os índios deveriam obedecer uma lei.

Segundo PAIVA (1982), os conteúdos da catequese eram a doutrina cristã, ou seja, inculca-se nos índios os dogmas, princípios morais e espiritualidade, da religião portuguesa, conteúdos esses tomados no ato de comunicação, mais voltados para o interlocutor, o que dificultava o entendimento, e a compreensão pelo índio, dos termos usados pela Igreja.

Os jesuítas, através da razão, estabeleceram um mundo a parte, o qual era estruturado por conceitos, um mundo imóvel, permanente e verdadeiro, que gerou a “pedagogia da doutrinação”.... o mundo já estava pronto, tratava-se agora de declará-lo aos que chegavam. “[...] a catequese tinha por fim instruir e doutrinar, pois as verdades, objeto de uma doutrinação, já estavam prontas” (PAIVA, 1982, p.79).

Em termos gerais, fica entendido que a catequese foi um instrumento utilizado pelos portugueses para a sujeição do índio. Este não teve como reagir, devido aos métodos de doutrinação utilizados pelos colonizadores, que os aldearam, os vestiram à maneira européia, e restringiram-nos às leis do não-índio, além de os massacrarem. Os indígenas não receberam apenas influências dos missionários, mas essa (des)educação contribuiu para que ficassem à mercê da cultura dos europeus e, dessa maneira, perdessem sua identidade e cultura, tornando-se dependentes e não mais sujeitos da sua sociedade.

Num primeiro momento, caíram-lhes do céu presentes maravilhosos: espelhos, contas, facas, tesouras, etc. Depois, lhes pediram algo em troca: trabalho, mulheres, comida, pau-de-tinta, etc. Eles não podiam reconhecer as desproporções do trato: não tinham o conceito de valor econômico. Pelo comércio, entrou a corrupção de sua sociedade e de sua cultura. Quando não se fez pela força. [...] Atrás do comerciante veio o guerreiro e veio o missionário... ( PAIVA, 1982, p.101).

Portanto, foi sob esses moldes o primeiro contato que os índios tiveram com a educação formal dos não-índios.

## II. A INTEGRAÇÃO DO ÍNDIO À COMUNIDADE NACIONAL: SPI E FUNAI E SUAS PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.

[...] A visão do não-índio sobre índio é a seguinte: não dão valor ao índio, só porque uma lei diz que o índio é tutelado. Não dão serviço para o índio porque dizem que estes não sabem ler e se comunicar e também pelo sistema do índio, a sua convivência separada. O índio tem suas terras demarcadas ou reservadas pelo governo[...] (TEIÊ, 2000, p.35).

A criação do Serviço de Proteção ao Índio em 1910 marcou o início da preocupação do Estado com a questão indígena, após quatro séculos de extermínio, segundo FERREIRA (1992). O Estado, baseado nas idéias positivas do começo do Século XX, reformulou a política indigenista.

Quanto à questão escolar, iniciou-se uma preocupação com as diversas línguas e culturas indígenas. O processo de catequização, cuja ênfase do ensino religioso se dava nos trabalhos agrícolas e domésticos, e a integração do índio à mão-de-obra da sociedade vigente, ocasionarão um não interesse dos índios pela educação escolar.

Mediante essa situação, a partir de 1953, o Serviço de Proteção ao Índio elaborou um programa para a reestruturação das escolas indígenas, as quais deveriam atender às necessidades de cada grupo indígena. Tais grupos eram praticamente aculturados.

Segundo FERREIRA (1992), devido ao não interesse dos índios pela escola, as autoridades não viram necessidade de investir num ensino bilingüe, o que ocasionou a extinção do SPI.

Diante da necessidade de uma educação bicultural, em 1967 é criada a Fundação Nacional do Índio, a Funai, a qual trouxe uma mudança mais significativa ao processo escolar indígena nesta segunda fase. “O ensino bilingüe foi eleito pela Funai como forma de respeitar os valores tribais, adequando, na sua concepção, a instituição à realidade indígena” (CUNHA, *apud* FERREIRA, 1992, p.75).

A política em que a Funai se fundamentou e ainda está fundamenta é a dos Programas de Desenvolvimentos Comunitários (os DCs). “Tais programas foram instituídos no período pós-guerra pelos países capitalistas desenvolvidos, para criar melhores condições de vida no terceiro mundo e deter assim o avanço do socialismo” (CUNHA *apud* FERREIRA, 1992, p.76).

Para a efetivação dessa política indigenista aceita internacionalmente, a Funai se associou ao Summer Institute of Linguistics (SIL).

O ensino bilíngüe, garantido pelos especialistas da SIL, daria toda a



aparência de respeito à diversidade lingüística e cultural das sociedades indígenas. O modelo bicultural do SIL garantiria também a integração eficiente dos índios à sociedade nacional, uma vez que os valores da sociedade ocidental seriam traduzidos nas línguas nativas e expressos de modo a se adequar às concepções indígenas (FERREIRA, 1992, p.77).

Tornam-se evidentes quais eram realmente os interesses do Estado junto às comunidades indígenas com esse novo processo de ensino.

Segundo FERREIRA (1992, p.79), o material pedagógico do SIL, e não só ele, mas os utilizados pela Funai, apesar de serem traduzidos, de uma forma sucinta transmitem conhecimentos e comportamentos dos brancos aos índios.

Como aconteceu com a política do Serviço de Proteção ao Índio, isso ocasionou um desinteresse do índio pela escola, pois se utilizam do modelo das escolas rurais dos não-índios, que não valorizam efetivamente o indígena e sua cultura tradicional (ibid., p.80).

Em fevereiro de 1991, o Ministério da Educação se responsabiliza e coordena as ações referentes à educação indígena, esvaziando dessa maneira as funções da Funai. Desse modo, através de um decreto (nº 26, artigos 1 e 2), passaram as responsabilidades do desenvolvimento das ações na educação para as secretarias municipais (ibid., p.80).

Devido a muitos protestos do povo indígena, o governo, em abril de 1991, através da Portaria nº 559, garantiu aos índios o reconhecimento de suas organizações, costumes e línguas, porém não lhes deu o direito de definir como seriam as próprias concepções de educação escolar, não definindo um responsável por elaborar os Programas de Educação Indígena. Apenas assegurou ao índio o direito à escolarização formal (ibid., p.84-85). Esse fato fez com que novamente os índios não tivessem autonomia sobre sua própria educação, tornando-os tutelados do Estado, mantendo-os mais uma vez dependentes da sociedade nacional, estabelecendo, portanto, uma contradição entre os interesses do índio e os do Estado na questão da educação formal escolar.

### **III. O SURGIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: O APOIO À QUESTÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA.**

[...] O não-índio tenta se aproximar do índio por algum interesse dentro da reserva, mas isto não diz que são todos os não-índios que são desta maneira; têm alguns que são bons que se aproximam para ajudar e prestar algum tipo de serviço. (JANDIRA, 2000, p.37).

De acordo com FERREIRA (1992), ao final dos anos 70 durante o regime militar, as organizações não-governamentais que defendiam a causa indígena começaram a surgir no cenário político nacional. Dentre essas organizações destacaram-se a Comissão Pró-Índio (CPI /SP), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), e a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI). Essas organizações não-governamentais delinearam uma política e prática indigenista paralela à oficial.

FERREIRA (1992) menciona que os indivíduos e grupos ligados a essas instituições não-governamentais passaram a desenvolver experiências com a educação escolar nas áreas indígenas, as quais ofereciam às populações uma educação formal compatível com os projetos de autodeterminação.

Essas ONG's começaram a promover encontros nacionais para discutir e propor alternativas para a questão indígena no país. Nesses encontros discutia-se a política oficial praticada pelo governo, que era rejeitada (ibid., p.88).

Esses movimentos conquistaram a confiança do povo indígena devido à sua prática política. O trabalho das Organizações Não-Governamentais, e os encontros promovidos por elas, como observado acima, contribuíram para a mudança nas leis da educação indígena (como observado no ponto anterior) e para o surgimento das organizações dos próprios índios, como observaremos no ponto seguinte.

#### **IV. ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA: SUAS CONQUISTAS PARA UMA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA.**

[...] Nós índios temos que ser unidos temos que fazer uma tribo de Kaingangs de verdade, temos que falar a língua indígena e mostrar que somos índios, temos que se orgulhar de sermos índios. (SILVA, 2000, p.35).

Devido aos movimentos e encontros das organizações não-governamentais nos diversos pontos do país, aconteceu paralelamente uma organização do movimento indígena, o que culminou na criação da União das Nações Indígenas e suas regionais, em 1980, no Dia do Índio, 19 de Abril (FERREIRA, 1992), provando a intensa articulação que ocorreu nesse período entre as nações indígenas no país que, segundo a autora, estabeleciam um contato permanente entre si para reestruturar a política indigenista do Estado.

A UNI passou então a promover vários encontros entre os indígenas e a representar o seu povo nas questões com o Governo e de interesse do povo

índio. No primeiro desses encontros (assembléias), os índios elegeram um presidente para representá-los nacionalmente.

FERREIRA (1992) menciona que, após a promulgação da Constituição, as assembléias continuaram a ser realizadas em todo o país. Durante essas assembléias, tiveram destaque os problemas relativos à educação escolar, como: a falta de programas bilíngües e a inadequação dos programas educativos oferecidos pela Funai e pelas missões religiosas. Portanto, “o direito à educação escolar autêntica e diferenciada, fundada nas especificidades socioculturais de cada povo, faz parte desse processo” (FERREIRA, 1992, p.101).

## **5. O PORQUÊ DE UMA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA.**

Como observado nos outros quatro pontos, os índios, desde a chegada dos colonizadores no Século XVI, foram submetidos a um longo processo de sujeição que levou à expropriação de sua cultura.

Segundo TOMMASINO (2000), esse fato se explica devido à diferença da visão de mundo entre os europeus e os índios. Enquanto o índio explorava o meio ambiente para sua sobrevivência sem depredá-lo, os europeus tinham o objetivo de obter da natureza o lucro.

A autora menciona a organização social e o sistema educacional do povo indígena. Cada sociedade indígena tem sua cultura própria, mas eles têm alguns elementos em comum, como a forma horizontal em que se organizam. Claro que há hierarquia, mas se trata de uma hierarquia de funções e não de dominação. Sendo uma organização simétrica, não há relações de dominação/subordinação entre os homens, nem entre homens e mulheres, adultos e crianças, ou velhos e jovens (TOMMASINO, 2000, p.2).

As diferenças acima mencionadas evidenciam porque o índio deve ter uma educação formal diferenciada, ou seja, educada pelo próprio índio, pois os índios possuem um outro ideal de homem, de sociedade e conhecimentos próprios que são passados às gerações seguintes. Tais conhecimentos não são reconhecidos pelos não-índios, a não ser para sua exploração e seus benefícios.

## **CONCLUSÕES**

A dizimação dos índios, a expropriação de sua cultura e educação desde o descobrimento do Brasil (1500) resultou para essa sociedade a condição de grupo inferior, e por isso não respeitado pelos não-índios. Por esse motivo, os mesmos não podem e não têm condições de continuar definindo a educação a que os



índios devem ter acesso, uma vez que suas visões de mundo são muito distintas.

Desde a catequização, quando os europeus eram regidos pelo “*orbis christianus*”, até a contemporaneidade, a sociedade capitalista, os não-índios submete os índios aos seus interesses. Portanto, faz-se necessária uma educação do índio pelo índio, para que a visão de uma sociedade justa seja propagada não só entre as comunidades indígenas, mas para que o homem individual possa aprender com o homem coletivo, não a viver para e pelo lucro, mas para o **ser** (essência). A sociedade que mata, rouba, escraviza poderá aprender os ideais de viver junto e a respeitar o diferente (o outro).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Mariana K. L. *et al.* **Antropologia, História da Educação: a educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação do Brasil.** São Paulo: Global, 1992.

PAIVA, José M. **Colonização e catequese.** São Paulo: Cortez, 1982.

SANTOS, Vilma A. (Org.). **E assim começou a história que já havia começado.** Associação Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário. Londrina: APEART, 2000.

TOMMASINO, Kimiye. **Brasil 500 anos: o avesso das comemorações.** Londrina: Ed. TVCEM, ano 5, Nº14, 2000 (digitado).



# **O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NAS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO ASSISTENCIAL A CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS**

*\*Selma Frossard Costa*

## **RESUMO**

A Educação Infantil foi definida pela Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB), de 1996, como aquela restrita à faixa etária de zero a seis anos de idade, dividida em creche, até 03 anos, e pré-escola, de 04 a 06 anos, incluindo-as, em seu artigo 30, ao sistema regular de ensino. Em se tratando das instituições que atuam na área da Assistência Social junto a essa faixa etária, essas diretrizes legais trouxeram-lhes a necessidade de um reordenamento na estrutura funcional e organizacional, ganhando o projeto político- pedagógico importância fundamental nas ações diárias da instituição, pois sua abrangência passou para além da esfera da assistência social, alcançando a educativa.

**PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Assistência Social; Projeto Político- Pedagógico.**

## **ABSTRACT**

Children Education was defined by 1996 LDB (Basic Directive Laws on Education) as restricted to children from 0 to 6 years of age, divided into kindergarten, from 0 to 3, and preschool, from 4 to 6, considering them in the regular teaching system according to its article Nº 30. Concerning social work institutions attending children under the ages mentioned, such directives presented the need for a reordering in their functional and organizational structures, granting the political-pedagogical project a fundamental importance in the institution's daily actions, since its broadness went beyond social assistance, also comprising education.

**KEY-WORDS: Children Education; Social Work; Political-Pedagogical Project.**

---

\* Assistente Social.

Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: selmafro@sercomtel.com.br

## INTRODUÇÃO

Este texto procura pontuar algumas reflexões iniciais sobre a importância da proposta político-pedagógica para as ações das instituições assistenciais de atendimento à criança de zero a seis anos, desde a promulgação da Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB – Lei 9.394, de 20/12/96). Isto porque, consubstanciando uma diretriz legal da Constituição Federal de 1988, e também presente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069, de 13 de julho de 1990), a LDB definiu, em seu artigo 30, o que é Educação Infantil, explicitando que as creches e pré-escolas passaram a integrar o sistema regular de ensino.

*“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de...atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos.” (art. 208-IV – C.F./88).*

*“É dever do Estado assegurar ...atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos.” (art. 54-I – ECA).*

*“A educação infantil será oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade, e em pré-escolas para crianças de quatro a seis anos” (art. 30 – LDB).*

Para as instituições que atuam na área da Assistência Social junto a essa faixa etária, comumente denominadas de “creches”, essas novas diretrizes legais trouxeram a necessidade de um reordenamento na sua estrutura funcional e organizacional, bem como a premissa urgente de se pensar o projeto político-pedagógico como instrumento norteador das ações.\*

### 1. Ordenamento Legal:

A LDB, em seu artigo 89, instituiu o prazo de três anos, a partir da data de sua publicação (20/12/96) para que todas as creches e pré-escolas se adaptassem ao sistema regular de ensino. Esse prazo venceu em 20/12/99, caracterizando-se em um período de transição para que as instituições de Assistência Social

---

\* No município de Londrina, atualmente, segundo dados da Secretaria Municipal de Ação Social, são 72 as instituições assistenciais que atuam junto ao segmento infantil (0 a 6 anos). Desse total, 12 são públicas municipais e 60 são não-governamentais, administradas e mantidas por organizações da sociedade civil.

que atuam com crianças na faixa etária de 0 a 6 anos deixassem a esfera exclusiva da ação social, integrando a esfera da Educação e assumindo, dessa forma, primordialmente o enfoque pedagógico. Nessa nova realidade, o projeto político-pedagógico ganhou importância fundamental nas ações diárias dessas instituições.

Isso não significa que elas ficaram fora da esfera da Assistência Social. O que mudou foi o fato do atendimento às crianças dessa faixa etária passar de um caráter meramente assistencialista para o educativo. Na verdade, esse processo de mudança no enfoque do trabalho institucional já vinha ocorrendo, pois a Assistência Social ganhou caráter de política pública a partir da Constituição Federal de 1988, concretizando-se como direito do cidadão e dever do Estado, na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742, de 07/12/93 – LOAS).

*“A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social” ( C.F./88 – art. 203).*

*“A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social, não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir atendimento às necessidades básicas” (LOAS – art.17).*

Mesmo passando a integrar o sistema regular de ensino, essas instituições continuam atuando na esfera da Assistência Social, desenvolvendo um trabalho de interesse público, pois trabalham com crianças oriundas de famílias que estão à margem do processo produtivo ou fora do mercado de trabalho, não tendo acesso aos bens e serviços necessários ao suprimento de suas necessidades básicas. Hoje a assistência social perdeu sua característica, historicamente dada, de caridade, benevolência e favor, tornando-se política pública de garantia de direitos do cidadão. O entendimento a esses direitos, portanto, faz parte de um interesse público e qualquer instituição que trabalhe na perspectiva de defesa desses direitos e garantia da cidadania estará cumprindo um fim público, pois volta-se para o outro que, de alguma forma, está sendo explorado, excluído ou destituído. São, também, instituições que não mantêm uma relação mercantil com a sociedade, não trabalham voltadas para o lucro no sentido do interesse capitalista. Esse é mais um dado que as caracterizam como instituições de Assistência Social, segundo o artigo 3º da LOAS.

Mas, além de se constituírem em instituições que atuam na esfera da Assistência Social junto a crianças de zero e seis anos, são fundamentalmente

instituições de Educação Infantil, dentro dos parâmetros e diretrizes legais, garantindo aos seus usuários o direito a um espaço de proteção e de desenvolvimento integral.

Portanto, a atual legislação no campo social, cujo marco inicial foi a Constituição Federal de 1988, especificada no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), na LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), na LOS (Lei Orgânica da Saúde) e na LDB (Lei das Diretrizes Básicas da Educação), que garantem as políticas sociais básicas (saúde, educação, previdência e assistência social) como direito do cidadão e dever do Estado, incidiram diretamente no cotidiano das instituições assistenciais que atuam junto à faixa etária de zero a seis anos.

▪ **C.F./88 – art.208.** Legisla sobre o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar às crianças e aos adolescentes, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O inciso IV deste mesmo artigo aponta como garantia às crianças de zero a seis anos de idade o atendimento em creches e pré-escolas;

▪ **ECA – art. 4º.** Trata do direito da criança e do adolescente à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho;

▪ **LOAS – art. 2º.** Destaca os objetivos da Assistência Social relativos à proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; e o amparo à criança e ao adolescente carentes;

▪ **LDB – art. 30.** Define a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. A educação infantil será oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade, e em pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.

Além disso, o Plano Nacional de Educação (Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001), ao tratar da Educação Infantil, prevê que na base dessa discussão está o direito da criança ao cuidado e à educação desde o nascimento.

*“A educação é elemento constitutivo da pessoa e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal” (PNE, 2001:08).*

Em função dessas diretrizes trazidas pelas Constituição Federal de 1988 e das demais leis decorrentes, aqui citadas, ocorreu o resgate da importância do trabalho pedagógico em instituições de Assistência Social à criança.

É evidente que houve uma mudança de eixo quanto ao conteúdo do trabalho institucional. A Assistência Social tornou-se uma política pública de atenção às necessidades básicas, determinadas pela pobreza e exclusão social, e a Educação passou a ser o aspecto fundamental no processo de atendimento ao segmento infantil.

A concepção predominante do trabalho de creche mudou. Não se trata mais de um enfoque assistencialista, onde a prioridade era manter a criança alimentada e asseada enquanto a mãe exercia o trabalho remunerado fora do lar. O enfoque agora é pedagógico!

Historicamente, as creches surgiram dentro do contexto capitalista, como um serviço destinado à mulher que se inseria no mercado de trabalho. Isto foi ficando tão arraigado culturalmente que um dos critérios instituídos para a matrícula e permanência da criança em creche, e que permanece ainda hoje em várias delas, é a comprovação mensal junto à entidade de que a mãe exerce trabalho remunerado fora de casa. Trata-se de uma visão invertida, já que o direito acaba sendo da mãe e não da criança. Impera o enfoque assistencialista de abrigo e cuidados básicos somente às crianças cujas mães estão no mercado de trabalho.

Com o advento da CF/88 e leis decorrentes, esse enfoque modificou-se, consubstanciando-se na LDB. A creche passou a ser vista como direito da criança e dos pais, e obrigação do Estado.

Em uma análise mais profunda dessa legislação, constata-se que a perspectiva do trabalho educativo perpassa todos os programas de atendimento ao adolescente também. A partir dos sete anos de idade, é obrigatório o acesso da criança ao ensino fundamental, sem distinção. Àquelas que não estão inseridas, deve ser garantido esse direito através de ações públicas com esse objetivo. Além do mais, as que se encontram em situação de risco ou carência, pela lei, devem ter acesso a programas de proteção e sócio-educativos (art. 90 do ECA), que vão desde a orientação e apoio sócio-educativo até o abrigo.

No âmbito da criança e do adolescente, há instituições que trabalham com a faixa etária a partir dos sete anos, desenvolvendo programas de oficinas,

reforço escolar e ensino semi-profissionalizante; outras trabalham apenas com o segmento creche e pré-escola, e outras, ainda, com ambos, atingindo uma faixa de 0 a 18 anos. O que deve ficar claro é que não importa a faixa etária ou o tipo de atendimento prestado; hoje, o aspecto pedagógico tem uma importância fundamental na hora do planejamento das atividades a serem desenvolvidas junto às crianças e aos adolescentes.

Frente a todas essas diretrizes e normatizações quanto ao trabalho das instituições de Assistência Social que atuam na esfera da Educação Infantil, a elaboração e execução do projeto político-pedagógico tornou-se um instrumento fundamental dentro do contexto mais amplo da gestão institucional.

## **2. A gestão institucional e a construção participativa de uma proposta político- pedagógica:**

Pensar o projeto político pedagógico que tem respaldado a ação educativa das instituições que atuam na área da Assistência Social junto à Educação Infantil implica, em primeiro lugar, em partir de uma reflexão que considere a creche e a pré-escola em sua totalidade; isto é, considerá-las em sua ambiência interna e externa. A ação institucional requer ser pensada no seu todo, buscando novas formas de enfrentamento aos desafios conjunturais que se apresentam no âmbito municipal, estadual e nacional, no sentido de se firmar no contexto atual, marcado pela globalização, pelo desenvolvimento tecnológico cada vez mais acelerado e pela política neo-liberal, que tem direcionado as decisões governamentais em todas as esferas.

Todo e qualquer projeto político pedagógico começa, necessariamente, a ser delineado a partir dessa compreensão do todo que implica na explicação das partes.

*“O conceito de totalidade implica uma complexidade em que cada fenômeno só pode vir a ser compreendido como um momento definido em relação a si e em relação aos outros fenômenos. Isso não quer dizer que se deva conhecer todos os fenômenos, igual e indistintamente. Significa que o fenômeno referido só se ilumina quando referido à essência, ou seja, àqueles elementos que definem sua própria natureza no processo de produção. A totalidade, então, só é apreensível através das partes e das relações entre elas. Dados isolados não passam de abstrações. Por isso, a totalidade é concreta” (CURY; 1985:36).*

A instituição tem de ser pensada e trabalhada considerando-se a sua totalidade. Também tem que partir de diretrizes que explicitem a sua compreensão de educação, de criança, de sociedade.

Aqui se destaca o Planejamento Estratégico, essencialmente participativo, fundamental hoje ao trabalho institucional e que contempla os planos setoriais que devem acontecer de forma articulada. Quando se definem a missão, as diretrizes, os objetivos, metas e estratégias, e não se transforma isso em atuação prática no dia-a-dia, através da execução dos planos setoriais, estes permanecem teóricos, não produzindo mudanças efetivas. Mas o que embasa e sustenta a execução dos planos setoriais é um trabalho articulado e participativo de todos os atores sociais envolvidos. Em contextos como esse, empreendimentos com maior ou menor ousadia serão levados a termo, sejam eles o projeto pedagógico, o trabalho com famílias, a capacitação de recursos humanos, a construção de novos prédios, a ampliação do espaço físico, ou outro qualquer. Portanto, o projeto político-pedagógico deve ser pensado e refletido dentro do contexto maior da instituição, onde outras questões também se fazem presentes: voluntariado participativo, articulação técnica e administrativa, capacitação de recursos humanos, atendimento às famílias, etc.

Todas essas questões devem ser consideradas, obtendo-se, dessa forma, uma visão integral do trabalho institucional. Não se pode esquecer, porém, de fazer as devidas relações dessa ambiência interna da entidade com a ambiência externa, pois ela se encontra inserida em um contexto econômico, social, político e cultural mais amplo, que contém oportunidades e ameaças ao trabalho institucional.

É nessa visão ampla do trabalho institucional que o projeto político pedagógico deve ser refletido, elaborado, executado e avaliado.

A instituição necessita compreender-se a si mesma e compreender-se no contexto maior em que está situada. Somente a partir dessa perspectiva de reflexão, poderá chegar à explicitação do ideal que norteará sua ação, optando pelo tipo de sociedade, pessoa humana, educação pela qual irá atuar, interferindo na realidade para transformá-la numa direção claramente indicada. Por isso, não basta um projeto com ênfase apenas no aspecto pedagógico. Esse traz a importância do caráter técnico em que se faz presente a competência e a habilidade profissional, quando são definidos **o que fazer, como fazer e com que fazer** o trabalho didático-pedagógico. Mas há também a necessidade primordial deste projeto trazer seu direcionamento político, cuja intencionalidade específica está claramente explicitada. A questão do **poder** e da **decisão** é trabalhada com ênfase na **participação**, não no sentido demagógico, mas no efetivo exercício da cidadania de quem é ou será afetado pela



ação desse projeto, sendo definidos o **para quê, para quem e por que fazer**.

*“O planejamento político nutre-se na ideologia, na filosofia, nas ciências, enquanto o operacional baseia-se na técnica. O primeiro busca estabelecer o rumo, firmar a missão da instituição, do grupo ou do movimento que está em planejamento; o segundo busca encaminhar o fazer, para a realização, a vivência de tal rumo e tal missão.”* (GANDIN; 1995:37).

A proposta pedagógica traz em si, de forma explícita ou não, a sua diretriz política. Por isso tem de ser um projeto discutido e elaborado de forma participativa com todos os profissionais presentes na instituição. E isto somente será possível a partir de uma gestão participativa, em que os pais, os educadores, os funcionários e as outras pessoas interessadas no trabalho, também participem em diferentes momentos: reuniões de treinamento, de planejamento, de avaliação, de reflexão sobre questões específicas, etc.

*“...Em organizações democraticamente administradas - inclusive escolas - os funcionários são envolvidos no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, no estabelecimento e manutenção de padrões de desempenho e na garantia de que sua organização está atendendo adequadamente às necessidades do cliente. Ao se referir a escolas e sistemas de ensino, o conceito de gestão participativa envolve, além dos professores e outros funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhoria do processo pedagógico.”* (LÜCK, 2000: 15).

Pautado em GANDIN (1995), algumas questões norteadoras foram levantadas, que podem ajudar na reflexão sobre o **aspecto político** do projeto pedagógico de uma instituição assistencial que atua na esfera da Educação Infantil:

1. Qual o modelo de sociedade que deve servir de “rumo” para o trabalho institucional?
2. Que concepção de ser humano deve fundamentar a ação institucional? As crianças atendidas devem se tornar em que tipo de adultos?
3. O que significa a pessoa humana ser “sujeito da história”? O que significa “exercer a cidadania”?

4. Que valores éticos, morais, culturais, espirituais ... devem permear as relações entre as pessoas na sociedade?
5. Como cada pessoa pode contribuir para a construção da sociedade almejada?
6. Como deve atuar a instituição para a construção dessa sociedade e desse ser humano?
7. O que significa uma ação institucional voltada para a realidade?
8. Onde se quer chegar ou o que se quer alcançar com o trabalho institucional?
9. Qual perspectiva educacional deve fundamentar a instituição para o alcance das metas e diretrizes?

Por outro lado, para a reflexão do aspecto **pedagógico** deste projeto, acreditamos que devam ser priorizadas ações que:

- *“considerem a atuação do educador como incentivador e questionador, propondo e facilitando o processo de interação criança-criança e adulto-criança;*
- *ofereçam oportunidades variadas, que desafiem o raciocínio e permitam à criança descobrir e elaborar hipóteses a respeito do mundo que a cerca e de sua identidade;*
- *estimulem a consolidação de oportunidades para a transmissão e construção de conhecimentos, o uso das várias formas de expressão e de exploração do meio ambiente físico e social;*
- *ofereçam oportunidades de fortalecimento da auto-estima e de construção de identidade;*
- *respeitem e incorporem as diversidades de expressões culturais, dando oportunidades à criança de acesso a um universo cultural amplo, rico, estimulante e diversificado;*
- *levem em conta que o brincar constitui forma privilegiada de aprender e que o ambiente lúdico é o mais adequado para envolver criativamente a criança no processo educativo;*
- *valorizem o trabalho cooperativo, pois ele propicia o confronto de pontos de vista, a possibilidade de divisão de responsabilidades e funções, e o desenvolvimento da solidariedade;*
- *combinem a atuação educativa de grupo às necessidades e ritmos particulares de cada criança.”* (SAPADARO; 1995:21 e 22).

Portanto, trata-se de um processo dinâmico e coletivo de construção do projeto político-pedagógico, como garantia de sua legitimidade e exequibilidade. Não se restringe a simples elaboração técnica de um documento, escrito por um grupo de pessoas. Como processo, é construído a partir do comprometimento e participação das pessoas envolvidas no contexto institucional.

## CONCLUSÕES

Entende-se que, em qualquer instituição de ensino e no âmbito aqui tratado (instituições de assistência social a crianças de 0 a 6 anos), o processo educativo apenas poderá ser vivenciado de forma autêntica quando for ao encontro das reais necessidades das crianças. Através do diálogo, sabendo ouvir suas idéias e aspirações, respeitando-as como pessoas, estimulando suas criatividade e proporcionando-lhes o processo de ação-reflexão, estarão sendo capacitados para uma compreensão crítico-constructiva de suas realidades pessoais e sociais. É a presença da Educação como formadora de seres conscientes, críticos e participativos, desde o início do ciclo básico.

Por outro lado, essas mesmas diretrizes cairão no vazio se não forem trabalhadas de forma prática dentro dos conteúdos programáticos voltados para cada faixa etária presente na Educação Infantil. A transição da proposta contida no projeto político-pedagógico para a operacionalidade curricular no cotidiano institucional não é tarefa simples e automática. Deve ser refletida e analisada no decorrer de todo o processo de discussão, construção e execução do projeto político-pedagógico, em articulação com a grade curricular em vigor, considerando-se o contexto institucional em sua totalidade e em suas relações internas e externas, onde a articulação de todos os setores institucionais, bem como a participação autêntica dos atores sociais envolvidos (voluntários, funcionários, educadores, coordenadores, técnicos, pais, crianças, etc.), é de fundamental importância.

Portanto, as instituições de atendimento infantil aqui em questão, dentro dessa nova realidade, necessitam rever sua estrutura organizacional e funcional, cujo planejamento e administração são os cerne vitais. Esse novo ordenamento legal (que já não é mais tão recente), bem como as diretrizes sociais e educacionais preconizadas para o trabalho com crianças de 0 a 6 anos que se enquadram como usuárias da Assistência Social, apenas encontrarão solo fértil para germinarem e se transformarem em ações que vão ao encontro dos reais interesses e necessidades dessas crianças e seus familiares, se ocorrerem dentro de uma gestão institucional democrática, isto é,

participativa, transparente e acessível. Nesse contexto, o Estado, através de políticas sociais públicas, principalmente na área da Educação e da Assistência Social, ocupa papel de absoluta importância, através de apoio técnico e financeiro, supervisionando, apoiando e assessorando essas instituições nesse processo de mudança e de implantação de projetos político-pedagógicos coerentes com as diretrizes preconizadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social. **Ação compartilhada das políticas de atenção à criança de zero a seis anos**. Brasília: SEAS, 1999.
- CAPALBO, Creusa. **Ideologia e Educação**. São Paulo: Ed. Convívio, 1978.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988.
- CURY, Carlos R. J. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 1985.
- DALMÁS, Ângelo. **Planejamento participativo na escola**. 2.ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- GANDIN, D.; GANDIN, L. A. **Temas para um projeto político-pedagógico**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GANDIN, Danilo. **A Prática do planejamento participativo**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Escola e transformação social**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Loyola, s/d.
- GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão. Crítica ao neoliberalismo em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- Lei N.º 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 (LDB).
- Lei N.º 9.790, de 23 de Março de 1999 (Lei do Terceiro Setor).
- Lei N.º 10.172, de 9 de Janeiro de 2001 (Plano Nacional de Educação).
- LÜCK, Heloisa *et al.* **A escola participativa - o trabalho do gestor escolar**. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- REFERENCIAL CIRCULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL. MEC: 2000.
- SAPADARO, Andréa Tirado *et al.* **Creche: em busca de qualidade**. Ribeirão Preto: IBRAC, 1995.
- SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma política educacional**. Campinas: Autores Associados, 1998.



SIMÕES, Carlos. **Legislação do Serviço Social**. São Paulo: Ed. Oliveira Mendes, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Perspectiva para reflexão em torno do Projeto Político-Pedagógico**. Texto apostilado

VIEIRA, Evaldo. O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez (56):9-22, março, 1998.



## **ECO-ARQUITETURA: CONSIDERAÇÕES PARA O INCREMENTO DO TURISMO ECOLÓGICO**

\* *Juliana Fernandes Meda*

\*\* *Juliana Harumi Suzuki*

### **RESUMO**

Este trabalho procura elaborar algumas considerações sobre a eco-arquitetura e sua relação com o turismo ecológico. A partir do exame de conceitos gerais sobre ecologia e turismo, procura identificar as principais diretrizes da nova tendência em arquitetura, que consiste no respeito ao meio ambiente e na utilização racional dos recursos naturais.

**PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura; Eco-Arquitetura; Preservação do Ambiente; Turismo Ecológico.**

### **ABSTRACT**

In this paper some considerations about green architecture and its relationships with ecological tourism are elaborated. Starting by the survey of general concepts about ecology and tourism, the main directives of the new tendency in architecture are identified, consisting of the respect for the environment and the rational use of natural resources.

**KEY-WORDS: Architecture; Green Architecture; Environmental Preservation; Ecological Tourism.**

---

\* Arquiteta e urbanista.

*E-mail:* ju-fernandes@uol.com.br

\*\* Arquiteta e urbanista.

Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

Docente de História da Arquitetura e Patrimônio Histórico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UniFil.

*E-mail:* harada@sercomtel.com.br

## INTRODUÇÃO

Como se sabe, a ecologia atualmente está em voga. Muitos projetos sociais e econômicos, por mais importantes que sejam, têm grande preocupação com os aspectos ambientais.

Na atualidade, a racionalização dos recursos naturais levou o homem à reestruturação do seu modo de vida em função da preservação do meio. Essa adaptação não abrange somente o âmbito familiar, mas toda a estruturação de sua vida, como ambiente de trabalho, lazer, meios de transporte e cultura.

O maior desafio desse novo milênio, sem dúvida, está relacionado à questão ambiental. A capacidade humana de encontrar soluções para os problemas causados nos milhares de anos de degradação inconsciente definirá os recursos naturais disponíveis e a forma de utilizá-los adequadamente. O verbo mais utilizado nessa nova etapa, a fim de garantir a sobrevivência do Homem e da Natureza na Terra, será 'preservar'.

O turismo é uma atividade que está se desenvolvendo crescentemente. O principal meio de exploração do lazer e descanso vem se tornando um dos campos mais economicamente produtivos no mundo. Fatos da vida cotidiana, como o intensificado e exaustivo mercado de trabalho, bem como o ritmo acelerado de vida do homem contemporâneo, tornam necessários períodos de descanso para a manutenção do bem estar físico e mental.

Nos últimos anos, um novo tipo de turismo vem conquistando um significativo número de adeptos: o turismo ecológico, cuja característica principal consiste na exploração de locais relacionados à preservação ambiental, onde o turista possa interagir harmoniosamente com a Natureza.

Para um correto desenvolvimento do turismo ecológico, são necessários diversos recursos especiais, a fim de que não se agrida o meio ambiente. Uma nova arquitetura surgida na década de 1980 partiu desse mesmo pressuposto: preocupados com a repercussão desastrosa das construções no mundo, alguns arquitetos e outros profissionais da área procuraram desenvolver uma arquitetura menos agressiva e mais integrada ao meio ambiente.

A *Green Architecture* é uma tendência arquitetônica, adotada por profissionais conscientes das restrições naturais, a fim de amenizar o impacto e a destruição que as obras arquitetônicas provocam no meio ambiente, além de proporcionar ao ser humano uma qualidade de vida melhor.

A eco-arquitetura não necessariamente estabelece em suas obras uma conotação vernacular na utilização de materiais e na rusticidade das acomodações, mas também procura principalmente desenvolver tecnologias com o objetivo de criar meios e materiais auto-sustentáveis para o maior reaproveitamento

dos recursos ambientais existentes.

As principais características da eco-arquitetura são encontradas na utilização de materiais recicláveis e renováveis, possibilitando o desenvolvimento de construções mais econômicas e auto-renováveis ao longo do tempo.

## 1. O SURGIMENTO DO CONCEITO DE ECOLOGIA

Segundo MOREIRA NETO (1975), desde a Antiguidade são desenvolvidos estudos e observações sobre o ambiente, bem como sobre a vida humana e seus impactos correlacionados à terra em que vivem. Até meados do séc. XIX, ainda não se havia desenvolvido um nome que designasse essa coletânea de fatos. Ernst Haeckell, um estudioso do assunto, propôs o termo **ecologia**, do grego *oikos* (casa), mais *logos* (tratado ou estudo), que, como o próprio nome diz, trata do estudo da casa, isto é, estudo da casa em que o homem vive, a Terra. Procurou-se, desde então, reunir conjuntos de estudos a respeito das condições de existência dos seres vivos em relação ao meio existente.

Muitas classificações foram constituídas a respeito da palavra ecologia, apesar de todas conterem o mesmo sentido crítico das demais. Segundo FERREIRA (1975), a ecologia nada mais é que a ciência que estuda as condições de existência dos seres vivos e as integrações, de qualquer natureza, existentes entre esses seres e seu meio. No decorrer do tempo, a Natureza e suas fontes geradoras foram mascaradas pelas descobertas tecnológicas e os novos sistemas de conforto lançados no mercado, fazendo parecer que a única utilidade dos meios naturais, se não para passeio, era para o embelezamento de casas, praças e locais comerciais.

Todas as transformações e invenções tecnológicas e científicas existentes são, sem dúvida, de grande utilidade e de um valor fundamental na vida do ser humano. A única preocupação a esse respeito é sobre quanto tempo essas transformações serão disponíveis e qual o impacto que a falta delas, ocasionada pela inexistência dos recursos naturais geradores, irá causar à população.

Conforme QUINTÃO (1984), na medida em que a cultura social se apegar aos novos parâmetros relacionados à ecologia, e a sociedade despertar para o fato de que os recursos naturais são totalmente indispensáveis para a sobrevivência da espécie humana, além de fazerem parte do próprio patrimônio histórico e identidade de cada país, e a exploração da natureza realizar-se de maneira e em escalas adequadas às necessidades da população, os recursos naturais serão muito melhor reaproveitados em benefício do próprio homem.

A preservação do meio ambiente vai além do simples ato de, por exemplo,



não caçar ou matar um animal silvestre, ou mesmo de não prender um pássaro selvagem na gaiola. Ela engloba a utilização de materiais biodegradáveis, sistemas de manejo e reciclagem de produtos, procedimentos industriais corretos com a conscientização do uso de materiais renováveis, sem a emissão dos restos de materiais tóxicos na natureza. Envolve investimentos e, acima de tudo, ações pessoais, como a reciclagem do lixo doméstico, a separação do material reaproveitável e a redução do consumo de materiais provenientes de fontes naturais não renováveis.

Segundo MOREIRA NETO (1975), no Brasil são encontrados dados correspondentes a Simpósios de proteção ambiental desde a década de 60. Este fato já vem se difundindo desde o início do séc. XIX, mas as leis a esse respeito só se desenvolveram em meados dos anos 70. Porém, a participação da população em relação à ecologia só se destaca no fim do século XX.

Pode-se verificar que existe no Brasil uma vasta rede de órgãos governamentais, bem como leis, que se referem à preservação do patrimônio natural. Entretanto, o exercício de fiscalização, face à indisponibilidade de recursos humanos e financeiros, é insuficiente para a concretização de seus objetivos de maneira condizente com a necessidade.

A indisponibilidade de energia elétrica nos grandes centros do Brasil está gerando discussões antes nunca viabilizadas. A população está se conscientizando aos poucos sobre o assunto. A grande preocupação a respeito desta conscientização é o fato da mesma estar sendo concretizada somente através das conseqüências e não das proposições. Ou seja, as pessoas somente se dão conta do problema quando ele já aconteceu.

A frase de Frank Herbert, no ano de 1970, denota o alerta sobre a questão ambiental e a problemática do meio ambiente: “*Ecologia é a compreensão das conseqüências*” (MOREIRA NETO,1975:46).

## **2. O TURISMO E SUAS INTER-RELAÇÕES COM A ECOLOGIA**

A busca por descobrir novos ambientes, com relativa beleza natural, em meio a rios, matas, montanhas, desertos, e outras localidades exóticas, torna cada vez mais crescente o mercado do “turismo ecológico”, ou ecoturismo, que, segundo CORNELSEN *et al.* (2000:39), nada mais é do que *um tipo de atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambiental através da interpretação do ambiente, estimulando o desenvolvimento sócio-econômico das populações envolvidas.*

Conforme a Associação Brasileira de Ecoturismo (ECOBRAZIL, 2000), o mundo consome menos energia e matéria prima com o aumento de produção. Componentes eletrônicos, ao invés de mecânicos, uso de plásticos no lugar de aço e programas de conservação de energia que poupam recursos naturais estão em alta. Por conseguinte, nada mais natural e necessário que o turismo siga nesta mesma direção.

O ecoturismo é uma tendência mundial que busca condições de sustentabilidade baseadas na harmonia e equilíbrio dos seguintes fatores: resultado econômico, mínimos impactos ambientais e culturais, satisfação do ecoturista (visitante, cliente, usuário) e da comunidade (visitada).

A exploração do turismo no Brasil está se desenvolvendo em áreas muitas vezes desconhecidas pelos próprios moradores da região. A grande valorização de regiões naturais e costumes ligados à natureza estão despertando o interesse de turistas que apreciam esse contato com o meio ambiente natural e a cultura regional.

O Brasil dispõe de uma diversidade cultural, animal e biológica invejável, mas faltam investimentos em infra-estrutura, *marketing* e ainda incentivos a um turismo menos agressivo ao meio ambiente e à cultura da própria nação. Cheio de riquezas naturais e culturais, o país atrai um número muito vasto de pessoas de gostos e origens variados. Apesar do constante crescimento da área no país, o turismo apresenta-se ainda pouco explorado. Um país que tem riquezas como a Amazônia, os intermináveis quilômetros de praias nordestinas, que, além de intactas de poluição, são quentes e ensolaradas o ano todo, a vasta região sul com suas montanhas pitorescas e vegetação nativa, a região central que se destaca por suas águas límpidas e transparentes, cheias de peixes e cercadas de cachoeiras, e a diversidade da fauna e flora de cada região, localiza-se apenas em vigésimo nono lugar em relação aos locais turísticos mais procurados do mundo.

Segundo CAIXETA *et al.* (2001), o produto brasileiro ainda se encontra pouco divulgado no país e no mundo. A precariedade nas instalações ainda prevalece na visão dos turistas vindos do exterior, atraindo, assim, na maioria dos casos, pessoas que buscam a vegetação bruta e intacta e as aventuras que estas propiciam. Conforme SANT'ANNA (2001), o problema de infra-estrutura não se refere, somente, ao ambiente hoteleiro, mas ao próprio saneamento básico, à limpeza das praias, ruas, meios de transporte, etc. O complexo turístico necessita de um conjunto de mudanças unidas entre si, que funcionem constantemente em prol do desenvolvimento da atividade.

O investimento na infra-estrutura básica, construção de novos hotéis, com relativo conforto e a divulgação destes pelo mundo, tendem a trazer

novo público, abrindo frentes às mais diversas modalidades de negócios, bem como a novos investidores e novas relações turísticas do Brasil com o mundo.

### **3. O SURGIMENTO E A EVOLUÇÃO DA ARQUITETURA LIGADA À ECOLOGIA**

Na arquitetura, a preocupação com o meio ambiente se desenvolveu desde os tempos remotos. Evidentemente, o significado da prática da arquitetura ligada à ecologia naquela época não condiz com o da atualidade, mas a necessidade de se estabelecer uma relação harmoniosa com o meio já se fazia presente.

Os recursos do meio ambiente, ainda em abundância no passado, não geravam a preocupação com sua proteção e recomposição. Sabia-se do valor da Natureza para a vida humana, mas não se tinha idéia de suas limitações e da escassez que se apresentariam com o aumento populacional e tecnológico.

Na história da evolução da arquitetura, o próprio significado da palavra demonstra a divergência causada entre a arte de projetar e o meio existente. Isto porque, segundo LEMOS (1979), a arquitetura seria toda e qualquer intervenção sobre o meio ambiente com intenções diversas a fim de conter uma necessidade; em outras palavras, refere-se a uma modificação do meio em que a obra está localizada.

Conforme WINES (2000), as primeiras civilizações tinham medo da natureza e da vingança que esta lhes poderia causar. Partindo desse princípio, essas civilizações procuravam uma integração total com o meio ambiente sem corrompê-lo ou desequilibrá-lo de suas fontes naturais. Os homens da caverna tratavam seu abrigo como uma extensão da natureza.

Com o surgimento do poder, das instituições e das doutrinas, o homem se sentiu superior a tudo e a todos, partindo do princípio que ele deveria conquistar e controlar a natureza em benefício próprio. A definição da arquitetura como um objeto independente e intruso em seu contexto não é necessariamente sinônima do avanço cultural e sim do surgimento desse egocentrismo populacional.

Na própria história da civilização encontram-se exemplos de problemas e desequilíbrios ambientais ocasionados pela cobiça da população. Segundo WINES (2000), a primeira civilização com uma cultura comercial documentada é a população de Jericó, Israel em 8.000 A.C. Sua cultura bem desenvolvida manteve um equilíbrio sustentável através da terra cultivada, obedecendo aos sistemas de canais de irrigação e compreendendo os princípios de conservação da terra. Quando a população em 3.000 A.C. foi invadida pelos Sumérios, o desequilíbrio ecológico colocou em declínio a cultura e a economia da região.

A cobiça econômica e o desejo de aumentar radicalmente o comércio local fizeram com que os invasores ampliassem as cadeias de canais de irrigação sem se preocuparem com a filtragem dos depósitos salinos e transbordamentos ocasionados pelas chuvas sazonais. Como resultado, a drenagem essencial foi eliminada, os canais foram preenchidos com lodo e as vastas áreas férteis foram sumindo rapidamente.

As sociedades egípcias, desde aproximadamente 4.000 a 2.000 A.C., também apresentavam uma preocupação com o ambiente e já, naquela época, aplicavam um programa de conservação ambiental em respeito aos ritmos sazonais das margens do Vale do Nilo.

A arquitetura passou por diversos períodos de apogeu e declínio e foi evoluindo e se adequando ao meio e ao público no decorrer do tempo. A preocupação ambiental ganhou relevância somente no século XX, sobretudo após as Guerras Mundiais. Segundo CASTELNOU (1999), essa nova arquitetura pós-guerra, ansiosa pela rapidez e funcionalidade, deu origem à Arquitetura Moderna, prevalecendo o racionalismo e o universalismo das formas.

O desenvolvimento de novos materiais produzidos em larga escala propiciou um importante avanço tecnológico na arquitetura, apresentando novo endereço visual à arte de projetar. O aparecimento do vidro e as grandes paredes transparentes trouxeram os jardins, antes valorizados somente no meio exterior, para dentro dos ambientes familiares ou de trabalho, proporcionando um maior conforto ao homem e colocando-o mais perto de suas origens.

Conforme PORTOGHESI (1999), mesmo a Arquitetura Moderna, tendo representado uma era de importantes descobertas para a indústria de materiais e meios de produção, consistiu num fato desastroso para a cultura e a história arquitetônica. A Era Moderna dirigiu os arquitetos de sua época para uma arquitetura fria e ostensiva, deixando de lado a história da arte e da arquitetura, bem como anos de experiências e tradições.

Com o grande desenvolvimento dos materiais e das novas tecnologias, nos anos 1980, tornou-se inevitável o surgimento de uma nova arquitetura, marcando assim o início da Arquitetura Contemporânea e com ela o despertar ecológico, que se caracterizou pela adaptação dos novos materiais existentes no mercado ao meio.

Dentro dessa arquitetura surgiu uma tendência ainda mais forte a respeito da ecologia, esta denominada pelos norte-americanos de *Green Architecture*, que nada mais é do que o fruto da conscientização da humanidade sobre o respeito à Natureza. O ambientalismo, palavra que teve seu surgimento nesse mesmo período, vem tomando espaço na atualidade graças às necessidades impostas pelo próprio ambiente.

A preocupação ambiental, a busca de novos materiais, a reciclagem de produtos na tentativa de diminuir os custos e proporcionar materiais ergométricos de maior conforto tende, nesse novo milênio, à aplicação, quase que exclusiva, da arquitetura verde, ou eco-arquitetura, que destaca o cuidado no uso de materiais construtivos, aparelhos domésticos de tratamento e reciclagem da água, energia, esgoto, etc.

#### 4. A ECO-ARQUITETURA

Essa nova tendência da arquitetura americana, surgida nos anos 80 e 90, ganhou mais relevância em países em que as dificuldades e necessidades causadas pela falta do ambiente natural obrigaram as pessoas a adaptação e conscientização a respeito desse problema.

Conforme CASTELNOU (1999:60),

*“A eco-arquitetura ou ‘green architecture’ refere-se à modalidade arquitetônica contemporânea que designa todo projeto com preocupações ecológicas especialmente em pesquisa energética e gestão de resíduos, assim como soluções para moradias de baixo custo.”*

Como herança da era das máquinas, com a evolução das indústrias e da tecnologia, segundo WINES (2000), um dos maiores dilemas da humanidade na atualidade, relaciona-se ao fato de desenvolver e construir habitações humanas em harmonia com o meio ambiente. A mesma mídia, que nas décadas passadas mostrou e supervalorizou as transformações e inovações do mundo com o surgimento da televisão, dos computadores e de novos sistemas de comunicação, nesse novo período de readequação dos fatos vem viabilizando uma nova percepção do mundo, recordando à população global a precariedade cultural a respeito da preservação ecológica no país.

Nos séculos XVI a XVIII, a maior preocupação com a natureza era em conquistá-la em benefício exclusivo do comércio. Somente no século XIX surgiram algumas motivações, a fim de conter esse compulsivo senso de depredação, com os homens temerosos das conseqüências desastrosas do crescente meio industrial. Mas a preocupação popular a respeito da ecologia foi lançada apenas em 1962, com o livro de Rachel Carson *“Silent Spring”*, o qual sinalizou para um movimento da mocidade, infelizmente associado a um movimento radicalista político, retardando ainda mais as propostas e decisões de preservação do planeta. Foi reavivado em 1980 por uma imprensa favorável e pelas sucessivas

manchetes a respeito das causas dos derramamentos de óleo, dos vazamentos e desperdícios nucleares e dos desastres das mudanças ambientais, que demonstraram à população a realidade e a urgência na resolução desses fatos.

Ainda de acordo com WINES (2000), na atualidade a população mundial é de cerca de seis bilhões de pessoas. A taxa de nascimentos gira em torno de noventa milhões de pessoas por ano. Com essas estimativas, as Nações Unidas esperam no ano de 2050 uma prevalência populacional de aproximadamente 11,9 bilhões de pessoas no planeta, o que, relacionado à demanda de água, superfície de terra, materiais e recursos naturais disponíveis, resultarão em alguns episódios de extinção.

Notoriamente no século XX, o ambiente construído e o desperdício irresponsável dos recursos naturais em benefício próprio fizeram da profissão arquitetônica o principal alvo de críticos que a qualificam como um dos maiores inimigos ambientais dos últimos tempos.

Segundo PORTOGHESI (1999), a especulação na construção civil não é o único fator de desequilíbrio do ambiente urbano: a falta de atenção a respeito da memória coletiva dos habitantes, da preocupação com o espaço e com a cidade constituíram-se nas mais usuais dessas causas.

Na instrumentalização da Eco-Arquitetura, não necessariamente os arquitetos precisam utilizar artigos alternativos para construir ou decorar suas obras. A utilização de meios direcionados a uma construção que consuma menos energia, matéria orgânica e outros, ou mesmo, uma arquitetura mais renovável, que utilize o meio sem depredá-lo, também seria um exemplo da arquitetura verde.

Declara KLINKE (1999:54):

*“Não adianta só levantar a bandeira verde sem analisar os vários processos que envolvem uma construção. Não basta só substituir um material por outro. Gasta-se tanta energia para se fazer uma fotocélula para energia solar, por exemplo, que ela só será ecológica onde não existe energia elétrica de fácil localização ou onde a falta dos recursos que a substituam sejam condições estritamente raras.”*

Para CASTELNOU (1999), as principais preocupações dessa nova corrente contemporânea na busca da ecologia são: pesquisas energéticas, com a busca de fontes alternativas de fluidos, água, energia solar, energia eólica; novas fontes de fabricação como o álcool, gás natural, etc.; impacto ambiental; gestão de resíduos; reciclagem de materiais; bioclimatização; redução de custos no dia-a-dia; democratização do espaço construído; e preservação do patrimônio e paisagem em geral, como a reutilização de antigos edifícios para outros fins.

Há alguns anos, pensava-se em construções ecológicas como obras totalmente simples e constituídas de materiais alternativos. Esse conceito foi se desfazendo à medida que o arquiteto ou engenheiro procurou demonstrar em suas obras que ser ecologicamente correto em construções não implica somente em mudar seus materiais e sim em mudar o processo de construção utilizado, economizando e não desperdiçando energia e produtos.

Essa nova tendência da arquitetura contemporânea está atraindo uma grande diversidade de arquitetos a fim de utilizar os novos materiais e limitações para exercer sua criatividade. A gama de produtos existentes e em produção acelerada atinge uma grande variedade de gostos, podendo ser utilizada em praticamente todos os ambientes, sejam eles internos ou externos.

Os materiais recicláveis e produzidos com pouquíssimos gastos de atravessadores químicos e energéticos serão, sem sombra de dúvida, materiais de vida infinita. A eco-arquitetura provavelmente refletirá como tendência por milhares de anos, podendo apenas mudar de nome ou de foco, mas sua utilização será eterna.

Conforme WINES (2000), a eco-arquitetura trabalha com uma variação muito grande de tendências e características. A gama de meios e produtos utilizados pelos arquitetos e as diferenças entre eles tornam difícil uma caracterização das semelhanças, e até mesmo, uma seleção de suas obras.

Por se tratar de uma arquitetura extremamente diversificada, a “*green architecture*” dificulta o próprio arquiteto a decidir em que ramificação ele vai fundamentar suas obras. WINES (2000) difere dos arquitetos estudados em quatro modalidades:

- *Os arquitetos ecológicos tecnicistas, são aqueles que não abrem mão da tecnologia e materiais altamente desenvolvidos em suas obras. Sua preocupação ecológica se reflete na utilização de sistemas e meios a fim de amenizar problemas como a falta de energia, a reutilização da água e a reciclagem de materiais;*

- *Os arquitetos ecológicos de pouca tecnologia, os quais usam basicamente em suas obras materiais alternativos e baseados na arquitetura vernacular dos antepassados, trabalham com mão-de-obra e materiais locais;*

- *Os arquitetos ecológicos utópicos são arquitetos que através de idéias, muitas vezes impossíveis de serem viabilizadas, apresentam soluções diferenciadas para um futuro distante; e*

- *Os arquitetos de vanguarda que se aproveitam do tema e da onda ecológica, na atualidade, para desenvolver uma arquitetura baseada nas formas e representações da natureza, porém sem nenhuma preocupação ecológica a respeito.*

Segundo WINES (2000), os primeiros arquitetos a trabalhar com a “*green architecture*” suportaram indiferenças, restrições, sendo que grande parte de seus trabalhos foi revogada e impedida de execução. A pressão das instituições governamentais, bem como dos clientes e do próprio comércio, dificultou a iniciação dessa arquitetura por muitos anos.

A era da ecologia representa um ponto crítico de conexão e transição. Para alguns arquitetos, trata-se de uma idéia revolucionária que veio para destruir suas teorias e métodos de trabalho convencionais. Para outros, tornou-se uma oportunidade de desenvolver uma nova tecnologia de mídia. E para arquitetos conscientes do problema, a cultura da população está sendo vista como o começo de uma arquitetura profunda baseada na tecnologia, na arte, na filosofia e principalmente na integração do homem com seu ambiente nativo, a Natureza.

## 5. CONCLUSÕES

No Brasil, a arquitetura verde teve um desenvolvimento ainda mais demorado em relação a outros países. Enquanto nos Estados Unidos e países de primeiro mundo essa tendência alcançou grandes momentos nos anos 80 e 90, no nosso país esses rumores só apareceram no novo milênio. Pessoas conscientizadas sobre o problema do meio ambiente estão disponibilizando, a cada dia, mais idéias e ações a fim de amenizar o impacto causado pelo homem e proclamar uma vida mais harmônica entre ele e o meio. Um dos setores econômicos que mais podem contribuir para a formação de uma cultura de preservação da Natureza é, sem dúvida, o do turismo.

Novos materiais com características ecológicas estão sendo lançados no mercado interno e exterior, facilitando e influenciando as pessoas a mudarem seus hábitos de acordo com os produtos disponíveis. Incentivos vindos das indústrias de tecido, papel, embalagens, produtos de limpeza, etc., e até mesmo da indústria alimentícia, buscam, na utilização e apresentação de seus produtos, empregar materiais renováveis e de fácil reutilização. Esses novos produtos ainda são de difícil acesso para a população como um todo, mas, conforme a necessidade e a procura destes se tornarem mais primentes, sua aquisição e utilização será uma consequência constante não só na arquitetura mas sim na vida do ser humano em geral.

O ambiente em que o ser humano vive nada mais é do que uma combinação entre o meio natural e aquele por ele construído, esperando-se, portanto, que estes dois ambientes estejam em harmonia e completamente integrados entre si.

A eco-arquitetura não implica em alguém ter que se desfazer dos avanços



tecnológicos e muito menos da redução do seu nível de vida da sociedade, mas sim da união e compatibilidade desses meios correlacionados, em função do bem estar da população e do meio ambiente em conjunto.

Há mais de um século o pensador socialista William Morris<sup>1</sup> disse:

*(...) cada um de nós está empenhado em vigiar e proteger o ordenamento justo da paisagem terrestre, cada um com o seu espírito e as suas mãos, na proporção que lhe cabe, para evitarmos legar aos nossos filhos um tesouro menor do que aquele que nossos pais nos deixaram.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ECOTURISMO. Disponível em: <http://www.ecobrasil.org.br>>. Acesso em: 19.maio.2001.

CAIXETA, Nely; COSTA, Maira da; ARNT, Ricardo. A explosão do turismo. *Exame*: 735.ed., n.5, p.43-59, 7 mar. 2001.

CASTELNOU, Antonio Manuel Nunes. **Teoria da Arquitetura II**. Apostila. Londrina, 1999. (Centro de Estudos Superiores de Londrina).

CORNELSEN, C. A.; NIEFER, I. A.; CONSONI, J.O.C. *et al.* **Bases para normatização e a certificação do turismo em áreas naturais no Estado do Paraná**. Curitiba: IAP, mar. 2000.

KLINKE, A. **Casa verde**. Londrina, 2000. (Notas de aula). Centro de Estudos Superiores de Londrina.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

LEMOS, Carlos. **Panorama geral. Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979, p.9-77.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Introdução ao Direito Ecológico e ao Direito Urbanístico**. 1.ed. Rio de Janeiro–São Paulo: Forense, 1975.

PORTOGHESI, Paolo. **Depois da arquitectura moderna**. 70.ed., 1999., p.25-67.

QUINTÃO, Ângela Tresinari Bernardes. Patrimônio Natural: utilitarismo versus ética ecológica. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.19, p.49-52. Brasília, 1984.

SANT'ANNA, Lourival. Realidade: não sabemos tratar turistas. **Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo, 11 mar. 2001. Caderno de Economia, p.B8.

WINES, J. **Green Architecture**. [s.l.]: Taschen, 2000.

---

<sup>1</sup> PORTOGHESI (1999, p.67).



## ARBORIZAÇÃO URBANA

*\*João Henrique Bonametti*

### RESUMO

No processo de planejamento urbano, a arborização tem um destaque especial no tocante à qualidade de vida e estética da cidade. Ela tornou-se parte de um todo, que constitui, em relação à área construída, um espaço recriado, no qual o homem pode reencontrar e amenizar os impactos sobre o meio. A cidade seria uma forma de ocupação organizada do meio ambiente, assim como uma colméia ou um formigueiro. Atualmente, o que se busca é a cidade ambiental e paisagisticamente correta, com uma arborização adequada a cada espaço aberto dentro de suas vias.

**PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Urbano; Cidade; Arborização; Meio Ambiente.**

### ABSTRACT

In the process of urban planning, tree planting has a special emphasis regarding life quality and the city aesthetic aspect. It has become a part of the whole, constituting a recreated space in which man may minimize the impact upon environment. The city would be a kind of environment organized occupation, like a beehive or an anthill. Nowadays, people search for the environmental city, one of a correct landscape, with an adequate tree plantation at every open space in its streets.

**KEY-WORDS: Urban Planning; City; Tree Plantation; Environment.**

---

\*Arquiteto e urbanista.

Docente do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR e do Centro Universitário Positivo – UniCenP, Curitiba, PR.

Mestre pela Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo – EESC/USP.

Doutorando pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto-Portugal.

*E-mail:* ducarmo@sercomtel.com.br

A convivência do homem em sociedade data desde a Pré-História. Paralelamente, a importância da vegetação vem variando ao longo do tempo com os diversos povos e suas gerações. Enquanto, para alguns, a presença das plantas era de máxima relevância para a sobrevivência da comunidade, para outros, elas tinham um caráter meramente estético. Nos dias atuais, a presença da vegetação dentro dos centros urbanos vem adquirindo extrema importância, pois quebra a artificialidade do meio, além de possuir um papel primordial na melhoria da qualidade do mesmo. Dessa forma, a arborização urbana vem se tornando cada vez mais um agente importante na melhoria do micro-clima local, assim como na diminuição da poluição, sem contar o papel estético inerente ao seu próprio uso.

A cada dia, a cidade vem ganhando mais destaque e interesse na vida de cada indivíduo, uma vez que, passo a passo, a humanidade caminha para uma vida eminentemente urbana, definida em seus aspectos quantitativos e qualitativos, suas dinâmicas e conteúdos. Ela reproduz a história, assim como as relações que o homem teve, e tem, do espaço, do habitar, do trabalhar, do comer, do beber, do conviver, enfim do viver (BONAMETTI, 2000).

Com o crescimento da população urbana e, por conseguinte, da área urbanizada, tem havido por parte das administrações públicas um maior interesse em prol da arborização das cidades, principalmente no que se refere à qualidade e preservação dos espaços de circulação dentro destas. Isto vem sendo fortalecido e incentivado pela própria comunidade, assim como influenciado pelo atual discurso ecológico, o qual incorpora esses espaços como sinal de uma melhor qualidade de vida, progresso e desenvolvimento urbano. Dependendo da escala, do porte e da localização das áreas de arborização urbana, os efeitos de amenização da paisagem, juntamente como os de melhoria no micro-clima local, podem indubitavelmente beneficiar de modo direto a vida da população.

A prática e uso corretos da arborização nos centros urbanos conduzem, de um lado, à transformação morfológica de áreas já ocupadas e, de outro, à incorporação de novas áreas, sob diferentes formas, ao espaço urbano. No caso das grandes cidades, ocorre progressivamente a deteriorização do centro e/ou das áreas centrais, as quais passam a ser ocupadas por casas de diversão noturna, pensões, zonas de prostituição, etc.. A vegetação e tratamento paisagístico podem contribuir para a revalorização desses espaços contemporâneos. Ao mesmo tempo, essa mesma vegetação pode vir a contribuir para a redução de níveis de poluição atmosférica e sonora, a estruturação de vias e a criação de espaços de identidade e referência na cidade.

A arborização urbana explica-se através da sociedade que a produz. Em outras palavras, pode-se dizer que é um produto da história das relações materiais dos homens e que, a cada momento, adquire uma nova dimensão, específica

de um determinado estágio do processo de trabalho objetivado e materializado, o qual aparece através da relação entre o construído (casas, ruas, avenidas, estradas, edificações, praças e parques) e o não-construído (o natural) de um lado e, do outro, o movimento, no que se refere ao deslocamento de homens e mercadorias, como signos que representam momentos históricos diferentes, produzindo assim uma interação entre as vias de circulação e a vegetação da cidade.

É de suma importância discutir e analisar o papel da arborização urbana para um melhor aproveitamento dos espaços não-edificados da cidade, melhorando assim a qualidade de meio ambiente. Para tanto, se faz indispensável a efetivação da política de pesquisar e estudar como a arborização das vias urbanas pode preencher corretamente o espaço da cidade, para depois se proporem medidas adequadas à melhoria funcional e estética destas áreas. A questão da arborização urbana é sempre o reflexo da relação entre o homem e a natureza, e pode ser vista como uma tentativa de ordenar o entorno com base em uma paisagem natural. O modo como ela é projetada e construída reflete uma cultura, que é o resultado da observação que se tem do ambiente e também da experiência individual ou coletiva com relação a ele. Assim,

*Se é possível identificar os elementos que compõem o nosso entorno visível, identificar sua origem e desenvolvimento, suas inter-relações e suas manifestações específicas em cada lugar, deve-se reconhecer que esses elementos não são duradouros, mas, ao contrário, estão em contínua e incessante mutação. Da mesma forma, a experiência individual ou coletiva está, também, sujeita a variações contínuas, a uma dinâmica que deriva do processo histórico de qualificação, sobre o qual incidem os fatores mais variados, desde a evolução das relações políticas, econômicas e sociais, até o desenvolvimento das técnicas, das artes, das religiões, da filosofia (LEITE, 1994).*

Igualmente importante é uma leitura por meio daquilo que não se vê, mas com que se identifica, ou melhor, por meio daquilo que não se consegue ver, mas se sente; enfim, por meio de tudo o que ajuda a ter sensações ou, ainda, por meio de tudo o que torna a visão possível, o que faz ver mais do se poderia ver; Por exemplo, as árvores que, à noite, tornam-se espectros e o vento que invade o intervalo entre elas.

A arborização urbana é na forma mais simples um conjunto de terras urbanas com cobertura arbórea que uma cidade apresenta; entretanto, este conceito é, normalmente, considerado de forma mais abrangente, aproximando-se do conceito de “área livre”. Admite-se, assim, no contexto da arborização urbana, as áreas,

as quais, independentemente do porte da vegetação, apresentam-se predominantemente naturais e não ocupadas, incluindo porções gramadas, lagos, etc.

As cidades brasileiras possuem na sua maioria áreas urbanas arborizadas, mas estas são pouco organizadas e com quase nenhuma preocupação quanto à escolha adequada das espécies vegetais, principalmente nas vias urbanas. Os profissionais da área já reconhecem que esses espaços deveriam ser tratados sistematicamente; porém, na prática, isto ocorre apenas em alguns centros urbanos. Conforme TARNOWSKI (1991), as espécies em uso na cidade deveriam estar de acordo com a paisagem urbana, “cooperando para realçar ou atenuar os efeitos de ocupação do solo pelas edificações”, como que re-equacionando os sistemas de transporte coletivo e de circulação viária, com uma melhor hierarquia das vias.

Tendo em vista que o sistema viário é fundamental na estruturação do espaço urbano, este deveria passar a ser o principal referencial paisagístico. Assim, as vias deixariam de estar organicamente relacionadas apenas às edificações, mas também seria subordinada a elas toda a circulação da cidade (veículos e pedestres). Faz-se assim necessária a intervenção de profissionais qualificados para que diminuam os problemas da má qualidade de arborização urbana no sistema viário. Somente com a reflexão deste tema, pode-se detectar quais os fatos que estão acarretando todos os graves problemas enfrentados pela sociedade, dia-a-dia, devido à vegetação inadequada nas vias urbanas. O planejamento urbano do sistema viário, quanto à sua arborização, deve seguir uma lógica natural na escolha das espécies vegetais e o espaço físico para as mesmas, respeitando o ecossistema, ao invés de se colocar uma cobertura arbórea inadequada àquela área.

Desse modo, a arborização urbana ganharia restrições, devendo ser planejada de acordo com a disponibilidade das áreas, além de levar em conta as vias para os pedestres e os padrões variados de pavimentação, combinados com os componentes dos mobiliários e equipamentos urbanos. Quando os conflitos, em determinado espaço urbano, tornam-se muito evidentes, faz-se necessária uma análise para se revitalizar esse espaço, criando um ambiente que integre o meio às novas expectativas sócio-culturais e funcionais, para então surgir um novo espaço paisagístico com elevado grau de legitimidade, o que melhoraria, sem dúvida, a qualidade de vida da população.

Podemos dizer, então, que o verde urbano reflete um alto grau cultural da sociedade quando esta entende que a vegetação, assim como o solo, o ar e a água, é uma necessidade do cenário urbano. Por fim, somente através de uma prática paisagística consciente poder-se-á contar com um ambiente urbano ao mesmo tempo agradável e eficiente, que respeite tanto o Homem como a Natureza.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONAMETTI, J. H. **A ação do IPPUC na transformação da paisagem urbana de Curitiba a partir da área central.** 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Área de Tecnologia do Ambiente Construído)-Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo – EESC/USP, São Carlos.
- FARRET, R. L. **O espaço da cidade.** São Paulo: Projetos Editores, 1985.
- KOHLSDORF, M. E. **A apresentação da forma da cidade.** Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 1996.
- LEITE, M. A. F. P. **Destruição ou desconstrução.** São Paulo: Hucitec-FAPESP, 1994.
- MEMÓRIAS DA CURITIBA URBANA. Curitiba: Depoimento 5, 1990.
- MERCANTE, M. A. A vegetação urbana: diretrizes preliminares para uma proposta metodológica. *In: NEMA, 3º Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente. Anais.* Londrina: Universidade Estadual de Londrina – UEL, 1991.
- RELPH, E. **A paisagem urbana moderna.** Lisboa: Edições 70, 1987.
- SANTOS, M. **Espaço & método.** São Paulo: Nobel, 1985.
- TARNOWSKI, L. C. Preservação do meio ambiente e a arborização urbana. *In: NEMA, 3º Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente. Anais.* Londrina: Universidade Estadual de Londrina – UEL, 1991.



## COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

*\*Gílson Jacob Bergoc*

### RESUMO

O texto seguinte, abordando o papel da cooperação no processo de desenvolvimento regional, foi extraído da dissertação de mestrado “Associações de Municípios do Estado do Paraná: Cooperação e Planejamento para o Desenvolvimento Regional”, orientada pelo prof. Dr. Celso Monteiro Lamparelli, defendida em 2001 na FAU-USP. Partindo dos objetivos das Associações de Municípios, o artigo discute as principais teorias que tratam do tema “região”, identificando novas possibilidades nas experiências contemporâneas, particularmente a importância da organização de municípios com a participação da sociedade civil no desenvolvimento de regiões que estão procurando saídas frente ao processo de globalização. Discute ainda a cooperação no processo de planejamento regional e a aparente contradição frente à competição entre municípios.

**PALAVRAS-CHAVE: Cooperação Intermunicipal; Desenvolvimento Regional; Planejamento Urbano Regional; Associativismo e Cooperação.**

### ABSTRACT

The following text, approaching the role of cooperation in the regional developmental process, has been taken from the master's degree dissertation called “City Associations in the State of Paraná: Cooperation and Planning for regional Development”, presented under the advisory of Dr. Celso Monteiro Laparelli, and defended in 2001 at FAU-USP. Taking the goals of the City Associations as a starting point, the article discusses the main theories dealing with region, identifying new possibilities in contemporary experiences, particularly the importance of municipal organization with the participation of civil society in

---

\* Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UniFil.

Coordenador do Colegiado do mesmo Curso.

Mestre pela FAU-USP.

*E-mail:* gilson@filadelfia.br

the development of regions that are looking for solutions in face of the globalization process. It discusses cooperation in the regional development process and the apparent contradiction of a competition among the cities.

**KEY-WORDS: Inter-Municipal Cooperation; Regional Development; Regional Urban Planning; Associationism and Cooperation.**

## COOPERAÇÃO

### A COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL

As Associações definem em os Estatutos que devem atuar em “*regime de íntima cooperação com as entidades congêneres e afins, bem como com órgãos estaduais, federais, entidades privadas ou mistas*”<sup>1</sup> (grifo nosso).

Pode-se questionar o que vem a ser essa cooperação, pois, se seus Estatutos definem a necessidade de **íntima cooperação** entre os Municípios, sabe-se que existe uma grande disputa entre estes, disputa essa por investimentos, liderança, auxílios, prestígio, etc. Ao mesmo tempo, várias lideranças que se apresentam como representantes dos municípios defendem suas autonomias e pregam a necessidade de maior independência administrativa, burocrática e até financeira, enquanto outros – às vezes até os mesmos – solicitam repasses da União e de seus respectivos Estados, demonstrando uma grande dependência de outras esferas do Estado para a sua sobrevivência.

A cooperação é, pois, um conceito-chave na análise dos objetivos, vida, sucesso e resultados das Associações e, portanto, merece um exame mais aprofundado.

### A COOPERAÇÃO NO CAPITALISMO

O fato de o homem ser um ser social, distinto dos demais animais pela sua capacidade de intervenção na natureza através do uso da razão, também se torna diferente ao criar meios e métodos de organização do seu trabalho, que proporcionam ganhos de produtividade acima de uma simples soma aritmética, ao colocar várias pessoas produzindo juntas e ordenadamente sob comando único.

---

1: ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ (AMUVI). Jandaia do Sul - PR. (Cópia reprográfica). 1969.



MARX (1980, p.374) tratou dessa questão em capítulo específico de sua obra. Demonstrou a importância que o trabalho cooperativo tem no processo de produção capitalista. Em sua conceituação mais elementar, define a cooperação como sendo *a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos.*

Nesta conceituação, MARX (1980, p.385) está se referindo à cooperação simples. Lembra também que não é um procedimento iniciado pelo capitalismo, pois já existiam formas de trabalho em cooperação em outros modos de produção e outros momentos da história. No entanto, o que mais chama a atenção é a afirmação de que *“a cooperação é a forma fundamental do modo de produção capitalista. Na sua feição simples constitui o germe de espécies mais desenvolvidas de cooperação, e continua a existir ao lado delas”* (grifo nosso).

A afirmação parece responder à questão mais instigante: Como pode existir **íntima cooperação** entre os Municípios se aparentemente eles disputam entre si investimentos, liderança, auxílios, etc. ?

No entanto, não termina por aqui a dúvida. Se é a forma fundamental, por que há a concorrência, a disputa entre os Municípios? Análises mais contemporâneas podem explicar melhor esse paradoxo.

LOJKINE (1972, p.12) trata dessa questão, afirmando que há uma oposição entre a organização – relativamente racional – da cooperação em uma unidade de produção, ou um conjunto de empresas controladas pelo mesmo grupo capitalista, e a “anarquia” que se manifesta na divisão territorial do trabalho.

Esse autor faz uma distinção entre a organização dentro de uma unidade produtiva, ou num conjunto de empresas de um mesmo grupo, e o que se passa fora dela. A divisão territorial do trabalho é a organização deste no espaço da cidade. Essa oposição é aparentemente contraditória à afirmação de ser *“a cooperação a forma fundamental do capitalismo.”* Pois, se o é, não deveria se manifestar também no espaço urbano e, mais, na relação entre as cidades? O que explica essa aparente contradição é o fato de existirem múltiplas interferências tanto em relação ao que chamamos de urbano, quanto nas relações existentes entre as cidades.

Não será um fenômeno isolado que possibilitará a compreensão deste que é um processo mais complexo e que tem caminhos nem sempre possíveis de serem “racionalizados”. As várias faces desse fenômeno precisam ser analisadas. Frise-se, também, que há uma interferência, não apenas de uma, mas de muitas vontades, que se expressam de diferentes formas e cuja força se altera com as mais variadas possibilidades. Essas múltiplas interferências requerem uma outra organização para fazer as mediações e o controle: o Estado.

## O PAPEL DO ESTADO E A COOPERAÇÃO

Lamparelli, ao estudar o processo de formação do urbano no modo de produção capitalista monopolista, afirma que:

*“A intervenção do Estado é determinada por múltiplas causas. O capital monopolista, que detém poder suficiente para influenciar decisivamente a ação estatal através de vários mecanismos, tenta instrumentalizá-lo no sentido de fazer com que suas intervenções beneficiem diretamente a acumulação de capital, quer através de ajudas diretas à produção, quer pelo viés dos subsídios ao custo de reprodução da força de trabalho, quer facilitando a realização do valor” (LAMPARELLI, 1997, p.27).*

O Estado atua de forma a atender aos diversos interesses existentes na sociedade, colocando-se socialmente como o defensor dos interesses da sociedade como um todo. Entretanto, aquele que possui as condições efetivas para influenciar nessa ação consegue formular as políticas que irão concretizar as ações desse Estado. As intervenções diretas no processo de acumulação podem ser relacionadas às injeções de capital repassadas ao sistema financeiro, ou mesmo à participação do Estado nas operações monetárias diárias, visando garantir a moeda nacional ante especulações de grandes “investidores” nacionais e internacionais.

As ajudas à produção, os programas de financiamento habitacional, saneamento e outras melhorias urbanas são bons exemplos de benefícios a vários interesses ao mesmo tempo. Em toda a cadeia produtiva da construção civil, da indústria do cimento e da siderurgia, passando pelas construtoras, incorporadoras, agentes financeiros e imobiliários, pela geração de empregos diretos e indiretos, até chegar ao beneficiário final, o morador de uma habitação, neste exemplo, recebe os impactos de uma política desse tipo.

Lamparelli explicita o capital monopolista como o detentor da força que pode influenciar decisivamente as ações do Estado, de forma geral. Dependendo do nível de governo, municipal, estadual ou federal, as condições que o Estado tem para fazer valer políticas que respondam às necessidades sociais são diferenciadas. Depende também da forma como o Estado está organizado, ou melhor, do regime do Estado, se autoritário ou democrático, bem como do patamar de organização e da capacidade de reivindicação e proposição da sociedade civil:

*“Por outro lado, o Estado, sobretudo em períodos de democracia formal, é sensível às lutas que se travam na sociedade civil e age muitas vezes em função dessas lutas, levando assim, em alguns casos, os benefícios de suas intervenções às classes dominantes. Essas lutas refletem-se ainda no seu próprio seio, influenciando a prática político-administrativa num sentido ou noutro, em função da correlação de forças conjunturais. Toda e qualquer intervenção estatal nas condições gerais é, no fundo, multifacetada, e um mesmo conjunto de ações, ou políticas, pode ‘beneficiar’, ao mesmo tempo, interesses divergentes. É nesta característica (entre outras) que reside a possibilidade do Estado fazer crer na sua isenção político-ideológica, perpetuando assim o mito do ‘Estado-neutro’” (LAMPARELLI, 1997, p.27-28).*

Aparecer como “Estado-neutro” é uma condição ideológica para a sua legitimação. A identificação direta com um grupo de interesse, com uma classe social, pode pôr em xeque o sentido da sua existência. No entanto, responder aos interesses de uma classe, pelo mesmo caminho que responde aos interesses de outra, reforça a idéia da neutralidade, contribuindo com a permanência do mito, como expressou Lamparelli. Assim, pode-se dizer que a cooperação no modo de produção capitalista, enquanto forma de articulação de diferentes interesses com objetivos comuns, tem um papel importante no processo de legitimação do Estado e também no processo de manutenção do próprio modo de produção.

Revedo as etapas das relações de produção capitalistas analisadas por Marx: cooperação simples, manufatura, grande indústria, TOPALOV (1978) acrescenta uma quarta etapa: a da automatização. Descreve cada momento dessa evolução, mostrando suas respectivas rupturas. Mostra, por um lado, como os trabalhadores vão sendo expropriados de suas ferramentas de trabalho, e, por outro, como vai sendo transferida para fora da unidade produtiva a responsabilidade pela formação de novas condições que vão possibilitar o aumento da produtividade, ao mesmo tempo em que se busca a criação de *“uma rede nacional e mundial de transporte e a especialização do capital comercial”* (TOPALOV, 1978, p.23).

O mesmo autor ainda afirma que:

*“Sobre esta base da reserva de mão-de-obra e da infra-estrutura industrial, as forças produtivas da cidade são o resultado, enfim, da conexão espacial da próprias empresas industriais. A concentração favorece as relações de interdependência de cooperação:*

*estas relações são instáveis, já que se estabelecem através do mercado e dependem do movimento do “lucro”. Não obstante, são essenciais para o desenvolvimento da divisão social do trabalho” (TOPALOV, 1978, p.25).*

A urbanização produz e reproduz as condições gerais. É um processo contínuo que requer alguns fatores básicos, que se alimentam mutuamente numa interdependência em que se pode relacionar a infra-estrutura, a mão-de-obra (reserva ou força de trabalho), as empresas produtivas ou de serviços, etc. Topalov explica da seguinte maneira:

*“Primeiramente, há um conjunto de infra-estruturas físicas necessárias à produção e aos transportes. Em segundo, uma reserva de mão-de-obra onde a força de trabalho se reproduz com base em equipamentos coletivos de consumo. Em terceiro lugar, um conjunto de empresas capitalistas privadas, no setor produtivo ou no setor de circulação, cuja cooperação no espaço aumenta a produtividade. Por último, e é essencialmente igual aos três elementos já citados, essas condições gerais estão constituídas pela articulação espacial desses elementos, por um valor de uso complexo que se desprende do sistema de todos esses valores de uso simples” (TOPALOV, 1978, p.26).*

Observe-se que essa inter-relação é indispensável aos vários elementos que participam desse processo. E é das diferentes necessidades oriundas de cada interesse que emerge a necessidade de cooperação. A aglomeração de pessoas, a demanda por infra-estrutura, atividades e serviços geram a necessidade de articulação espacial, que se complementam, tirando proveito dessa particularidade da organização social, econômica e política. Vários autores, além dos mencionados, procuraram entender e explicar essa situação, para diferentes momentos históricos do desenvolvimento do capitalismo. São eles: Castells, Lojkin, Lefebvre, Lamparelli, Singer, Oliveira, Santos, Harvey, Gottdiener, entre outros.

Entretanto, não é só a articulação espacial que necessita dessa inter-relação. As condições atuais do desenvolvimento das forças produtivas e o nível de concentração do capital engendram mecanismos mais aperfeiçoados e introduzem formas mais apropriadas a essa situação.

## O LOCAL E O GLOBAL

Lipietz, em artigo publicado na Revista “Espaço e Debates”, em 1994, chamou a atenção para algumas alterações significativas que já apontavam para o esgotamento do modelo fordista dominante após a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial. A crise de grandes empresas com enorme grau de organização e domínio sobre territórios que extrapolavam fronteiras nacionais, em paralelo com o crescente dinamismo de algumas experiências denominadas “desenvolvimento regional endógeno”, contrasta, segundo o autor, com os métodos de análise do desenvolvimento regional. “*O local e o global: na economia espacial, na economia regional ou internacional, este contraste não se situa somente entre objetos de estudo, mas consiste num contraste de método*” (LIPIETZ, 1994, p.10). Para explicar seu argumento, faz uma revisão crítica das principais teorias que tratam da questão, como será visto.

## TEORIAS DE REGIÃO E DESENVOLVIMENTO

As diferenças de crescimento e desenvolvimento de uma região são explicadas através de teorias que procuram relacionar natureza, forma, tipologias, modos produtivos, cultura, etc. de uma cidade e de uma região à sua posição em relação a outras cidades e regiões. Podemos encontrar em Santos, Lobato, Andrade, Harvey, Castells, Gottdiener, Rochefort e vários outros autores, brasileiros ou não, estudos e conceitos de região e de desenvolvimento.

O avanço da técnica e a consciência humana de suas conquistas sobre a natureza alteraram profundamente esses conceitos ao longo dos anos.

Uma publicação do IPEA (2000) traz importante contribuição para o entendimento da evolução desses conceitos, particularmente para os estudos sobre regiões e redes urbanas.

Interessa, entretanto, neste trabalho, procurar algumas explicações sobre as experiências de articulação regional onde os atores e agentes locais têm papel destacado no processo de desenvolvimento local e regional. Assim, será dada ênfase aos estudos desenvolvidos por alguns autores que procuram trabalhar nessa perspectiva.

## A TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS

LIPIETZ (1994, p.10-20) faz uma retrospectiva, relembando o debate pré-Segunda Guerra, quando foram formuladas as teorias da hierarquia urbana. Citando Christaller (1933), a Escola de Iena (Lösh, 1940) e os pressupostos utilizados para a formulação dessas teorias – espaço plano, homogêneo, questiona a emergência de concentrações urbanas de atividades manufatureiras ou terciárias. Questiona também como dar conta da hierarquia entre essas aglomerações. Formalizavam esses teóricos a concepção de que, partindo da premissa da maximização dos lucros e minimização dos custos, obtém-se um ponto “ótimo” na escala de produção. Este é atingido se o produtor contemplar um círculo definido de espaço homogêneo. “*As produções urbanas tenderão, portanto, a organizar-se em redes de ‘lugares centrais’ cujos círculos recobrirão o espaço, o que é melhor realizado quando a rede é constituída de malhas hexagonais*” (LIPIETZ, 1994, p.10).

O autor critica esse modelo teórico, lembrando que essa concepção remete à idéia de uma “mão invisível”, sendo um conceito “estruturalista”. Interpõe que as empresas instalam-se e concentram-se onde os clientes buscam os serviços ou as mercadorias; portanto, tirando proveito dessa aglomeração, que estabelece uma concorrência. Essas empresas apresentam “*economias de aglomeração internas no ramo*” e “*efeitos de proximidade*”.

*“Assim, a teoria espacial mais estruturalista, inspiradora das gestões administrativas do território mais funcionalistas, repousa sobre um imponderável, um não mensurável, um princípio de organização não mercantil, específico à própria aglomeração, que pode, no máximo, ser iniciado e estimulado por decisões administrativas superiores” (LIPIETZ, 1994, p.12).*

Acrescenta ainda a crítica que a grande fraqueza dessa teoria reside no pressuposto de que o espaço é homogêneo.

## A TEORIA DAS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO

Em seguida, expõe as “ortodoxias” que dominaram o debate nas décadas de 1960 e 1970: a teoria das etapas de desenvolvimento. São citados os autores que defendiam essa teoria (CLARK, 1951; ROSTOW, 1963; e VERNON, 1966), em que cada área geográfica passaria pelas mesmas etapas, pelos mesmos estágios de desenvolvimento para, então, em algum momento, atingir um mesmo patamar.

*“Cada área geográfica deveria supostamente passar pelas mesmas etapas do esquema histórico de Colin Clark (1951), os estágios: pré-industrial (primário), industrial (secundário), pós-industrial (terciário ou quaternário). Mas todos os países (ou regiões) não “decolariam” no mesmo momento, daí o desenvolvimento relativo de uns em relação a outros a cada momento histórico. [W. Rostow (1963)]” (LIPIETZ, 1994, p.12).*

As diferenças existentes, segundo essa teoria, se explicavam por causa de uma defasagem em relação ao momento da “*decolagem*” e pelo fato de que, progressivamente, há um deslocamento da produção para os países menos desenvolvidos.

*“Transversalmente a essa diferenciação das áreas geográficas, os novos produtos inventados nas zonas mais desenvolvidas se banalizariam e a sua produção se deslocaria para centros menos desenvolvidos (ciclo do produto de Vernon [1966])” (LIPIETZ, 1994, p.12).*

Lipietz critica essas formulações, principalmente porque remetem à “*teoria*” para acasos da história, para a “*personalidade dos países*”, sendo que a “*decolagem*” depende de reformas internas, mas que, uma vez passadas as etapas, os últimos “*alcançariam*” os primeiros, importando seu *know-how*. Afirma o autor que a teoria “*deriva de uma metodologia ‘individualista’ (com ‘indivíduos coletivos’: os países)*” (LIPIETZ, 1994, p.12).

Essa forma de explicar a realidade leva à formulação de outra teoria, que denomina como “*teoria globalmente estruturalista: a teoria da dependência*”, que define o **subdesenvolvimento** como sendo o **outro lado do desenvolvimento**. A dominação política e a concorrência do mercado mundial entre nações seriam as responsáveis pelas diferenças de acúmulo desses países. Consolidar-se-ia, então, uma “*divisão internacional do trabalho entre um centro dominante, manufatureiro e terciário, e uma periferia dominada, exportadora de bens primários, agrícolas e minerais.*” Impedimentos, em razão da troca desigual e dos progressos da competitividade do centro, tornavam as condições de entrada nos circuitos mais elevados cada vez mais difíceis. Essa teoria era facilmente transposta para as regiões internas dos países, segundo o autor.

Por outro lado, novos países se industrializavam no Terceiro Mundo. Em fins dos anos 1970 surge, segundo o autor, uma “*nova ortodoxia*”: a nova divisão internacional do trabalho. A teoria foi formulada inicialmente como uma “*relocação*” entre a organização do trabalho e os principais mercados

dos países desenvolvidos e a atividade de menor qualificação, em particular, as atividades de mão-de-obra, que caberiam às regiões mais pobres. As principais críticas são com relação à generalização de “*um estruturalismo global dirigindo o conjunto da economia-mundo*” formulada pelo próprio autor. As críticas até admitiam a hipótese do controle no âmbito de um território politicamente homogêneo. No entanto, não poderiam ser generalizadas indiscriminadamente. Assim afirma LIPIETZ (1994, p.13):

“Se, portanto, as firmas internacionais buscassem estender os seus circuitos de ramos sobre as nações como elas tinham feito sobre as regiões, elas encontrariam aí um agente muito mais autônomo, o Estado local, expressão de uma ‘indiossincrasia’ local, com os seus agentes, os seus conflitos e suas ambições.”

A presença desses agentes inibe ou dificulta, em alguns casos, e facilita ou melhora as condições, em outros, não cabendo uma generalização simples do controle externo da economia para as regiões, indiscriminadamente.

## O DESENVOLVIMENTO REGIONAL “ENDÓGENO”

O estudo da “Terceira Itália”, uma experiência de desenvolvimento, serviu como estudo de caso que levou a um rompimento das teorias mencionadas acima (estruturalistas e pré-deterministas).

G. Becattini (*apud* LIPIETZ, 1994, p.14) assinalou que o tipo de organização industrial dessas regiões, uma mistura de concorrência-emulação-cooperação no meio de um sistema de empresas pequenas e médias, lembra um conceito antigo: o “distrito industrial.”

LIPIETZ (1994, p.14) credita a Piore e Sabel (1984) a interpretação desses casos, dentro de uma tendência mais ampla chamada “especialização flexível”, na qual a forma espacial seria o distrito, comparativamente ao circuito de ramo, que é a forma espacial do fordismo. Afirma Lipietz que:

“Esta nova bifurcação industrial devolveu com efeito todo o seu lugar à profissionalidade da mão-de-obra, de um lado, e, de outro, à inovação descentralizada e à coordenação (pelo mercado e pela reciprocidade) entre firmas: duas características já evocadas a respeito da atmosfera social do distrito industrial” (LIPIETZ, 1994, p.14).



Analisa alguns casos, mostrando conclusões semelhantes, por caminhos diferentes. LIPIETZ (1994, p.14) afirma que na Califórnia (EUA) propuseram um modelo de emergência de “*pólos de crescimento*” surgidos quase do nada, estabelecendo uma nova maneira de se conceber e interpretar o desenvolvimento das regiões.

*“Assim, do menor distrito italiano até as megalópoles mundiais, o novo paradigma tecnológico da “especialização flexível” daria impulso não somente à volta das usinas e dos escritórios para as zonas urbanas, mas ainda a (sic) retomada do crescimento quantitativo das metrópoles; forma espacial enfim encontrada da saída da crise do fordismo. A futura hierarquia das cidades e regiões urbanas mundiais resultaria da estratégia interna desses distritos (ou conjunto de distritos): que vençam os melhores!” (LIPIETZ, 1994, p. 15).*

Está, então, colocado um novo paradigma, em que a coordenação entre diversos agentes – a firma, o profissional, o Estado – interligados num espaço comum – o local, a região – e sedimentados por uma forte relação – a “*atmosfera*” – acrescenta elementos novos e cria perspectivas de desenvolvimento para diversas situações antes tidas como difíceis de superar.

Sintetizando essa evolução, o autor ressalta o deslocamento das preocupações teóricas e faz considerações sobre o método, destacando, por um lado, que o “*estudo das modalidades das relações entre atividades econômicas separadas*” ganha peso nessa nova maneira de produzir; e, por outro lado, a “*espontaneidade aparente dos agentes nas suas iniciativas concorrentes parece ter a primeira e a última palavra. Essa grande mudança parece ser a chave da nova geografia econômica.*”

No entanto, a “*espontaneidade aparente*” de que trata não está desvinculada das condições pelas quais a sociedade se articula. O próprio autor, apontando uma “*contradição entre a subjetividade empresarial e a coerência social*”, afirma que há a necessidade de uma regulação, pois, segundo ele, “*a materialização das atividades no espaço, a paisagem econômica no sentido próprio da palavra, é a primeira das formas de regulação*” (LIPIETZ, 1994, p. 15).

O desenvolvimento de meios de comunicação, que permitem a realização de controle a longas distâncias de forma instantânea, introduziu preocupações diferenciadas na compreensão do que poderão vir a ser as novas formas de assentamento da humanidade. A diminuição dos equipamentos de processamento de informação, a criação dos computadores pessoais, dão

margem a se vislumbrarem novas formas de organização social, “*abrindo lugar para a utopia e a esperança*” (SANTOS, 2000), fazendo renascer expectativas bucólicas, de retorno à natureza, de vida no campo, do homem isolado no espaço, mas que desempenha todas as atividades hoje exercidas na cidade, sem estar na cidade. Entretanto, mesmo com a diminuição da taxa de crescimento urbano verificado nas metrópoles, principalmente do primeiro mundo, essa expectativa ainda não se confirma, principalmente para os países do terceiro mundo ou países emergentes.

As cidades médias passam a liderar o crescimento urbano nos principais países do mundo. SANTOS (1994) explica essa tendência, relacionando-a ao atual estágio de desenvolvimento técnico, intimamente ligado ao próprio desenvolvimento científico e que confere nova qualidade ao espaço.

## URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E COOPERAÇÃO

Com relação ao fenômeno observado do crescimento relativamente maior das cidades médias (entre 200 mil e um milhão de habitantes) comparado às metrópoles com mais de um milhão de habitantes do Brasil, Santos apresenta algumas considerações sobre a situação estudada. Após descrever os dados comparativos entre os dois casos, afirma que:

*“Essas cidades médias vão, cada vez mais, e isso num crescendo, convertendo-se em uma casa do trabalho intelectual, o lugar onde se obtêm informações necessárias à atividade econômica. Serão, por conseguinte, cidades que reclamarão cada vez mais por trabalho qualificado, enquanto as maiores cidades, as metrópoles, por sua própria composição orgânica do capital e do espaço, poderão continuar a acolher populações pobres e despreparadas”* (SANTOS, 1994, p.23).

Segundo a CEPAL (1998), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, atualmente 73,4% da população da América Latina e Caribe vivem nas cidades, percentual que deverá chegar a 85% até o ano 2025. As cidades médias são as que mais crescem na região, devendo, portanto, absorver uma grande parte desse crescimento geral, segundo esse estudo. O Brasil, segundo o Censo-2000 (IBGE, 2000), já apresenta 81,2% da população vivendo nas cidades.

ANDRADE & SERRA (1999), ao estudar esse fenômeno no Brasil, demonstram que:

*“Entre 1970 e 1991, os municípios com população urbana entre 100 mil e 500 mil habitantes incorporaram cerca de 35 por cento de todo crescimento demográfico urbano nacional. Tal dinamismo fez com que este conjunto de centros, que em 1970 detinham 12,6 por cento da população urbana nacional, passasse em 1991 a agrupar 24,4 por cento desta mesma população.”*

Nos Estados Unidos, outras regiões crescem e se desenvolvem, como a região da Califórnia, suscitando novas explicações. Lipietz, Castells, Harvey, Gottdiener e outros estudam o fenômeno, procurando entender o novo paradigma.

SANTOS (1994) explica o papel atual de algumas metrópoles, tal como São Paulo, chamado “*informacional*” ou “*relacional*”, onde se “*promove a coleta das informações, as armazena, classifica, manipula e utiliza a serviço dos atores hegemônicos da economia, da sociedade, da cultura e da política*” SANTOS (1994, p.24).

Constatando que vivemos um “*novo patamar da integração territorial brasileira, com uma nova qualidade do sistema territorial urbano, (...) devido à maior densidade da configuração territorial (...)*”, o autor avança afirmando que o “*uso da ciência, da tecnologia e da informação cria as condições para uma maior divisão do trabalho,*” formulando, assim, a hipótese de que estas condições poderão propiciar “*mais solidariedade e maior peso dos fatores organizacionais, levando a uma rapidez e a um vigor maiores, ou mesmo brutais, nas mudanças de hierarquia*” (SANTOS, 1994, p.25).

Acreditando que o futuro é feito de “*tendências e de vontade*”, afirma tacitamente que isso dependerá das “*políticas públicas que possam ser geradas.*” Finaliza, afirmando que:

*“A forma que toma a urbanização neste fim de século aparece como um dado fundamental para admitirmos que o processo irá adquirir uma dinâmica política própria, estrutural, apontando para uma evolução que poderá – se não for brutalmente interrompida – ser positiva” (SANTOS, 1994, p.26).*

Lipietz parece concordar com Santos ao afirmar que “*a aglomeração, com o seu cortejo de oportunidades potenciais, atualizáveis a baixo custo, foi e permanece a primeira condição do mercado capitalista*” (LIPIETZ, 1994, p.15). E, também, põe por terra os sonhos alimentados de uma sociedade organizada de indivíduos isolados, afirmando que “*é mais um*

*resultado convergente da geografia econômica: a telemática em nada fez recuar o desejo de aglomeração. Para agarrar as ‘oportunidades’, é preciso estar lá, estar no lugar, observar, com os seus próprios olhos, ‘face a face’ ” (LIPIETZ, 1994, p.15).*

Comenta, ainda este autor, as novas formas de organização da produção e suas implicações espaciais. Descreve, por um lado, os “*distritos industriais*”, cujo modelo é a “*Terceira Itália*”, em que a “*atmosfera*” favorece as transações mercantis e se materializa na própria sociedade civil; e, por outro, a “*acumulação flexível*”, formada pela polarização do trabalho, polarização social, triunfo do mercado, retirada do Estado, flexibilização das técnicas e da mão-de-obra.

Após algumas considerações sobre os limites desses “*modelos*”, conclui, inclusive citando outros autores, que “*o novo modelo simplesmente não existe ainda, é, portanto, inútil adaptar as formas de desenvolvimento espacial ao conceito da ‘acumulação flexível’.* É melhor estudar ao vivo as novas formas de regulação que se colocam e refletir sobre a sua coerência” (LIPIETZ, 1994, p.16).

*“É aí que se amarram, pouco a pouco, todas as contribuições recentes buscando superar os termos caricaturais do debate: ‘divisão internacional de trabalho’ contra ‘distritos industriais’. E, como é de regiões urbanas que se trata, a atenção vai se focalizar sobre as formas de regulação intermediárias entre a materialidade da aglomeração urbana e o governo, a legislação e a ação do Estado. Emerge então um conceito inglês para o qual é difícil dar um nome em francês: aquele de governance” (LIPIETZ, 1994, p.16).*

## “Governance”

Lipietz define assim o conceito de “Governance”:

*“Trata-se de todas as formas de regulação que não são nem mercantis, nem do Estado. Para parafrasear a definição de Gramsci (o estado = sociedade civil + sociedade política), a governança é a sociedade menos o mercado. Mas, temos de acrescentar a sociedade política local, os notáveis, as municipalidades” (LIPIETZ, 1994, p.16-17).*

O conceito, introduzido por Lipietz, procura amarrar a compreensão sobre as novas formas de organização das regiões, que suplantam o paradigma da divisão internacional do trabalho, e as etapas de desenvolvimento, ou mesmo o

desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Estas estão vinculadas aos modelos de organização territorial, em que a rígida hierarquização de suas estruturas e infra-estruturas, aliada a uma grande densidade, permite condições de acumulação para grandes empresas multinacionais e seus países de origem.

Introduz, de nova maneira, a questão da cooperação entre os diversos atores. Nesse sentido, procura estabelecer algumas relações entre as organizações industriais, a coordenação de suas operações e a infra-estrutura de transporte e de comunicações. Cada uma supre aspectos particulares dentro dessa forma organizacional. Assim descreve:

*“ ... Se a essência da nova organização industrial é a conjunção da autonomia de gestão das unidades econômicas e de sua cooperação rotinizada, umas com as outras, (divisão social, mais ‘face a face’), a topologia da rede vai depender das formas técnicas e sociais de organização e de interface do que tem de permanecer ‘modularizado’ de um lado, ‘coordenado’ de outro. (...) Por conseguinte, uma boa rede de transportes e de comunicações pode compensar a perda de certas vantagens de aglomeração” (LIPIETZ, 1994, p.17).*

Chamando a atenção para a necessidade da existência de uma “*atmosfera específica do distrito de redes*” e para as dificuldades de formação dessa atmosfera, é introduzida a questão que parece ser fundamental nesse processo e para o novo paradigma: a política. Ao mesmo tempo, o autor em foco lembra que, ao se definir que regiões necessitam do agente político para seu funcionamento, ficam desbancadas as teorias neo-liberais, que pregam o afastamento do Estado.

## **O ESTADO AGENTE OU GERENTE**

Entretanto, a retomada dessa vertente, proporcionada por agente tão polêmico, não ocorre por acaso. Condições específicas relacionadas às características da gestão própria de cada região podem produzir resultados bastante diferenciados. Em sua conclusão sobre esse papel, Lipietz chama a atenção para tal aspecto, da seguinte maneira:

*“A insuperável dialética do local e do global, que apontamos na introdução como consubstancial a toda análise social, é reencontrada a (sic) nível de formas de governança. Portanto, só poderá haver um certo tipo*

*de ‘regiões que ganham’ (ou, de preferência, uma certa maneira de ganhar, para uma região) no quadro de um certo tipo de Estado nacional (ou confederal: Lipietz [...], Leborgne e Lipietz [...]) e esses Estados só ganharão na competição econômica internacional se souberem suscitar este tipo de ‘regiões que ganham’. E as regiões ou os países que ‘perdem’ serão condenados à marginalização, ou a uma subordinação cada vez mais estrutural (por exemplo, via subcontratação), em relação às regiões que ganham” (LIPIETZ, 1994, p.18).*

SANTOS (2000), em recente trabalho, analisando aspectos relacionados ao Estado, em particular à inserção do Estado brasileiro nesse contexto, afirma que o Estado continua forte, pois é ele quem dispõe das condições de regulação nas regiões, bem como é ele quem financia e constrói infra-estrutura, ou seja, prepara as condições gerais para essa organização. Assim, afirma:

“Ao contrário do que se repete impunemente, o Estado continua forte e a prova disso é que nem as empresas transnacionais, nem as instituições supranacionais dispõem de força normativa para impor, sozinhas, dentro de cada território, sua vontade política ou econômica. (...) Mas a vida de uma empresa vai além do mero processo técnico de produção e alcança todo o entorno, a começar pelo próprio mercado e incluindo também as infra-estruturas geográficas de apoio, sem o que ela não pode ter êxito. É o Estado nacional que, afinal, regula o mundo financeiro e constrói infra-estruturas, atribuindo, assim, a grandes empresas escolhidas a condição de sua viabilidade” (SANTOS, 2000, p.77).

QUINTO (2000), estudando as transformações que ocorrem em São Paulo e Região Metropolitana, comparando-as com as que ocorreram e ainda acontecem em Los Angeles, um dos modelos do novo paradigma, conclui que o mercado da mão-de-obra é que tem o impacto mais significativo:

*“Nas transformações ocorridas em Los Angeles no processo de reestruturação produtiva, observamos que processos suplementares de diferenciação tendem a invadir as estruturas do mercado de trabalho. As transformações na estrutura territorial da metrópole em função da reestruturação produtiva, no caso da metrópole paulistana, não deverá ser significativa (sic). Porém, no que diz respeito ao mercado de mão de obra e sua localização residencial, deverão ser bastante afetados tal como vem ocorrendo em Los Angeles” (QUINTO, 2000).*

ARAÚJO (1999), ao analisar o Programa Brasil em Ação, definidor dos projetos prioritários de investimento para o período 1996-1999, especificamente os de infra-estrutura, que são, segundo sua avaliação, “*capazes de influir na*

*dinâmica regional do Brasil, em tempos de globalização*” (destaque da autora), explícita e crítica algumas tendências importantes, perceptíveis nesse projeto em relação a:

- “(...) *integração dos espaços dinâmicos do Brasil ao mercado externo, em especial ao Mercosul e ao restante da América do Sul, consistente com a opção brasileira de promover a **integração competitiva**; (...)*
- (...) *prioriza dotando de acessibilidade os **focos dinâmicos** do Brasil (agrícolas, agro-industriais, agropecuários ou industriais), deixando em segundo plano as áreas menos dinâmicas ou os tradicionais investimentos **autônomos** (...);*
- (...) *concentra os investimentos no Sul/Sudeste, na fronteira noroeste, e em pontos dinâmicos do Nordeste e Norte, seguindo os espaços que vêm concentrando maior dinamismo nos anos recentes*” (destaques da autora) (ARAÚJO, 1999, p.19-20).

Compara, ainda, as conclusões a que chegaram os professores do Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, citados por BRANDÃO *et al.* (apud ARAÚJO, 1999, p.20), em que “os investimentos propostos nos **Eixos** aprofundam, ao invés de buscarem reduzir, a heterogeneidade estrutural do Estado. Fragmentam, ao invés de integrar” (destaque da autora).

A concentração do capital em algumas grandes empresas multinacionais faz do Estado um mero apêndice de seus interesses. DOWBOR (1999, p.22) explica que “a formação de um megapoder das 500 a 600 corporações transnacionais deslocou os espaços políticos.” Esse deslocamento acontece pela força econômica que essas empresas adquiriram. Como exemplo, o autor cita que a “*fusão recente de bancos gerou um grupo financeiro com 700 bilhões de dólares de capital*” (DOWBOR, 1999, p.9). Se compararmos com o valor do PIB brasileiro, teremos a dimensão do que significa isso: US\$ 777 bilhões em 1998, segundo dados do Banco Central do Brasil. Outra comparação feita por Dowbor é em relação ao valor das transferências especulativas que atingem a ordem de 1,3 trilhão de dólares. Afirma o autor que não chegam a meia dúzia os países do mundo que conseguem ultrapassar a faixa do trilhão de dólares na produção de bens e serviços por ano.

O que fica explícito com essas análises é que a integração do Brasil no processo de internacionalização e globalização tem suas particularidades, não sendo apenas um reflexo do que ocorre na Itália ou nos Estados Unidos.

O Estado cumpre um papel importante nessa reestruturação, criando políticas e fazendo suas opções no sentido de promover uma integração com o mercado global. A questão é que essas políticas e opções, sinalizadas até o presente pelo Estado brasileiro, não se dirigem para a criação de um mercado consumidor interno forte, possibilitando uma inserção que garanta um crescimento adequado a todas as regiões do País. Ao contrário, aponta para estimular áreas de **maior dinamismo e competitividade** a se integrarem ao mercado globalizado, competindo a partir de interesses privados, em detrimento do mercado interno, do mercado local e das regiões internas ao País. Responde mais aos interesses de grandes grupos financeiros e especulativos do que às necessidades de sua população. Corre o risco de promover, assim, a fragmentação do território, ao invés de sua integração, e a ampliação das desigualdades, ao invés de sua minimização (ARAÚJO, 2000, p.21).

### O poder local emergente

O Estado centralizado, que pretendia dar respostas a todos os problemas de um grande território, não está atualmente à altura das necessidades internas de seus diferentes lugares, seus diferentes municípios, diferentes regiões, se é que esteve, em algum momento.

A diversidade das condições locais – físico-territorial, de infra-estrutura, de meios-de-consumo coletivo (educação, saúde e outros), de etnias, crenças, costumes, etc. – evoca problemas que necessitam respostas específicas a cada situação.

As mais diferentes iniciativas, com agentes de outros níveis governamentais ou não, surgem a todo momento apontando para uma possibilidade diferente. ARAÚJO (1999, p.21) menciona que “(...) a *emergência de atores locais ativos (governos estaduais, governos municipais, entidades empresariais locais)* é um fato importante no contexto dos anos recentes.” Enfatiza a necessidade de ação do Governo Federal, do Estado Nacional. Fortalece o aspecto positivo que estes novos atores, “*que vêm de baixo,*” podem cumprir nesse processo, atuando como articuladores de projetos e estratégias de desenvolvimento local e regional.

Dissertando sobre os problemas que a globalização tem trazido para os povos do mundo todo, a *fábula* e a *perversidade* da situação, as condições materiais em que isto ocorre, particularmente em relação ao avanço das condições científicas, tecnológicas e informacionais do mundo atual, SANTOS (2000) também concorda com as possibilidades abertas por esses novos atores. Cita-os



como sendo o processo da tomada de consciência da classe média frente à sua recente experiência com a perda do partilhamento do poder e a convivência com a escassez. Enfatiza a necessidade de uma aliança, da busca de solidariedade para com os pobres que vivem em situação de carência, que são *“aqueles que descobrem cada dia formas inéditas de trabalho e de luta”* (SANTOS, 2000, p.132).

Reafirma a força que tem o Estado atual. Que ele não está morto e, assim, revela a quem está servindo prioritariamente. Ao mesmo tempo, denuncia as condições a que estão submetidas grandes parcelas da população, as quais deveriam receber a atenção desse Estado.

*“Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é o seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil”* (SANTOS, 2000, p.19).

Afirmando que a *“história apenas começa,”* o autor convida a ousar, *“pensar que a história do Homem sobre a Terra dispõe afinal das condições objetivas, materiais e intelectuais, para superar o endeusamento do dinheiro e dos objetos técnicos e enfrentar o começo de uma nova trajetória”* (SANTOS, 2000, p.173).

Como defendem Araújo, Santos e outros, constatar a situação de “entrega” do patrimônio social e de “descompromisso” com as condições de vida das pessoas não é o fim da questão. É apenas o começo. Há uma outra possibilidade sendo forjada que merece atenção e preparo para ser enfrentada, utilizando-nos de todas as possibilidades que temos à mão. E essas possibilidades não são poucas. Como reafirma SANTOS (2000, p.174), *“as condições materiais estão dadas para que se imponha a desejada grande mutação, mas seu destino vai depender de como disponibilidades e possibilidades serão aproveitadas pela política.”*

## **Experiências emergentes**

DOWBOR (1999) recorda as últimas conferências sobre assentamentos humanos e outros estudos sobre os problemas urbanos do mundo atual. Afirmando que a cidade é a unidade social básica da organização social e lembrando que milhares de cidades no mundo são **organizadas** de maneira equilibrada, defende que não se espere por uma saída de um *“gênio teórico”*, mas sim, que

se busquem formas de articulação democrática da Sociedade Civil, do Estado, e das Empresas aos objetivos econômicos, sociais e ambientais, procurando superar o desgaste das formas tradicionais de política. O autor aponta para a importância das grandes corporações financeiras transnacionais e do poder econômico – e conseqüentemente político – que elas detêm, paralelamente à fragilidade do Estado, e ressalta a importância das chamadas **organizações da sociedade civil** e a necessidade de sua incorporação ao processo social, compondo um tripé social: empresas, poder político e sociedade civil organizada.

O autor enfatiza a importância das redes informacionais nesse processo, quebrando o isolamento a que eram submetidas antigas organizações, “*onde a Internet já nos aponta para paradigmas renovados de organização social.*” Questiona a “*velha verticalidade*”, vendo-a como inviável diante de tantas possibilidades novas, proporcionadas por essas redes. Ressalta que a questão não passa mais para a opção entre “*privatização ou estatização*”, mas pela “*construção de articulações adequadas entre Estado, mercado e comunidade, por um lado, e os diversos níveis de Estado – poder central, estadual e municipal – por outro*” (DOWBOR, 1999, p.12).

Dowbor ilustra essa possibilidade com a experiência pela qual vem passando a África do Sul: negociações diretas entre os interessados, que efetivamente movem a máquina econômica do país, ao contrário da nossa experiência, em que somos controlados pelos interesses de monopólios públicos ou privados. Cita também a experiência escandinava, onde parte essencial dos recursos é alocada “*através de um sistema generalizado de cooperação política entre centros independentes de tomada de decisão no Estado, nas organizações e nas instituições financeiras*” (NIELSEN & PEDERSEN, *apud* DOWBOR, 1999, p.13).

O autor lembra a experiência brasileira das **câmaras setoriais** e experiências em andamento, como a da Prefeitura de Porto Alegre e outras, através de orçamentos participativos. Mostrando compreensão das dificuldades inerentes às propostas apresentadas, tendo em vista a realidade brasileira e, também, a realidade da globalização econômica, afirma que o problema essencial está em “*dimensionar o espaço viável de construção de projetos políticos nacionais, regionais e locais, dentro de um quadro econômico e político manejado por atores que trabalham em níveis diferentes*” (DOWBOR, 1999, p.15). Procura, assim, enxergar os limites e as possibilidades dessa saída. Segundo ele, o enfrentamento efetivo do *apartheid* social interno é a única forma de o Governo recuperar a capacidade de manobra interna e externa.

Ao demonstrar as inúmeras possibilidades de organização por fora dos sistemas tradicionais – empresas, Estado – e a relação de uma grande parcela

destes com a esfera de atuação local, o autor ressalta a importância do município, do Poder local, na organização dessa saída, nada burocrática.

DOWBOR (1999, p.25) faz coro à crítica feita por Darci Ribeiro, de que a classe dirigente brasileira “conseguiu nestes últimos cinco séculos permanecer igual a si mesma, exercendo sua interminável hegemonia,” ou melhor, segundo DOWBOR (1999, p.23), “o capitalismo brasileiro, nesse ponto, consegue uma proeza impressionante: não mudou nada.”

Conclui ressaltando as novas experiências que constroem uma consciência cidadã:

*“... programas de renda mínima, que associam renda com educação e abrem algumas perspectivas para os mais pobres; programas de geração de emprego e renda, além de reformas agrárias pontuais, que contribuem para elevar o nível de renda de todos, inclusive dos mais ricos; impostos progressivos sobre os usos especulativos do solo urbano; gestão de programas sociais através de organizações da sociedade civil e assim por diante” (DOWBOR, 1999, p.23).*

O autor enfatiza que o avanço e o sucesso dessas experiências tendem a ter um efeito multiplicador. Há um crescente número de municípios que conhecem alternativas em que dependem mais de si mesmos, dando uma perspectiva de transição organizada para uma outra sociedade. Chama a atenção para um “crescente número de grupos empresariais, de jornalistas, de professores, de formadores de opinião dos mais diversos níveis, que está tomando consciência de que a mudança é necessária e de que as formas organizadas que essa mudança está assumindo constituem uma oportunidade histórica” (DOWBOR, 1999, p.23).

BONDUKI (1996) organiza o relato e a reflexão da última Conferência sobre o Habitat desse século. Muitas experiências apontam para questões relacionadas a saídas locais e regionais voltadas para o gerenciamento, auditoria não-governamental, proteção e recuperação de áreas degradadas, destinadas à habitação ou à proteção de mananciais, gestão pública não-estatal, etc. A ênfase dos relatos está na participação da população, através de associações, cooperativas e outros tipos de organizações não-governamentais. Mas, outras tantas se dão a partir da iniciativa do poder local, através de governos comprometidos com suas comunidades e que estabelecem uma relação de parceria, cooperação e comprometimento para mudar as prioridades da máquina pública em benefício da população. Por outro lado, há uma grande reflexão sobre o significado dessas experiências, aliada à compreensão do novo papel do poder local, discutido na

Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos – Habitat II, que ocorreu em Istambul em 1996. A Conferência reconheceu “*o poder local como sujeito de direito internacional, ao lado dos Estados Nacionais e dos cidadãos*” (ROLNIK, 1999, p.15).

O poder local passa a ser, segundo essa óptica, um elemento fundamental para a formulação de políticas e programas. A Conferência define ainda que as responsabilidades cabem, estruturalmente, aos planos nacional e internacional. E propõe “*um enfrentamento dos problemas através da ação das autoridades locais, da participação cívica, e do estabelecimento de parcerias em todos os níveis de governo com o setor privado, o setor das cooperativas, das organizações não-governamentais e comunitárias, dos trabalhadores, empresários e da sociedade civil em geral*” (ROLNIK, 1999, p.16).

Esse princípio, a parceria, está intimamente vinculado à participação popular, estabelecendo uma relação de comprometimento entre as esferas governamentais e a sociedade civil, bastante possível no plano local.

É necessário, entretanto, estabelecer uma reflexão sobre essa visão. Se, por um lado, contempla mecanismos que podem evitar abusos e desvios por parte dos governos dos estados e municípios, por outro, a interpretação de quem é o agente que participa, qual é o seu papel e seu poder (sua força) no processo, pode deixar margens a manobras que levam a desgastes dessa possível e desejável saída.

Dessa forma, MARICATO (1999, p.38-44) propõe alguns conceitos que podem estabelecer parâmetros para interpretar o “novo agente”, ao definir as parcerias como sendo “*entre Estado/entidades sociais não-lucrativas, com gestão descentralizada,*” que, segundo a autora, podem garantir, através desta participação democrática, a eficácia na aplicação dos recursos públicos e a sua fiscalização.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL

A realidade das cidades e regiões exige mecanismos adequados para superar os problemas imediatos e proporcionar condições que assegurem a melhoria da qualidade de vida da população para as atuais e futuras gerações. A cooperação, sob diversas faces, aparece de forma renovada e atua como um elemento fundamental nesse processo.

Experiências de participação popular – organização da sociedade civil em entidades sem fins lucrativos, iniciativas pioneiras de envolvimento e parceria entre poder público e a sociedade organizada, e também o incentivo à participação e incorporação desse comportamento, formando uma nova mentalidade, uma

cultura mais propícia à solidariedade – vão emergindo no cenário, apontando caminhos que, em outras épocas, recentes até, foram tratados como subversivos e reprimidos pela polícia e até pelo exército. Essa repressão, que ainda não desapareceu totalmente, cada vez mais se mostra incoerente e desgastante para os governos.

O ambiente internacional reflete-se internamente, com uma grande pressão, redirecionando os investimentos do Estado para o aumento da rentabilidade do setor financeiro, prejudicando sensivelmente o atendimento das condições básicas de habitação, saúde e educação. O Estado se legitima através de um processo em que apresenta a sua crise como tendo raízes no seu controle sobre determinados setores da economia ou de empresas. Justifica, então, um desmonte das empresas estatais e sua posterior privatização, para cobrir um rombo que está sendo promovido pelo próprio Estado.

O compromisso desse Estado com o consumo conspícuo e a produção da riqueza de “papéis” (títulos, ações e câmbio), paralelamente ao abandono da classe média à própria sorte, abre a brecha para o surgimento desse novo ator que, em aliança com a camada pobre, mas lutadora, pode produzir uma transformação da sociedade.

A ciência propicia um desenvolvimento da técnica que altera substancialmente as condições produtivas. A educação de massa e de qualidade, juntamente com o investimento no desenvolvimento técnico-científico, alavanca economias, modifica padrões de distribuição da população no território e pode alterar substancialmente a posição que as cidades, as regiões, os países, ocupam em relação aos que não se estruturam para essa nova etapa.

A velocidade da circulação das informações, as novas tecnologias de disseminação, junto com a massificação do uso e do acesso a alternativas variadas, levam a mudanças nas relações entre as pessoas, que possibilitam um aumento da troca (de informações, experiências e mercadorias) que **comprimem o tempo e o espaço**, criando **territórios descontínuos**, mas intermulticonectados.

A associação e a cooperação de entidades públicas e privadas não lucrativas, intergovernamentais do mesmo ou diferente escalão, põem em evidência a necessidade de envolvimento de entidades da sociedade civil de diferentes tipos e fazem emergir novos conceitos, conceitos que buscam respostas para os problemas que o Estado dá mostras de que não poderá – ou não se interessará – resolver.

*Governance*, consórcio intermunicipal, Associação de Municípios, Fórum Intermunicipal, ou qualquer outra denominação que venham a ter, são mecanismos e conceitos que estão sendo experimentados. Reúnem uma grande quantidade de pessoas ante os mais variados problemas locais e regionais. Os grupos

possibilitam uma ação propositiva, muitas vezes combinada com a fiscalização e execução de tarefas até então somente reivindicadas.

Esse é o centro dessa investigação, que pode ser entendido como uma renovada forma de cooperação, em que vários elementos não estão circunscritos somente à esfera da produção ou do Estado. Isso não significa que não produzam, nem que não se relacionem com o Estado. Tampouco se limitam a uma sociedade onde o lucro é o objetivo supremo, mas buscam novas relações para produzir e viver de maneira a tirar proveito do conhecimento e das técnicas desenvolvidas para a manutenção adequada da vida desta e das próximas gerações. Estabelecem relações mais complexas dessa realidade multifacetada. Criam novos elementos e procuram espaços alternativos, nichos, possíveis de serem utilizados de forma eficiente para a melhoria de suas condições de vida e de existência.

Considerando estes aspectos, devemos buscar a elaboração de planos de desenvolvimento urbano regional em que haja, de fato, a inserção e participação dos diversos agentes sociais, econômicos e políticos, da sociedade civil, para que, juntamente com o plano de intervenção territorial, sejam asseguradas condições para a inclusão social daqueles que estão vivendo à margem do atual ciclo produtivo, ao mesmo tempo em que se assegurem as condições de manutenção dos agentes produtivos. Os aspectos físico-territoriais perpassam necessariamente pelos problemas sociais vivenciados por nossos semelhantes e a eles devemos uma resposta, técnica e política, ou então não haverá razão para nossa existência, tanto profissional, quanto humana.

## REFRÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. B. de. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, A.1, n.2, p.9-24, 1999.

BERGOC, Gilson Jacob. **Associações de Municípios do Estado do Paraná: cooperação e planejamento para o desenvolvimento regional**. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – FAU/USP.

BONDUKI, N. (Org.). **Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe, Santiago, Chile. **Ciudades intermedias: un recurso para el desarrollo. Notas de La Cepal**, n.1, p.1-6, 1998.

- DOWBOR, L. O poder local diante dos novos desafios sociais. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM, São Paulo, SP. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Cepam, 1999.
- ENCONTRO PARANAENSE PARA O HABITAT, 2. Curitiba, PR. **Assentamentos humanos para o século 21: a criação de um novo cenário – resultados e recomendações**. Curitiba: IPARDES, 1995.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2000.
- IPEA, Brasília, DF. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: IPEA/UNICAMP. IE.NESUR/IBGE, 1999, v.2 (Coleção Pesquisas, 3), (no prelo).
- IPEA, Brasília, DF. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais – região sul**, v.6. Brasília: IPEA/IBGE/NESUR/UNICAMP/IPARDES, 2000.
- LAFER, B. M. **Planejamento no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. (Coleção Debates).
- LAMPARELLI, C. M. Metodologia do Planejamento Urbano. In: CAVALCANTI, A. H. P. de T.; CAVALCANTI, M. (Orgs.) **Planejamento urbano em debate**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- LAMPARELLI, C. M.; CAMARGO, A. R.; GEORGE, P. C. S. **Nota introdutória sobre a construção de um objeto de estudo: o urbano**. São Paulo: USP:FAU:AUH:LAP, 1997. (Cadernos de Pesquisa do LAP, 17).
- LAMPARELLI, C. M. Cooperação Intermunicipal e Desenvolvimento: Soluções Regionais para o Desenvolvimento Municipal. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM, São Paulo, SP. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Cepam, 1999.
- LENZANA, R.G. R.; LAUS, R. B.; MACEDO, F. E. A. de. **O associativismo catarinense: uma visita às associações municipais do Estado de Santa Catarina**. Curitiba: SEDU, 1997. p.5. (cópia reprográfica).
- LIPIETZ, A. **O Capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988. (Coleção Espaços).
- LOEB, R. Aspectos do Planejamento Territorial Urbano no Brasil. In: LAFER, B. M. **Planejamento no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. (Coleção Debates).
- LOJKINE, J. Contribuição a uma teoria marxista da urbanização capitalista. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, v.52, p.123-145, 1972.
- LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.



MARICATO, E. Reforma urbana: limites e possibilidades: uma trajetória incompleta. In: RIBEIRO, L.C. de Q.; SANTOS Jr. O. A. dos. **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. n.2, 1999. Recife (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional): Norma Lacerda: A Associação, 1999.

Revista de Estudos Urbanos e Regionais. **Espaço & Debates**. n.38. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, NERU, 1981.

Revista de Estudos Urbanos e Regionais. **Espaço & Debates**. n.39. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, NERU, 1981.

ROLNICK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel/Fapesp, 1998.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TOPALOV, C. **La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis**. México: Ddicol México, 1978. (Colección Diseño: Ruptura y alternativas).





## TRABALHO DO MENOR: UM OLHAR DIFERENTE

*\* Monica Marcello*

*\*Nancy Kazumi Ishikawa*

*\*\*Lydia Akemy Onesti*

### RESUMO

O presente artigo discute o trabalho do menor enquanto instância socializadora e base de aprendizagem profissional e emocional. Esta pesquisa foi realizada com os adolescentes que integram o projeto de estacionamento rotativo Zona Azul, executado pela Epesmel (Escola Profissional e Social do Menor de Londrina). Foram entrevistados 44 menores em seu local de trabalho, com o objetivo de conhecer seu cotidiano de trabalho e expectativas. Posteriormente, desenvolveram-se atividades em grupo para discutir temas a respeito do mercado de trabalho. Alguns dados apontam que, apesar das exigências e dificuldades que este trabalho apresenta, os adolescentes consideram que a profissionalização, além de gerar renda, desperta valores de vida pessoal e profissional. Este resultado é possível pelo fato de ser desenvolvido com o objetivo de contribuir para a socialização e o aprendizado do jovem. Além disso, valores pessoais voltados à solidariedade e sensibilidade para as necessidades de outros jovens em condição semelhante à sua, também são fortalecidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho de Menores; Expectativas; Socialização; Profissionalização.

### ABSTRACT

Underage work: a different view - The present article discusses underage work as a socializing instance and base for professional and emotional learning. This investigation was conducted with the adolescents that participate in the rotating parking project called "Zona Azul", carried out under the supervision of "Epesmel" (Professional and Social School of the Underage in Londrina). Forty-four adolescents were interviewed in their workplaces, aiming at getting to know

---

\* Psicóloga graduada pela UniFil.

\*\* Docente do Curso de Psicologia da UniFil.

Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo - USP.

E-mail: lydiake@sercomtel.com.br

their daily work routine and expectations. After that, group activities were developed to discuss themes regarding the work market. Some figures show that, despite the demands and difficulties presented by this type of work, the adolescents consider that professionalization, besides generating gains, stimulates values in personal and professional life. This result is possible because the work is developed with the objective of contributing to the youth's socialization and learning. Furthermore, personal values, turned to solidarity and sensitivity to the needs of other youths in similar conditions as theirs, are strengthened.

**KEY-WORDS: Underage Work; Expectations; Socialization; Becoming Professional.**

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, verifica-se que em todas as culturas as crianças compartilhavam com sua família a realização do trabalho, assim que tivessem idade suficiente para executar algumas tarefas. Na Idade Média, as crianças trabalhavam em conjunto com os adultos ou trabalhavam com as mulheres nas atividades domésticas. O trabalho do menor não era visto como um problema social e era praticado de forma igual ao trabalho dos adultos, dentro das capacidades próprias da idade.

Segundo Philippe ARIÈS (1981), o trabalho ocupava pouco tempo do dia e não possuía o valor existencial que atualmente lhe é atribuído em nossa sociedade. Além disso, os jogos e divertimentos estendiam-se por um tempo muito maior, se comparados aos períodos de lazer de que a sociedade moderna faz uso, e as crianças e jovens daquela época participavam juntamente com os adultos, estreitando os laços coletivos.

A partir do século XVIII, o trabalho infantil tornou-se independente do trabalho adulto e cresceu rapidamente com a descoberta do tear. Com a Revolução Industrial, as crianças trabalhavam nas máquinas a vapor, minas de carvão, moinhos e fábricas, com longas jornadas de trabalho, em condições precárias, impostas às crianças pobres. A partir de então, as crianças eram contratadas com um salário menor e em serviços mais perigosos que dos adultos. Isto mostra que, com a introdução do sistema fabril, o trabalho começou a trazer prejuízos sociais aos menores, tais como: analfabetismo, doenças, mutilações e empobrecimento familiar (GRUNSPUN, 2000).

No Brasil, as discussões sobre o trabalho infantil, especificamente, desencadearam-se com a abolição da escravatura. Com os escravos livres e sem

trabalho, as famílias não conseguiam sustentar seus filhos, que acabavam ficando abandonados, órfãos e até delinquentes. A partir daí, as fábricas e oficinas começaram a recrutar estas crianças. As crianças e jovens provenientes das ondas migratórias européias também foram absorvidas pelo trabalho no campo e pelas indústrias. As denúncias de exploração destes aprendizes surgiram tanto pelos trabalhadores quanto pela imprensa.

Nos tempos atuais, conforme o mesmo autor descreve, a globalização da economia e o aumento da concorrência internacional fizeram com que grandes empresas utilizassem mão-de-obra ilegal e barata, explorando o trabalho do menor para baixar os custos e superar a concorrência. No Brasil, estima-se que 75 milhões de crianças entre 10 e 17 anos trabalham, mesmo a Constituição proibindo o trabalho antes dos 16 anos. Deste total, 3,3 milhões têm menos de 14 anos, sendo que 56% delas não são remuneradas, mas contribuem nas cotas de produção da família. Das crianças que são remuneradas, 88,8% ganham até um salário mínimo e têm uma carga horária média entre 15 a 20 horas semanais.

Segundo DIMENSTEIN (1998), *apud* GRUNSPUN (2000), esta mão de obra é usada para ajudar no sustento da família. Caracteriza-se por ser predominantemente masculina e ser empregada principalmente na agropecuária, seguida do comércio, da indústria e da prestação de serviços, sendo que esta última envolve, principalmente, ocupações domésticas, onde o predomínio é de meninas.

A pobreza e a miséria são apontadas como as principais causas do trabalho infantil. Por falta de outras opções para sobreviver, muitas das crianças precisam trabalhar para se sustentar e sustentar sua família (GRUNSPUN, 2000, p.22). A baixa qualidade da educação também é considerada um fator importante que acelera o ingresso da criança e do jovem no trabalho, pois não os prepara para a profissionalização e não facilita o acesso para ocupações rentáveis.

Segundo este mesmo autor, muitas crianças trabalham para poder frequentar uma escola e melhorar sua formação acadêmica, através da renda obtida pelo trabalho. A obrigatoriedade escolar deve, portanto, preceder qualquer restrição ao trabalho. O Estado pode ajudar a proteger o menor do trabalho abusivo, suprimindo as condições econômicas da família e eximindo os menores da necessidade de sustentar a mesma.

A Constituição Brasileira garante ao adolescente o direito de se profissionalizar e ser protegido no trabalho, respeitando seu desenvolvimento físico-emocional e oferecendo uma capacitação adequada. Sobre isso, LIBERATI (2000, p.41) esclarece:

*“Ao dispor sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, a CF determina, no art. 7º, XXXIII, a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.”*

Considerando que o adolescente tem o direito de se profissionalizar, deve-se pensar em alternativas de trabalho que, além de proporcionarem uma renda financeira ao adolescente, possibilitem um desenvolvimento profissional, social e pessoal. Alguns autores trouxeram reflexões a respeito dos benefícios que o trabalho proporciona ao indivíduo, em especial à formação de sua identidade. CARMO (1992, p.15) afirma que o trabalho pode ser definido como toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza pela inteligência. O homem interage com a natureza objetivando retirar dela a sua subsistência. Na realização do trabalho (...), o homem se transforma, se autoproduz e, ao se relacionar com outros homens, na realização de atividades, estabelece a base das relações sociais. Este mesmo autor, baseando-se nos conceitos de Karl Max, afirma que o trabalho pode ser considerado um ato de liberdade, pois permite a projeção da consciência na sua idealização. No entanto, o trabalho torna-se alienante quando (...) é parcelarizado, rotinizado, despersonalizado e leva o homem a sentir-se alheio, distante ou estranho àquilo que produz.

Daí, o grande aumento da literatura que trata do sofrimento físico e psicológico do trabalhador, que vem se observando nas últimas décadas. Muitos estudos têm discutido a influência da introdução de recursos tecnológicos avançados que, progressivamente, vão tornando o conteúdo do trabalho cada vez mais esvaziado de sentido.

São os adultos que sofrem mais diretamente os impactos dos avanços tecnológicos e da reestruturação produtiva, visto que os menores só poderão vivenciar estas condições como aprendizes, legitimados por cursos de preparação para o trabalho adulto.

Porém, é enfatizado nesse artigo o trabalho realizado por menores que, embora tenham que cumprir ordens, seguir normas e regras e atender a uma rotina instituída, encontram possibilidades de socialização e interação com os usuários de seus serviços de forma mais pessoal e diferenciada. É um trabalho que permite certa liberdade e criatividade por parte de quem o executa, possibilitando-lhe a sensação de estar no controle da situação e de deter um poder, por mínimo que seja, mesmo que por um período breve.

O que se pretende ressaltar aqui é o resgate da identidade do trabalhador, que escapa dos processos de homogeneização implementados a partir

da organização racional do trabalho, proposto por Taylor, *apud* BRAVERMAN (1987). Certamente que isso é mais salutar ao desenvolvimento das potencialidades do trabalhador, caminhando em direção a um desenvolvimento mais gradativo.

## OBJETIVOS

- Conhecer o cotidiano de trabalho dos adolescentes, observando a forma de execução da rotina de atividades, conflitos vivenciados e modos de resolução;
- identificar as suas expectativas em relação ao trabalho e à instituição, visto que sua permanência na mesma é temporária;
- desenvolver atividades em grupo para discutir temas associados ao mercado de trabalho, visando transmitir um panorama atual e as dificuldades relacionadas ao tema ‘emprego’.

## METODOLOGIA

### Participantes:

Foram entrevistados 44 orientadores de trânsito em seu local de trabalho, todos do sexo masculino, com idades entre 16 e 18 anos, cursando o ensino médio.

### Instituição

A coleta de dados foi realizada com a autorização da Epesmel (Escola Profissional e Social do Menor de Londrina), responsável pelo controle do estacionamento rotativo da cidade (Zona Azul). Esse sistema foi regulamentado pelo art. 24 do Código Nacional de Trânsito e vem sendo executado pela Epesmel desde 1981. Essa instituição desenvolve um projeto social com cerca de 220 adolescentes, de 16 a 18 anos, para o controle do estacionamento dos veículos, em regime de meio período, vinculando trabalho e educação formal, sendo esta uma das condições exigidas para que os adolescentes possam atuar como orientadores de trânsito. Todos são registrados, trabalham uniformizados e recebem comissão pela venda dos cartões. Eles permanecem nas ruas comerciais, fiscalizando o vencimento do período de permanência dos carros e vendendo cartões aos usuários.

## **Procedimento**

Para a coleta de dados, foi realizada uma entrevista individual e semi-estruturada com uma amostra aleatória, abordando aspectos como: a descrição da rotina de trabalho, o significado do mesmo para o jovem e sua família, as expectativas tanto em relação ao trabalho como para a vida futura, entre outros temas.

As entrevistas foram desenvolvidas nas principais ruas, onde ocorre maior rotatividade dos veículos, tendo uma duração aproximada de 30 minutos cada. Embora o local não fosse apropriado para esta fase de coleta de dados, em função de muitos estímulos presentes aos quais o entrevistando devia estar atento, cremos que não prejudicou a fidedignidade dos dados. Esta forma de interação possibilitou a observação de detalhes que não foram citados na entrevista, mas que puderam ser questionados e descritos por eles.

Um outro ganho obtido por essa forma de interação foi a maior proximidade e acessibilidade entre ambas as partes, decorrentes da igualdade de condições entre as pesquisadoras e os menores entrevistados. Uma interação sem qualquer tipo de hierarquia e havendo respeito ao anonimato, certamente interfere positivamente no grau e na qualidade das informações obtidas.

Após a coleta dos dados, foi efetuada a compilação e análise dos mesmos, podendo-se com isso visualizar as necessidades ou deficiências presentes naquele tipo de trabalho, as quais foram comunicadas ao responsável de maneira informal.

Além disso, desenvolveu-se um trabalho em grupo que discutiu, semanalmente, temas ligados à preparação do jovem para o mercado de trabalho. As atividades priorizaram o auto-conhecimento, o fortalecimento das habilidades pessoais e a definição de estratégias para a inserção e manutenção do indivíduo na atividade profissional, de acordo com as exigências atuais das empresas.

## **RESULTADOS**

Após a compilação dos dados das entrevistas, os mesmos foram analisados de forma qualitativa em categorias específicas, que permitiram apreender os aspectos psicossociais envolvidos no trabalho.

Quanto ao cotidiano de trabalho, pode-se constatar que as condições não são consideradas adequadas, pois é executado a céu aberto, exposto às intempéries, como sol forte e chuva. O trabalho em dias de chuva é prejudicado, pois o uso de guarda-chuvas atrapalha as atividades. Além disso, deve-se destacar o prejuízo à saúde dos menores devido à friagem e pés molhados durante a sua

jornada de trabalho. Constatou-se a inexistência de um posto de apoio que lhes assegure o atendimento de suas necessidades básicas, criando, portanto, a dependência da colaboração de outrem. Muitos comerciantes demonstram solidariedade, oferecendo abrigo, água e o uso de banheiros, sempre que necessário. Mas foi informado que a melhoria destas condições de trabalho já está sendo estudada e implantada gradualmente.

O relacionamento diário com os usuários pode, na percepção dos adolescentes, propiciar oportunidades de trabalho após cumprirem seu tempo de permanência na Zona Azul. Eles valorizam esses contatos sociais que lhes permitem uma base de aprendizado, a saber, solução de conflitos, respeito às pessoas e às normas, capacidade de argumentação, tomada de decisão e fluência verbal.

Quanto às expectativas, verifica-se que a principal refere-se ao pagamento do salário em dia, por constituir-se numa fonte de auxílio na renda familiar, razão porque há uma grande valorização desse projeto pelas famílias. Constatou-se também que as expectativas referentes ao crescimento profissional na instituição são bastante reduzidas em função da clareza sobre o período fixo de permanência na instituição, o que predispõe a um baixo envolvimento.

Reconhecem ainda que parte da renda obtida através do seu trabalho é revertida para a assistência a outros jovens que participam dos demais projetos mantidos pela Epesmel. Essa condição favorece o sentimento de alteridade, atualmente rebaixado em função da excessiva competitividade e individualismo, aspectos estes que promovem a exclusão social (GUARESCHI, 1999).

Sobre os resultados do grupo, os participantes relataram que percebem a importância de uma boa formação profissional para se ter sucesso no mercado de trabalho. Destacaram a necessidade de fazer cursos de profissionalização, manter-se atualizados e de adquirir experiência profissional. Além disso, concluíram que as habilidades pessoais são tão importantes quanto a formação técnica. As principais habilidades apontadas foram a assertividade, trabalho em equipe e postura profissional.

## DISCUSSÃO

A partir dos dados levantados, foi verificado que as principais razões que mantêm os adolescentes no trabalho são a renda, que auxilia a família, e a perspectiva de independência pessoal e financeira obtida através do trabalho. Conforme esclarece DIMENSTEIN (1998) *apud* GRUNSPUN (2000), a mão de obra jovem é usada como ajuda no sustento familiar. Para CARMO (1992), nas comunidades de baixa renda, um jovem que trabalha é motivo de orgulho para os

pais, até porque há uma crença de que as pessoas que começam a trabalhar precocemente têm mais chances de ser bem sucedidas. COLBARI (1995) aponta o valor que foi atribuído ao trabalho em contraposição à ociosidade. Neste sentido, a família e a religião sustentaram o valor do homem que trabalha, atribuindo-se uma avaliação negativa àqueles que estavam desempregados.

Analisando o histórico do trabalho do menor, observou-se nesta pesquisa que o trabalho possui um valor bastante diferenciado, se comparado como alguns estudos que caracterizam o trabalho juvenil como exploratório. Estes jovens apontam que, apesar das dificuldades encontradas na condução do seu trabalho, este lhes proporciona uma base de aprendizagem e uma maturidade emocional, o que os torna menos vulneráveis aos assédios existentes atualmente, e que poderiam prejudicar o desenvolvimento pleno dos jovens, tais como envolvimento com drogas e atos infracionais.

A pesquisa mostrou que o trabalho estimula o jovem a estudar, pois, além de ser uma exigência para o cumprimento da função, o estudo permite um melhor desempenho no trabalho e aumenta as chances de uma ascensão profissional. Outro aspecto importante nesta população é que o trabalho oferece condições financeiras para que o adolescente permaneça no ensino regular e invista em cursos profissionalizantes e de aperfeiçoamento – computação, inglês, serviços administrativos e outros, tendo em vista o grande número de famílias que se encontram em má situação econômica.

Parece que o contato dos jovens com a prática profissional tem maior chance de sensibilizá-los para a necessidade do estudo e de outros aprimoramentos do que somente o ensino regular poderia oportunizar. Isto porque o projeto de integração ao trabalho através da educação não se sustenta no mundo contemporâneo do trabalho. Afirma GENTILI *apud* FRIGOTTO *et al.* (1998) que atualmente educam-se as pessoas para o desemprego. Nesta empreitada, o ambiente familiar poderia estimulá-las a esta busca. Isto provavelmente ocorre pelo fato de, segundo GRUNSPUN (2000), a qualidade do ensino brasileiro não preparar adequadamente o jovem para a profissionalização e nem agilizar o acesso a ocupações rentáveis.

Na população pesquisada, o trabalho adquiriu um caráter socializador, ao proporcionar ao adolescente um maior convívio social, mais acesso a novas idéias e a inclusão em um novo grupo social: orientadores de trânsito. As exigências da função e o contato constante com a equipe de trabalho fazem com que o jovem adquira e amplie repertórios de habilidades sociais necessários para a execução do trabalho e para a convivência em grupo. Conforme afirma CARMO (1992), na realização do trabalho o indivíduo pode produzir, transformar e estabelecer a base das relações sociais ao se relacionar com outras pessoas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do caráter temporário, é importante destacar a contribuição dessa ocupação à vida pessoal, bem como para a sociedade, uma vez que desperta o jovem para os valores e ideais de vida pessoal e profissional. Além disso, esse projeto tem diminuído as chances de envolvimento desses jovens com drogas, atos infracionais e outras condutas prejudiciais ao seu desenvolvimento pleno, auxiliando-os a modelar seus ambientes futuros de forma positiva, para que os experienciem saudavelmente (RUTTER, 1987; ONESTI, 1993). Estes resultados tornam-se possíveis, pelo fato das vivências serem desenvolvidas com o objetivo de contribuir para a socialização e o aprendizado do jovem. Além disso, valores pessoais, voltados à solidariedade e sensibilidade para as necessidades de outros jovens em condição semelhante à sua, são fortalecidos. Assim, o princípio da alteridade se torna visível dentro desse programa, conferindo-lhe assim um caráter de relevância social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- CARMO, P. S. **A ideologia do trabalho**. 9.ed. São Paulo: Moderna, 1992.
- COLBARI, A. L. **A ética do trabalho**. 2.ed. São Paulo. Letras & Letras, 1995.
- GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. *In*: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GRUNSPUN, H. **O trabalho das crianças e dos adolescentes**. São Paulo: LTR, 2000.
- GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. *In*: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LIBERATI, W. D. **Comentário ao estatuto da criança e do adolescente**. 5.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- ONESTI, L. A. **Resistência psicológica e condições de vida em mulheres de baixa renda**. 1993. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo - USP.
- RUTTER, M. Psychosocial resilience and protective mechanisms. *In*: **America Journal of Orthopsychiatry**, v.57, n.3, p. 316-31, 1987.



# BURNOUT- UMA AMEAÇA À INTEGRIDADE DO TRABALHADOR COM SÉRIOS PREJUÍZOS ÀS ORGANIZAÇÕES

*\*Anna Thais Cantoni Fritche*

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo averiguar a incidência da síndrome de “burnout” em funcionários da área administrativa de uma empresa alimentícia na cidade de Londrina. Participaram 36 funcionários, de ambos os sexos, faixa etária entre 17 e 50 anos e grau de escolaridade variando entre 2º grau completo e superior. Para a obtenção dos dados foi aplicado o Inventário Maslachi de Burnout que foi entregue a todos os participantes. O prazo dado para preenchimento do mesmo foi de três dias, período em que foram esclarecidas as dúvidas existentes. A análise dos dados indicou que a dimensão ‘despersonalização’ se acha comprometida e os dois outros componentes desta síndrome, embora com índices inferiores a 50%, demonstram possibilidade de comprometimento futuro. Concluiu-se que existem fatores específicos nos cargos administrativos que estão relacionados à incidência da síndrome de “burnout”

**PALAVRAS-CHAVE:** Síndrome de “Burnout”; Estresse Laboral; Desgaste Psicológico; Saúde Psicológica.

## ABSTRACT

This research aims at checking the incidence of the “burnout syndrome” in employees who work in the managing department of a food company located in Londrina. Thirty-six employees of both sexes, aged between seventeen and fifty years, with high school or university degree participated in this research. To collect the data, the Maslachi Burnout test was applied. The participants had three days to answer the questionnaire; during this time their doubts were clarified. The data analysis has shown that the ‘depersonalization’ dimension causes

---

\*Psicóloga graduada pela UniFil.

Psicóloga clínica em Londrina.

E-mail: anatais@pop.com.br

psychological damage; in addition, the two other components of this syndrome, although with rates inferior to 50%, show the possibility of future labor stress. To sum up, the conclusion drawn was that there are specific factors in the managing positions which are related to the incidence of the burnout syndrome.

**KEY-WORDS: Burnout Syndrome; Labor Stress; Psychological Damage; Psychological Health.**

## INTRODUÇÃO

Estamos numa época moderna, progressista, onde a sucessão dos fatos externos acontecem rapidamente, refletindo-se no ritmo interno do homem e dificultando a elaboração de seus conflitos. Esta era é marcada por grandes realizações e conquistas. Isso tem tornado o homem excessivamente preocupado com sua profissão, afetando sua saúde emocional, em função da necessidade de ter que ser competitivo, dar o melhor de si e ir além de seus limites para atingir suas metas. Tais fatos podem gerar no indivíduo medo, insegurança e desproteção, relacionados a seu futuro, causando-lhe sentimento de impotência emocional e cansaço (CARVALHO e SERAFIM, 1995).

O nível de tensão que todos experimentam atualmente provoca um desgaste físico e psicológico que conhecemos como estresse. Segundo CARVALHO e SERAFIM (1995), o estresse não é recente. Ao retomarmos a história da evolução do homem, veremos que em seu habitat natural, o homem ficava exposto a grandes perigos da selva. E quando o homem se via em situações que ameaçavam sua vida, entrava em alerta, fazendo surgir o medo. Neste momento, sua musculatura se contraía e aumentavam seus batimentos cardíacos, caracterizando um estado de tensão. A repetição constante destes momentos certamente instalaria um quadro de estresse. Sendo assim, o estresse tem acompanhado o indivíduo nas diversas fases de sua evolução: saída de casa em busca de alimentos para sobrevivência, trabalho no campo, revolução industrial, guerras e tecnologia.

Hans Selye, médico endocrinologista da Universidade de Montreal, foi quem primeiramente estudou o estresse e o denominou de “síndrome do estar”. Esta síndrome envolve uma série de sintomas que a pessoa desenvolve quando é submetida a situações que exigem do indivíduo adaptação para poder enfrentá-la (LIPP e LÚCIA, 1998; CARVALHO e SERAFIM, 1995).

Segundo FRANÇA e RODRIGUES (1997), o termo estresse deve ser definido como uma relação particular entre uma pessoa, seu ambiente e as

circunstâncias às quais está submetido, que são avaliadas pela pessoa como uma ameaça ou algo que exige dela mais do que suas próprias habilidades ou recursos podem dar, e que põe em perigo seu bem estar.

Já ARROBA (1988) define estresse como a forma em que cada ser responde a um nível de pressão inadequada. Desta forma, faz-se necessário distinguir pressão de estresse.

Segundo ALBRECHT (1990), o termo pressão refere-se às características de uma situação que pode ser problemática para o indivíduo e que exige adaptação. Já o estresse refere-se a um conjunto específico de condições bioquímicas do corpo da pessoa que refletem a tentativa de ajuste do organismo.

Existem vários processos psicofísicos que entram em ação, visando preservar nosso equilíbrio durante a vivência e a superação de ameaças e desafios. Quando a homeostase é perturbada, ocorrem respostas específicas e ou generalizadas de ajustamento, que visam recuperar o equilíbrio e fornecer meios adequados para o enfrentamento das pressões que provocam desajuste. Tais respostas podem envolver componentes comportamentais, afetivos, cognitivos e fisiológicos. Em conjunto, essas respostas adaptativas são chamadas estresse. A forma e intensidade com que o estresse pode aparecer irá depender dos processos que interpretam a magnitude dos estímulos (PIRES, 1996).

Conforme CARVALHO e SERAFIM (1995), o estresse também está ligado a questões psicológicas. Assim, o estressado não se dá conta da carga emocional que recebe, entrando num estado de confusão mental que provoca descontrole das funções normais de seu organismo, fazendo com que este perca o ritmo de suas reações psicológicas. Dependendo da predisposição orgânica do indivíduo, o estresse pode causar, além dos transtornos psicológicos - falta de vontade de fazer as coisas, ansiedade - manifestações físicas, como: úlcera, infarto, e até mesmo manifestações mentais, como o suicídio.

As origens do estresse estão nas fontes internas e externas. As fontes internas dizem respeito às características pessoais, mitos, crenças e formas de interpretar as situações do dia-a-dia. As causas externas referem-se às situações que enfrentamos no cotidiano, tais como: doença em família, viagens, perda de emprego, problemas financeiros, entre outros (LIPP e LÚCIA, 1998).

O estresse compreende três fases: alarme, resistência e exaustão.

A primeira fase é denominada 'alarme'. O indivíduo entra em contato com o agente estressor e reage, formando sintomas como os de sudorese, taquicardia, respiração ofegante, entre outros, ou seja, perde seu equilíbrio interno quando se prepara para enfrentar uma situação à qual tem que se adaptar. Tais situações são necessárias para que o organismo possa reagir, sendo, portanto, fundamentais para sua sobrevivência. Esta fase é caracterizada pelos seguintes fatores:

aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial, para permitir que o sangue circule mais rapidamente e, assim, cheguem mais oxigênio e mais nutrientes aos tecidos; contração do baço, levando mais glóbulos vermelhos à corrente sanguínea, acarretando mais oxigênio ao organismo; o fígado libera o açúcar armazenado na corrente sanguínea para ser utilizado como alimento e, conseqüentemente, mais energia é levada aos músculos; redistribuição sanguínea, com diminuição do fluxo para a pele e vísceras e aumento para os músculos e cérebro; aumento da frequência respiratória e dilatação dos brônquios, para que o organismo possa captar e receber mais oxigênio; dilatação da pupila, com a exoftalmia, para aumentar a eficiência visual; aumento do número de linfócitos na corrente sanguínea, para prevenir possíveis danos aos tecidos e ansiedade.

A segunda fase é chamada 'resistência'. Nela, o organismo tenta compensar os danos produzidos na primeira fase e perde muita energia, por isso, surgem sinais de falhas na memória, úlceras, irritabilidade, insônias, etc. A recuperação ocorre quando são eliminados os estressores e alcançado o reequilíbrio do corpo. Caso este não consiga se restabelecer, a pessoa entrará na última fase, a chamada 'exaustão', na qual ocorre uma falha do mecanismo de adaptação, pelo fato do organismo não ter mais recursos adaptativos. Tal falha faz com que alguns sintomas retornem à fase de alarme e, posteriormente, se o estímulo estressor permanecer potente, doenças crônicas se instalam, consistindo em um risco à vida da pessoa.

A fase de resistência é caracterizada pelo aumento do córtex e da supra renal, atrofia do timo, baço e de todas as estruturas linfáticas, hemodiluição, aumento do número de glóbulos brancos, diminuição do número de eosinófilos e ulceração no aparelho digestivo, aumento da concentração de cloro na corrente sanguínea, além de sintomas como irritabilidade, insônia, mudanças no humor, diminuição do desejo sexual. Já na fase de exaustão, reaparecem sintomas da primeira fase, só que mais agravados e há maior comprometimento físico em forma de doenças, tais como: hipertensão arterial, psoríase, diabetes; e no nível psicológico, depressão, irritação, incapacidade para o trabalho, entre outros (LIPP e LÚCIA, 1998; FRANÇA e RODRIGUES, 1997).

Dentre as conseqüências do estresse, observa-se uma baixa auto-estima proveniente das limitações presentes na vida do indivíduo naquele momento. O tratamento visa restabelecer o equilíbrio do indivíduo e pode ser feito através de relaxamento, terapia visando não somente um alívio do estresse, mas desenvolvendo estratégias de enfrentamento mais efetivas (LIPP e LÚCIA, 1998).

## RELAÇÃO ENTRE ESTRESSE E TRABALHO

SECMAN (1974) *in* CARVALHO e SERAFIM (1995) aponta que a experiência da vida cotidiana mostra que o trabalho é de importância primordial para o homem: toma metade de sua vida desperta, guiando-o para determinados círculos sociais, gera dificuldades ou triunfos e define ainda interesse e identidade pessoal.

O estresse relacionado ao trabalho é definido como aquelas situações em que a pessoa percebe seu ambiente de trabalho como ameaçador às suas necessidades de realização pessoal e profissional e/ou sua saúde física e mental, prejudicando a interação dela com o trabalho e com o seu ambiente, na medida em que este ambiente contém demandas excessivas para ela, ou que ela não contém recursos adequados para enfrentar tais situações (FRANÇA e RODRIGUES, 1997). Esta síndrome afeta a organização em três níveis: pessoal, grupal e organizacional.

Conforme os autores mencionados, os prejuízos causados pelo estresse no nível pessoal são: comprometimento da saúde emocional e física, queda de eficiência, ausências repetidas, insegurança nas decisões, uso abusivo de medicamentos, irritabilidade constante e grande nível de tensão.

No nível grupal, dizem respeito a desconfianças, sabotagem, vínculos empobrecidos, baixo nível de esforço, “politicagem”, comportamentos hostis para com outras pessoas, perda de tempo com discussões inúteis, pouca contribuição ao trabalho, grande dependência do líder e isolamentos.

Já no nível organizacional, os males correspondem a altas taxas de absenteísmo, rotatividade, altos índices de acidentes no trabalho, atrasos constantes, sabotagem, vínculos empobrecidos, rivalidade entre funcionários, desconfiança, greves, desrespeito e desqualificação entre os colaboradores.

Portanto, torna-se evidente o alto custo que a organização deverá arcar enquanto não for estabelecido o equilíbrio do indivíduo com o trabalho e suas condições.

Dentre os fatores que levam o indivíduo ao estresse no trabalho estão: instabilidade no trabalho, problemas financeiros, pressões psicológicas, carga excessiva de trabalho, incompreensão da chefia, ambiente desconfortável, função não adequada ao indivíduo, apoio insuficiente, longas e insociáveis horas, *status* baixo, falta de perspectivas de melhor remuneração e de promoção, rituais e procedimentos desnecessários, incertezas e insegurança; especificações de cargo indefinidas, conflitos de cargos, perfeccionismo, incapacidade para influenciar a tomada de decisões, choques com superiores, falta de apoio dos colegas, pressões de prazos, falta de variedade, deficiência na

comunicação, liderança inadequada, conflitos com os colegas, treinamento insuficiente, responsabilidades do cargo, incapacidade para ajudar e agir de forma eficaz (FONTANA, 1994; DELBONI, 1997).

Para que as organizações possam combater a síndrome, necessitam realizar adequações dos profissionais aos cargos, checar o nível de satisfação no trabalho e o grau de comunicação entre os membros da equipe, implantar programas de acompanhamento de funcionários, planos de cargos e salários, avaliação de desempenho e programa de integração para os novos funcionários, ter clareza na comunicação e transparência em seus objetivos.

É investindo no material humano que a empresa encontrará retorno no nível de qualidade e produtividade (DELBONI, 1997). Portanto, antes de mais nada, é necessário que a empresa assuma uma filosofia que resgate a natureza e a saúde do ser humano em todos os aspectos.

## **NATUREZA DO TRABALHO, ESTRESSE E “BURNOUT”**

Conforme demonstrados em outros parágrafos do texto, o trabalho faz parte da identidade do indivíduo, mas tem contribuído efetivamente para o surgimento do estresse nas organizações e estas pagam um alto custo por ele.

Dentro do contexto do trabalho, é importante ressaltar que o trabalhador não é uma máquina, mas possui sua história pessoal, com aspirações, desejos, motivações, necessidades psicológicas, e interage com sua história passada. A saúde e a doença são estados que resultam do equilíbrio harmônico ou da desregulação do corpo, da mente ou do mundo externo. “Quando uma pessoa reage aos impactos do cotidiano, carrega nesse processo uma volta ao equilíbrio. Tais impactos modificam seu corpo e geram sintomas” (FRANÇA e RODRIGUES, 1997).

Segundo esses autores, a desumanização do trabalho, presente na produção em larga escala, atenta contra as necessidades individuais de satisfação e realização do homem. O trabalhador perde o ritmo de seu trabalho e o poder de decisão sobre ele. A modernização das empresas que buscam competitividade nacional e internacional tem levado os empresários e administradores a implementarem mudanças radicais na estrutura empresarial. Tal condição se reflete no ritmo dos trabalhadores, que precisam estar mais fortes, devido às pressões que se tornam maiores, gerando o estresse. Pode-se dizer, então, que o mesmo trabalho que motiva e realiza pode gerar desgaste físico e mental e comprometer a qualidade de vida do trabalhador. O estresse profissional, decorrente das insatisfações e pressões exercidas, faz com que o trabalhador esgote-se no trabalho. A isso, denominamos “burnout”.

O "burnout" representa uma forma de adaptação às fontes de estresse e não deve ser compreendido como sinônimo desta síndrome.

O novo termo surgiu nos Estados Unidos em meados da década de 1970, visando justificar a deteriorização dos cuidados e da atenção profissional dispensada aos trabalhadores no âmbito das organizações, passando a ser empregado com o sentido de "estar esgotado"; ou "fogueira que não se apaga".

Alguns autores explicam o "burnout" como sendo uma resposta ao estresse laboral crônico, acrescido por condutas e sentimentos negativos, mas o novo termo ainda se encontra em discussão. Fica claro, no entanto, que a desmotivação, desinteresse, mal-estar interno e insatisfação ocupacional fazem parte desta síndrome.

Aqueles que vêem o "burnout" como sendo diferente do estresse, alegam que o primeiro termo envolve atitudes e condutas negativas relacionadas a usuários, clientes, organização e trabalho; já o segundo (estresse) aparece como um esgotamento pessoal com interferência na vida do sujeito, não estando diretamente relacionado ao trabalho.

A síndrome de "burnout" é uma experiência subjetiva, que agrupa sentimentos e atitudes, implicando em alterações, problemas e disfunções psicofisiológicas, com conseqüências nocivas para a pessoa e a organização, afetando diretamente a qualidade de vida do indivíduo (AMORIM e TURBAY, 1998).

Esta síndrome é comum em pessoas que são apaixonadas pelo trabalho que fazem, e que demandam contato direto com público (usuários ou clientes), tais como: médicos, professores, vendedores, enfermeiros. Hoje, entretanto, as observações já se estendem a todos os profissionais que interagem de forma ativa com pessoas, que cuidam e/ou solucionam problemas de outras pessoas, que obedecem técnicas e métodos mais exigentes, fazendo parte de organizações de trabalho submetidas a avaliações.

Segundo CODO (1999), o "burnout" compromete, em nível prático e emocional, tanto a empresa quanto o trabalhador. Quanto mais o trabalho envolver carga mental, maiores serão as chances do trabalhador apresentar a síndrome.

A carga mental é comum em trabalhos rotineiros, repetitivos, fragmentados, que envolvam atrasos, recusas, apoio insuficiente, horas excessivas, falta de promoção, remuneração baixa, ameaças de demissões, perfeccionismo, choques com superiores, prazos curtos, rotina excessiva, ausência de treinamentos, entre outros, que se tornam altamente desgastantes para a pessoa que os executa.



Os prejuízos que o “burnout” pode levar às organizações dizem respeito aos altos índices de rotatividade e absentismo, baixa no nível de satisfação com o trabalho, aumento das condutas de risco, inconstâncias no emprego, repercussão na esfera familiar do trabalhador, além de interferir negativamente nas relações sociais que, segundo CODO (1999), são fundamentais a qualquer trabalhador, pois, poder contar com um suporte social no trabalho aumenta a possibilidade do trabalhador ser capaz de enfrentar situações estressantes. Se, por outro lado, as relações sociais forem tensas, conflituosas e prolongadas, o sentimento de “burnout” pode aumentar.

Tal síndrome possui três fases:

A primeira é denominada de **exaustão emocional**. Nota-se um sentimento de total esgotamento, as forças se acabam e tudo perde o sentido de ser. Na segunda fase, chamada de **despersonalização**, evidenciam-se sentimentos e atitudes negativas e de cinismo às pessoas (clientes/usuários) e a relação torna-se coisificada. A última fase é chamada de **falta de envolvimento pessoal no trabalho**, pois o indivíduo manifesta sentimento de falta de realização pessoal relacionada ao trabalho, o que conseqüentemente afeta sua habilidade para realizá-lo CODO (1999).

Fernandez RIOS (1991) diferencia as fases do “burnout” de três maneiras: num primeiro momento, as demandas de trabalho são maiores que os recursos materiais e humanos, o que gera um estresse laboral no indivíduo. Neste momento, nota-se sobrecarga de trabalho, tanto qualitativa quanto quantitativa. No segundo momento, evidencia-se um esforço do indivíduo em adaptar-se e produzir uma resposta emocional ao desajuste percebido, fazendo emergir sinais de fadiga, tensão, irritabilidade e até mesmo de ansiedade. Assim, essa etapa exige uma adaptação psicológica do sujeito, a qual se reflete no seu trabalho, reduzindo o seu interesse e a responsabilidade pela sua função. E, num último momento, ocorre o enfrentamento defensivo, ou seja, o sujeito produz uma troca de atitudes e condutas com a finalidade de defender-se das tensões experimentadas, ocasionando comportamentos de distanciamento emocional, retirada, cinismo e rigidez. Tais sintomas produzem conseqüências negativas ao indivíduo e às organizações.

Levando em consideração os prejuízos causados pela síndrome, cabe ressaltar a necessidade de viabilizar recursos de enfrentamento que ajudem a reduzir os danos por ela causados.

As formas de prevenção de “burnout” devem envolver: aumento na variedade de rotinas para evitar a monotonia, prevenção do excesso de horas extras, melhora no suporte social às pessoas e nas condições sociais e físicas de trabalho, investimento no aperfeiçoamento profissional e pessoal dos trabalhadores,

estabelecimento de parâmetros e objetivos, participação em programas de combate ao estresse, busca do apoio grupal, além de redirecionamento das estratégias individuais e grupais para que estas sejam eficazes no contexto organizacional (FRANÇA e RODRIGUES, 1997; PHILLIPS, 1984).

Levando-se em consideração os efeitos negativos de ambas as condições, estresse e “burnout”, o presente trabalho teve como objetivos :

- Constatar a incidência da síndrome de “burnout” em funcionários de alguns setores de uma indústria alimentícia; e
- Identificar os fatores do trabalho e da organização relacionados à síndrome.

## **METODOLOGIA**

Participantes: 36 funcionários de ambos os sexos com escolaridade variando entre 2º grau completo e superior, faixa etária entre 17 e 50 anos, pertencentes a cinco setores da indústria.

Local: Indústria alimentícia localizada na cidade de Londrina.

Instrumentos: Inventário Maslachi de Burnout - IMB

Procedimento: O critério de seleção dos participantes baseou-se em cargos que tivessem maior relacionamento com funcionários, clientes e fornecedores, visto que são os mais atingidos pela síndrome de “burnout”. Após a escolha e composição dos participantes, foi constatada a impossibilidade de poder conversar individualmente com os funcionários em seu horário de trabalho. Dessa forma, decidiu-se que as chefias atuariam como elementos de ligação entre os funcionários e a pesquisadora. Portanto, inicialmente, os objetivos da coleta de dados sobre o tema foram expostos a cada uma das chefias dos setores envolvidos, justificando-se pela impossibilidade já citada.

Embora sabendo dos possíveis comprometimentos na obtenção dos dados, mas dado o fato de não haver uma outra forma disponível, decidiu-se por manter as chefias como elos de ligação. Assim, explicações e orientações detalhadas sobre o preenchimento do Inventário Maslachi de “Burnout” foram fornecidas aos chefes para que eles, em momentos julgados mais oportunos, informassem os funcionários.

Cada funcionário deveria responder o Inventário Maslachi de “Burnout” individualmente, num prazo máximo de três dias, sendo que sua privacidade estaria resguardada pelo fato do mesmo não ter dados de identificação do participante.

Após este prazo, todos os inventários foram recolhidos pessoalmente pela pesquisadora, o que possibilitou o esclarecimento das dúvidas existentes, e relatadas por alguns funcionários.

Depois de os questionários preenchidos, foi realizada a compilação dos dados de forma quantitativa para se constatar o número de funcionários que apresentavam os sintomas característicos das três fases que comporta a síndrome de “burnout”; a seguir, o resultado global foi analisado de forma qualitativa, visando identificar quais setores apresentavam aspectos mais desgastantes no trabalho e repercussões dessa condição sobre o bem-estar psicológico dos trabalhadores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos cargos que foram pesquisados sobre a incidência de “burnout” no trabalho, observou-se que, em relação ao fator ‘exaustão emocional’, apenas 26% denotam a sensação de esgotamento, de excesso de trabalho e frustração. Em relação à ‘despersonalização’, constatou-se que mais de 50% acham que os clientes os culpam por alguns de seus problemas. Este aspecto foi o mais relevante neste fator componente do “burnout” no trabalho. Ainda neste item, observou-se uma mudança emocional dos participantes da dimensão ‘sensibilidade’ para ‘insensibilidade’. Tais aspectos, conforme CODO (1999), afetam diretamente a produtividade, uma vez que o comprometimento e a responsabilização pelas suas atribuições não são mais vistas como suas. Evidencia-se uma atitude clara de não se importar com os resultados do seu trabalho.

Em relação ao terceiro elemento componente do “burnout”, o ‘envolvimento pessoal no trabalho’, de maneira geral as pessoas aparentaram estar contribuindo de forma positiva para com seu trabalho, os problemas da clientela e, inclusive, os problemas emocionais pessoais. Apenas 30% dos participantes demonstraram falta de energia e de estímulos após um dia de trabalho.

A partir da análise desses dados, pode-se afirmar que a população estudada não se acha comprometida com a síndrome de “burnout”, embora a dimensão ‘despersonalização’ tenha apresentado um percentual significativo. Tal dado pode indicar a possibilidade da dimensão ‘exaustão emocional’ vir a tornar-se comprometida em função das condições de realização dos respectivos trabalhos nos setores investigados. Ressalta-se aqui a natureza repetitiva de tarefas rotineiras, apoio insuficiente, ausência de treinamento e horas excessivas de trabalho, impossibilitando ao trabalhador conciliar a vida familiar com a profissional. O conflito ‘trabalho X família’ é pior em casais novos com filhos pequenos, como é o caso de nossa amostra.

De acordo com CODO (1999), se o trabalhador sente-se roubado de um tempo no qual poderia dedicar-se à sua família, os fatores ‘exaustão emocional’ e ‘despersonalização’ demonstrariam nítido comprometimento. Estudos apontam que essa síndrome, além de trazer conseqüências negativas à esfera familiar, contribui para o consumo elevado de álcool e drogas ilegais e o distanciamento afetivo, que assim formam um círculo vicioso que comprometerá a qualidade da relação familiar.

Acrescenta-se a isso ainda a vivência de uma tensão mais elevada gerada por decisões e busca de solução de conflitos em decorrência dos cargos ocupados, o que exige um elevado nível de concentração e atenção. Isso confirma o que o CODO (1999) diz sobre o trabalho que exige excesso de carga mental, como aquele em que os trabalhadores necessitam interagir de forma ativa com pessoas que cuidam e/ou solucionam problemas de outras pessoas, que obedecem técnicas e métodos mais exigentes, fazendo parte de equipes cujo trabalho é constantemente submetido a avaliações.

Cabe ressaltar que o resultado da presente pesquisa pode ter sido comprometido pela forma adotada na aplicação dos questionários, pois os mesmos não puderam ser realizados individualmente e em local reservado. Tal condição pode ter propiciado um clima de desconfiança entre os participantes que, até por questões de precaução quanto à ameaça de demissão, teriam deixado de assinalar itens que correspondessem à sua condição real.

## CONCLUSÕES

O trabalho faz parte da vida do homem. Quando realizado de forma sadia e satisfatória, o trabalho promove reconhecimento social, identidade e auto-estima, necessários ao indivíduo, e propicia alta produtividade e qualidade, essenciais à empresa. Mas, quando realizado sob pressão, o trabalho pode trazer sérios comprometimentos à saúde do trabalhador, o que vai refletir diretamente no seu desempenho profissional. A produtividade e a qualidade de vida no trabalho estão diretamente relacionadas. De acordo com FRANÇA e RODRIGUES (1997), a qualidade de vida no trabalho implica em uma compreensão abrangente e comprometida das condições da vida no trabalho, incluindo aspectos de bem-estar, garantia de saúde física e mental, integração social e capacidade para solucionar as adversidades com segurança, além do bom uso da energia pessoal.

Portanto, as empresas deveriam estimular a implementação de projetos e programas voltados ao desenvolvimento pleno e saudável de seu quadro funcional, entendendo que a repetitividade e o trabalho parcelado também são fatores de insalubridade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, C.; TURBAY, J. Qualidade de vida no trabalho e síndrome de burnout. **Anais do VII Encontro Regional Sul da ABRAPSO**, p.70. Curitiba, 18-20 de setembro, 1998.
- ARROBA, Tanya; JAMES, Klim. **Pressão no trabalho-stress: um guia de sobrevivência**. 2.ed. São Paulo: Mc Graw- Hill, 1988.
- CODO, Wanderley. **Educação: carinho e trabalho: Burnout, a síndrome da desistência do educador, pode levar à falência da educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- DELBONI, Thaís Helena. **Vencendo o stress: como melhorar as relações de trabalho para viver melhor**. São Paulo: Makron Books, 1997.
- FONTANA, David. **Estresse - faça dele um aliado e exercite a auto-defesa**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- FRANÇA, Ana Cristina Limongi; RODRIGUES, Avelino Luiz. **Stress e trabalho – guia básico com abordagem psicossomática**. São Paulo: Atlas, 1997.
- SIQUEIRA, Eduardo de; NUNES, Sandra Odebrechet Vargas. **A emoção e as doenças**. Londrina: UEL, 1998.
- LIPP, Marilda Novaes; LÚCIA, Emmanuel Novaes, **O stress**. São Paulo: Contexto, 1998.
- RIOS, Fernandez, file://C:\Meus documentos\BURNOUT UM DESAFIO À SAÚDE DO TRABALHADOR.htm. Acessado em 26/10/02.
- RIO, Rodrigo Pires do. **O fascínio do stress: vencendo desafios num mundo em transformação**. Rio de Janeiro: Dunya, 1996.



## MANUAL DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA MICROEMPRESA

*\*Maria Cristina Gertrudes de Lima*

*\*\*Adalberto Brandalize*

### RESUMO

Este trabalho pretende auxiliar as microempresas industriais que encontram dificuldades na implantação de normas de segurança. O Manual de Segurança sugerido à microempresa tem como objetivo principal a conscientização do empresário, para que este possua em sua administração um instrumento que o auxilie a adequar, implantar e praticar as normas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança do Trabalho; Microempresa; Empregado; Empregador.

### ABSTRACT

This work intends to aid the small industrial companies that have difficulties in the implantation of norms of Safety. The Safety Manual suggested to small business companies aims primarily at the entrepreneur's awareness on safety norms so that he or she may implement an instrument that helps him or her to adapt, to implant and to practice such norms.

**KEY-WORDS:** Safety at Work; Small Business; Employee; Employer.

---

\* Graduada em Administração de Empresas pela UniFil (turma de 2001).

\*\* Docente da UniFil nos Departamentos de Administração, Ciências Contábeis e Processamento de Dados.

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Mestrando em Administração-Gestão de Negócios pela UEL.

Especialista em Finanças e O&M.

Ex-executivo e consultor empresarial.

E-Mail: adbranda@uol.com.br

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem como base o Trabalho de Conclusão de Curso/Estágio Supervisionado do Curso de Administração de Empresas da UNIFIL - Centro Universitário Filadelfia, desenvolvido por Maria Cristina Gertrudes de Lima e sob orientação do Prof. Adalberto Brandalize. Foi utilizada a metodologia de aplicação de pesquisas, entrevistas, questionários e simulação de tomada de decisões na empresa UNIPAR S/C Ltda. (Serralheria Unipar).

Em levantamento informal em 5 microempresas com menos de 20 funcionários, os proprietários e administradores afirmaram que raramente utilizam medidas de segurança do trabalho, devido à dificuldade em interpretar as regras e leis. Diante disto, e utilizando a UNIPAR como modelo, desenvolveu-se o Manual de Segurança do Trabalho para Microempresa, que está reproduzido neste trabalho.

A segurança do trabalho é importante para o administrador, como citado por MONTANA (1998, p.02): “Administração é o ato de trabalhar com e por meio de pessoas para realizar os objetivos tanto da organização quanto de seus membros.”

De maneira sucinta é feito a seguir um relato histórico de alguns fatos da Administração e sua evolução na valorização do homem. Na virada do século XIX, Frederick Winston Taylor criou a Teoria da Administração Científica com o objetivo de melhorar a eficiência do trabalhador. Com Henri Fayol, por volta de 1916, surgiu o princípio de que existe uma estrutura correta para toda empresa manufatureira, onde as funções do administrador e os princípios gerais da administração são identificados e aplicados a todas as organizações.

Em 1929, a Grande Depressão nos Estados Unidos provocou uma reavaliação dos princípios da Administração, surgindo então, a Abordagem Humanística, na qual Elton Mayo passou a estudar a rotatividade do pessoal e a queda da produtividade.

Na década de 1940, em busca de orientação para o trabalho do administrador, Max Weber criou a Teoria da Burocracia. Para ele, a burocracia era um sistema organizado por meio de normas escritas e legais.

No final dessa década, surgiu a Teoria Comportamental redefinindo os conceitos administrativos e tendo como tema fundamental a motivação humana. Abraham H. Maslow apresentou a pirâmide das necessidades. De acordo com Maslow e outros autores behavioristas:

*“O administrador precisa conhecer as necessidades humanas para melhor compreender o comportamento humano e utilizar a motivação humana como poderoso meio para melhorar a qualidade de vida dentro das organizações” (CHIAVENATO, 1998, p.532).*

Inconformado com a inadequação do modelo de relações humanas à realidade da vida empresarial, Douglas McGregor centrou seus estudos na relação entre o sucesso da organização e sua capacidade de prever e controlar o comportamento humano.

A partir da década de 1980, surge a Administração Estratégica, preocupando-se com a visão do negócio no futuro, levando o administrador a preocupar-se com a definição clara da missão e objetivos de sua empresa. A administração passa a ser mais flexível, e a empresa e os funcionários se unem para atingir uma série de metas e objetivos, traçando novos princípios.

Esses princípios envolvem a participação de todos os membros da organização; a divisão do trabalho, responsabilidade e autoridade; a valorização do pessoal, sem discriminação; a solução dos problemas de forma criativa; e a interação de toda a organização em prol de um grupo de objetivos, levando-se em conta que a organização faz parte de um sistema maior.

Após este breve histórico, voltemos ao tema da segurança. Atualmente, as empresas estabelecem metas e precisam obter a dedicação e o comprometimento de seus colaboradores que, para tanto, precisam sentir-se seguros e motivados. Existem diversas definições para metas. Para OLIVEIRA (1999, p.73), meta *“corresponde aos passos ou etapas perfeitamente quantificados e com prazos para alcançar os desafios e objetivos.”*

A função da Segurança do Trabalho, na maioria das empresas, é responsabilidade da área de Recursos Humanos e está implícita em suas funções. É definida com propriedade por CHIAVENATO (2000: p.438): *“É o conjunto de medidas técnicas, educacionais, médicas e psicológicas, empregadas para prevenir acidentes, quer eliminando as condições inseguras do ambiente, quer instruindo ou convencendo as pessoas da implantação de práticas preventivas.”*

A prevenção de acidentes pode ser alcançada através de medidas de segurança adequadas e que só podem ser aplicadas por meio de um trabalho de equipe.

A segurança não pode ser confundida com a C.I.P.A. (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), imposta pela C.L.T., e obrigatória para grandes empresas, embora trabalhem pelo mesmo objetivo. A C.I.P.A. enfoca a prevenção de acidentes, procurando as causas dos sinistros acontecidos na empresa, a



fim de removê-las e evitar que continuem provocando repetições. O custo indireto de um acidente do trabalho geralmente representa quatro vezes seu custo direto.

## 1. HISTÓRICO DA SEGURANÇA DO TRABALHO

Com suas próprias armas, o homem primitivo corria riscos de ferir-se ou ferir membros de sua comunidade ao defrontar-se com feras. Na idade média, a força produtiva era dominada pelos artesãos. Os acidentes ocorriam, mas sua frequência e gravidade não causavam preocupações, pois a atividade era ensinada juntamente com orientação para evitá-los.

Com a produção de bens de consumo em escala comercial, a denominada “Revolução Industrial”, o processo produtivo sofreu modificações e com isso aumentaram os acidentes do trabalho. O trabalhador procurava justificar que não tinha culpa e evitava procurar seus direitos, temendo a demissão.

Na metade do século XIX, um movimento organizado conseguiu atingir todas as classes sociais para reformular a legislação, buscando garantias de proteção ao trabalhador, que, aos poucos, conquistava alguns direitos. O empregador foi levado a assumir responsabilidades e garantir condições seguras no ambiente de trabalho.

No início da década de 1930, o Brasil entra na “Revolução Industrial”, mas conquista o título de Campeão Mundial de Acidentes do Trabalho na década 1970. As primeiras iniciativas com objetivo de prevenção foram tomadas por empresas estrangeiras na década de 20.

Em 1934, criou-se a Inspetoria de Higiene e Segurança do Trabalho para preservar a saúde do trabalhador. Em 1941, foi fundada a Associação Brasileira para a Prevenção de Acidentes. Mas, somente em 1944, a classe trabalhadora teve uma legislação a seu favor, vigorando o Capítulo V do Título II – da Segurança e Medicina do Trabalho - da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.).

A obrigatoriedade em empresas tornou-se realidade em 27 de julho de 1972, através da Portaria nº. 3.237. Recentemente, a assinatura de duas portarias pelo Ministério do Trabalho, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), criou a possibilidade de um efetivo controle dos riscos de acidente do trabalho.

## **2. MANUAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES PARA MICROEMPRESA**

### **2.1. Objetivos Gerais**

Adequar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) para pequenas indústrias. A abordagem ‘Segurança e Medicina do Trabalho’ encontrada na C.L.T. (Consolidação das Leis do Trabalho), nos Arts. 154 a 223, relata todos os deveres e direitos dos empregados, visando sua saúde e condições de trabalho.

As normas e procedimentos adotados pelas teorias relativas à Segurança e Medicina do Trabalho têm como objetivo eliminar doenças ocupacionais, analisando o grau de risco do local de trabalho, assegurando a saúde e o bem estar físico e mental do trabalhador.

Para o empregador, a contribuição retornará em lucro, diminuindo os índices de falta, os atestados médicos e tendo um empregado em boas condições de trabalho e saúde.

### **2.2. Objetivos Específicos**

- Conscientizar o empregador e o empregado, identificando o perigo e fazendo treinamento sobre como evitar o perigo;
- Manter todas as pessoas envolvidas sempre alertas contra os riscos existentes;
- Estudar e observar novos processos, formas de trabalho ou materiais a serem utilizados.

### **2.3. Objetivos do PPRA (Plano de Prevenção de Riscos Ambientais)**

- Apresentar ao empregador as normas regulamentadoras de prevenção de riscos;
- Identificar e avaliar os possíveis riscos ambientais existentes no local de trabalho, sugerindo o modo de realizar controles;
- Reconhecer os riscos, identificar qualitativamente os agentes que atuam no ambiente de trabalho, incluindo atividade, fonte geradora e tipo de exposição;
- Avaliar os riscos de atividades em operações insalubres e perigosas, sugerindo a implantação de medidas de controles dos riscos e monitoração das exposições a riscos;

- Tornar responsabilidade do empregador o estabelecimento, implantação e o cumprimento do plano de prevenção de riscos ambientais; e
- Quanto aos trabalhadores, colaborar e participar na implantação e execução do plano, seguir as orientações recebidas e informar qualquer atitude que possa implicar riscos à saúde.

## 2.4. A Segurança do Trabalho na C.L.T.

Na gestão de Recursos Humanos, a atividade de Segurança do Trabalho é um dos fatores decisivos no aumento de produção. Acidentes ocasionam perdas totais ou parciais da capacidade humana de trabalho ou mesmo de equipamentos, máquinas e ferramentas. Para evitar acidentes, inclui-se série de normas e procedimentos, visando a proteção da saúde física e mental do trabalhador.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Capítulo V, Seção I, preceitua:

“Art. 157 – Cabe às empresas:

- I. - Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho;
- II. - Instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às preocupações a tomar no sentido de evitar acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais;
- III. - Adotar as medidas que lhes sejam determinadas pelo órgão regional competente;
- IV. - Facilitar o exercício da fiscalização pela autoridade competente”.

“Art. 158 – Cabe aos empregados:

- I. - Observar as normas de segurança e medicina do trabalho, inclusive as instruções de que trata o item II do artigo anterior;
- II. - Colaborar com a empresa na aplicação dos dispositivos deste capítulo.

Parágrafo único. Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada:

- a) - à observância das instruções expedidas pelo empregador na forma do item II do artigo anterior;
- b) - ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecido pela empresa.

A prevenção de acidentes tem finalidade educativa e de tratamento dos problemas de segurança, devendo receber total apoio administrativo da empresa. Está na administração da empresa o poder de comando, a saber, traçar normas e integrá-las no processo e estimular a participação de todos para evitar acidentes.

## 2.5. NORMATIZAÇÃO UTILIZADA

Ao empregador cabe saber que o Ministério do Trabalho possui Normas Regulamentadoras (NR), através da PORTARIA Nº 3.214, DE 08 DE JUNHO DE 1.978. Com base nas normas regulamentadoras, são analisados os ambientes de trabalho e, com isso, a adequação e sugestão para solucionar a deficiência da empresa.

### **NR - 06: EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI**

Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), são dispositivos de uso pessoal destinados a assegurar a saúde ou integridade física do trabalhador, devendo ser adequados ao risco de exposição. O empregador fica obrigado ao fornecimento destes equipamentos, com Certificado de Aprovação (CA) fornecido pelo Ministério do Trabalho aos fabricantes, que deve ser exigido pelo empregador no momento da compra. O trabalhador, por sua vez, fica obrigado ao uso correto dos EPIs, segundo a finalidade a que se destinam, responsabilizando-se pela guarda e conservação dos mesmos e devendo comunicar ao empregador qualquer alteração que os torne impróprios para uso.

**E.P.I. para cabeça:** protetor auditivo e óculos para soldador;

**E.P.I. para membros superiores:** luva de raspa de couro e mangotes de raspa de couro;

**E.P.I. para membros inferiores:** sapato de segurança com biqueira de aço; e

**E.P.I. para proteção do tronco:** avental de raspa de couro e cintos de segurança.

### **NR - 07: EXAME MÉDICO**

É obrigatório o exame médico, quando da admissão, demissão do trabalhador, além de exames periódicos para análise clínica e profissional e obtenção de exame de aptidão física e mental. O atestado deve ser assinado pelo serviço médico autorizado. O exame deverá ser renovado a cada 06 (seis) meses para os que desempenham atividade insalubre.

## NR - 09: RISCOS AMBIENTAIS

São todos os agentes de origem física, química e biológica, existentes nos ambientes de trabalho que, em função da sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.

**-Agentes Físicos:** São as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como ruídos, vibrações, pressões anormais, temperaturas externas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, bem como infra-som e ultra-som.

**-Agentes Químicos:** São substâncias compostas ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeira, fumos, névoas, neblina, gases e vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contatos ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou ingestão.

**-Agentes Biológicos:** Consideram-se as bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários e vírus, entre outros.

**-Agentes Ergonômicos:** São os esforços físicos intensos, controle rígido de produção, jornada de trabalho prolongada, monotonia e repetitividade e outras situações causadoras de “stress” físico e/ou psíquico.

**-Risco de Acidente:** São situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes, como máquinas e equipamentos sem proteção, iluminação inadequada, eletricidade, probabilidade de incêndio ou explosão, arranjo físico inadequado.

## NR - 12: MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Dividem-se em normas de segurança em instalações e áreas de trabalho; segurança no dispositivo de acionamento, partida e parada de máquinas e equipamentos; normas sobre proteção de máquinas e equipamentos; manutenção e operação.

## NR - 15: ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES

São consideradas atividades insalubres aquelas que, por sua natureza, condições, ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima do limite de tolerância fixado, em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição e seus efeitos.



A eliminação ou neutralização da insalubridade ocorrerá:

I. Com adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;

II. Com a utilização de Equipamento de Proteção Individual ao trabalhador, diminuindo a intensidade dos agentes agressivos a limites de tolerância.

## **NR - 16: ERGONOMIA**

A ergonomia visa estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar-lhes um máximo de conforto, com segurança e desempenho eficiente.

## **NR - 17 (NBR - 5.413): NÍVEIS DE ILUMINAÇÃO**

O bom nível de iluminação gera segurança no trabalho, conforto visual, melhorando o rendimento e gerando um efeito psicológico positivo. Para cada tarefa a ser desenvolvida há um nível de iluminação considerado bom, sendo este nível determinado pela NBR-5.413.

## **NR – 18: CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE CONFORTO NAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO, DEMOLIÇÃO E REPAROS**

18.4.1. – As ferramentas devem ser apropriada ao uso a que se destinam, proibindo-se o emprego das defeituosas, danificadas ou improvisadas.

18.14.2. - Instalações sanitárias: locais destinados ao asseio corporal e/ou ao atendimento das necessidades fisiológicas de excreção.

18.14.2.3. – Devem ser mantidas em perfeito estado de conservação e higiene; ter portas e acesso que impeçam o devassamento e ser construídas de modo a manter o resguardo conveniente; paredes de material resistente e lavável; água quente nas regiões em que as condições climáticas exigirem; não ser ligada diretamente com locais destinados a refeições, e ser independente para homens e mulheres, quando necessário.



## **NR – 23: PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO**

Orienta sobre a implantação e manutenção de esquemas de proteção contra incêndio, determinando que toda empresa deverá possuir: saídas suficientes para a rápida retirada do pessoal em serviço, em caso de incêndio; equipamento para combater o fogo e pessoas adestradas no uso correto desses equipamentos.

23.17.3. – Deverá ser pintada de vermelho uma larga área de piso embaixo do extintor, a qual não poderá ser obstruída de forma nenhuma. Essa área deverá ser de no mínimo de 1m x 1m (metro).

### **4. FATORES IMPORTANTES A SEREM OBSERVADOS**

Existem alguns fatores que devem ser ressaltados, os mais importantes deles sendo mencionados abaixo:

#### **4.1. Cor adequada ao ambiente de trabalho**

Cor clara, melhorando a iluminação e o conforto visual dos empregados.

#### **4.2. Iluminação**

A iluminação com lâmpada de mercúrio é desaconselhável devido, principalmente, ao custo. As lâmpadas fluorescentes normalmente apresentam melhores resultados.

#### **4.3. Identificação em tomadas e disjuntores**

Sinalizar (identificar) as tomadas e disjuntores quanto à sua voltagem.

#### **4.4. Fios elétricos energizados**

Devem estar protegidos, evitando-se emendas; devem ser encapados e próximos à tomada, evitando tropeços e acidentes mais graves (NR-10).

#### **4.5. Banheiros com janela e desobstruídos**

Os banheiros devem possuir ventilação adequada e não possuir obstrução nem ser utilizados como depósito (NR-18, item 18.14.2.2. e 18.14.2.3.).

#### **4.6. Utilização de ferramentas adequadas para realização do trabalho**

Usar somente ferramentas apropriadas, evitando improvisos e riscos de acidentes, demarcando o local exato de cada ferramenta, de acordo com NR-18 item 18.4.1.

#### **4.7. Descarte de objetos inúteis**

Descartar todo e qualquer material inútil que não tenha reutilização, liberando espaço físico e melhorando o visual da empresa, pois os tais geram desconforto e perda de espaço para a realização de tarefas.

#### **4.8. Identificação de local específico para descarte de sobras de materiais**

Na empresa deve haver uma reserva de área destinada para descarte, onde será armazenado o que realmente possa ser reutilizado.

#### **4.9. Extintor de incêndio desobstruído e dentro da validade**

De acordo com lei, o extintor deve estar dentro do prazo de validade e em um local de boa visibilidade, identificado na cor padrão (VERMELHO), além de ter espaço livre em baixo do mesmo de 1m x 1m, de acordo com NR-23 item 23.17.3.

#### **4.10. Mangueiras e hidrantes**

Hidrantes e mangueiras de incêndio devem ser mantidos em perfeitas condições de uso.

#### **4.11. Lay-out das máquinas**

Demarcar o espaço físico de máquinas ou equipamentos com faixas, tendo assim um controle e evitando que o mesmo seja utilizado para outro fim.

#### **4.12. Sinalização de segurança**

Colocar placas de segurança, orientando o funcionário, de forma ilustrada, quanto ao que não deve fazer, e também criando normas internas.

#### **4.13. Ferramentas**

As ferramentas devem ter local próprio e, após serem utilizadas, devem ser guardadas imediatamente ao término do serviço, evitando acúmulo de trabalho para o final do dia, dificuldade para reutilização e perda de espaço físico.

#### **4.14. Manutenção preventiva e proteção das máquinas**

A transmissão de força (polias e engrenagens) deve ser enclausurada e a manutenção preventiva deve ser realizada, evitando-se riscos para o operador (NR-12, itens 12.3.1. e 12.6.1.).



#### **4.15. E.P.I. (Equipamento de Proteção Individual)**

Por ser equipamento de proteção individual, é de uso pessoal e tem a finalidade de evitar a ocorrência de acidentes.

#### **4.16. Observações Gerais**

O primeiro passo será a conscientização da direção sobre segurança e medicina do trabalho:

1) Com a CLT, abordar o compromisso da empresa para com o empregado, revendo todos os artigos e quais deverão ser aplicados à empresa;

2) De acordo com o número de empregados, a empresa não tem necessidade de ter C.I.P.A., mas os diretores deverão estar atualizados quanto a todo critério de criação e abordagem;

3) Adequar treinamentos e promover conscientização para os funcionários sobre Segurança do Trabalho e EPI e sua utilização, através de reuniões, cartazes educativos e normas adotadas pela empresa.

Para o empregado, cabe à direção conscientizá-los através de:

1) Reuniões e palestras educativas sobre segurança, utilizando métodos de abordagem simplificados para atingir os objetivos de comprometimento;

2) Utilizar os EPIs de acordo com normas da empresa e mantê-los em condições de uso sem danificá-los;

3) Orientar sobre higiene no ambiente de trabalho e higiene pessoal, abordando a limpeza diária do local de trabalho, e não somente no final de semana, melhorando o aspecto físico e social do empregado.

O custo para a aplicação correta das normas pode parecer elevado para as microempresas, mas, se analisarmos que seu quadro de funcionários é restrito, se um funcionário se acidentar, a produção será comprometida em uma porcentagem expressiva; o custo do tempo perdido será grande; a perda de clientes por atraso da entrega do serviço será significativa; e a desmotivação dos demais funcionários por causa do risco evidente será uma realidade.

## **CONCLUSÕES**

Estamos no século XXI, em plena Era da Informática, vivendo momentos de mudanças, mas mudar a concepção de prevenção de acidentes parece um assunto que não tem muita repercussão.

O Manual de Segurança sugerido às microempresas sobre Segurança e Medicina do Trabalho tem como objetivo principal a conscientização do empresário para que possa, dentro de sua administração, adequar, implantar e praticar as normas citadas.

No quadro atual da economia nacional, é a microempresa quem mais oferece emprego. E raramente são orientadas ou treinadas para reduzir os índices de acidentes no trabalho e preservar a saúde do trabalhador.

Mesmo a Previdência Social assegurando o trabalhador acidentado, os danos sofridos não são somente monetários; existe a perda de dignidade e a perda temporária ou definitiva de atividades físicas.

O valor gasto com indenizações e seguros por acidente do trabalho deve ser investido na mudança da cultura, para que o empresário não mais siga as normas de segurança apenas por receio de punição, e o empregado não deixe de seguir as mesmas normas, demonstrando não valorização da segurança dentro do seu próprio trabalho.

A empresa que segue e aplica normas de Segurança e Medicina do Trabalho fica diferenciada pela motivação e valorização de seus trabalhadores. Além disso, a aplicação do Manual poderá reduzir os índices de acidentes e, com certeza, haverá um retorno maior em lucratividade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATLAS, Equipe. **Segurança e medicina do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.
- BOOG, Gustavo G. **Manual de treinamento e desenvolvimento** – ABTB. 3.ed. São Paulo: Makron Books Ltda., 1999.
- CARVALHO, Antonio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Administração de recursos humanos**. 5.ed. São Paulo: Editora Guazzelli Ltda., 2000.
- CHIANENATO, Idalberto. **Remuneração, benefícios e relações de trabalho**. São Paulo: Atlas, 1998.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa**. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 1994.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- CASTELLI, Geraldo. **Administração hoteleira**. 2.ed. Caxias do Sul: Deups, 2000.
- MONTANA, Patrick J; CHARNOV, Bruce H. (Tradução Robert Brian Taylor; revisão técnica Reinaldo O. da Silva). **Administração**. São Paulo: Saraiva, 1998.
- MORAES, Anna Maris Pereira de. **Iniciação ao estudo da Administração**. São Paulo: Makron Books, 2000.



OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**. 13.ed. (atualizada e ampliada). São Paulo: Atlas, 1999.

PACHECO JR., Waldemar. **Qualidade na segurança e higiene do trabalho**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

ROCHA, Luiz Oswaldo Leal da. **Organização e métodos – uma abordagem prática**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SOUNIS, Emílio. **Manual de higiene e medicina do trabalho**, 3.ed. São Paulo: Ícone Editora Ltda., 1993.

TIFFANY, Paul; PETERSON, Steven D. **Planejamento estratégico – Série para Dummies**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.



## ÚLCERA DE PRESSÃO EM PACIENTES COM LESÃO MEDULAR: UM PROBLEMA COSTANTE?

*\*Alexsandro de Oliveira Dias*

*\*Simone Yuriko Kameo*

*\*\*Mitiko Moroóka*

### RESUMO

Este estudo tem por finalidade pesquisar dados sobre a lesão medular e úlcera de pressão em pacientes cadastrados no Projeto de Atendimento Interdisciplinar ao Paciente com Lesão Medular em um hospital-escola público e no Ambulatório do Hospital de Clínicas de Londrina – Paraná. Foram pesquisados 87 prontuários de pacientes atendidos entre os anos de 1997 e 2000, sendo 88,5% do sexo masculino e 11,5% do sexo feminino, de 0 a mais de 50 anos de idade, com algum grau de imobilidade e complicações decorrentes da lesão medular, realizando tratamento no serviço descrito. A análise dos dados levantados mostrou que a grande maioria dos pacientes, 74,8%, apresentou paraplegia. A complicação que mais acometeu os pacientes com lesão medular foi a úlcera de pressão, 51,7%. A região que mais apresentou úlcera de pressão foi a sacral, 71,1%, e em 42,2% foi utilizado PVPI no tratamento destas. Com este estudo verificou-se que cabe ao enfermeiro orientar o paciente e seus familiares quanto aos cuidados na prevenção e tratamento das complicações do paciente com lesão medular, além da necessidade de elaborar recursos educacionais para prevenção de úlceras de pressão para lesão medular.

**PALAVRAS-CHAVE: Úlcera de Pressão; Lesão Medular; Paraplegia.**

---

\* Enfermeiro(a) graduado(a) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

\*\*Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina.

Mestre em Enfermagem.

E-mail: maluim@uel.br

alexuel@bol.com.br

## ABSTRACT

This study aims at investigating data on medullar injuries and pressure ulcers in patients registered at the Interdisciplinary Project of Assistance to Patients with Medullar Injuries in a Public School Hospital and at the Clinic Hospital Ambulatory Ward in Londrina-Paraná. 87 registers about patients were investigated during the period from 1997 to 2000. 88,5% of the patients were male and 11,5% female subjects, from 0 to over 50 years of age, with some degree of immobility and complications resulting from medullar injuries. The data analysis proved that most patients, 74,8%, presented paraplegia. The most frequent complication among the patients with a medullar injury was pressure ulcer, 51,7%. The body part where most pressure ulcers appeared was the sacral part, 71,1%, of which 42,2% used PVPI in the treatment. With this research, it was verified that the nurse has to orient the patient and his/her relatives concerning the prevention care and treatment of complications caused by medullar injuries. It was also verified that there is an urgent need for the creation of educational materials to prevent pressure ulcers related to medullar injuries.

**KEY-WORDS:** Pressure Ulcer; Medullar Injury; Paraplegia.

## INTRODUÇÃO

Sendo na época da realização desta pesquisa alunos de graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina (UEL), realizamos estágios curriculares e extra-curriculares em diferentes locais. Estes visam o aprendizado através da observação, teorização e execução de procedimentos.

Ao prestarmos assistência em unidades de internamento, quer em ambulatórios, quer em Projetos de Extensão, constatamos a alta prevalência de úlceras de pressão nos pacientes com lesão medular. Cabe ao enfermeiro conhecer as complicações decorrentes da lesão medular, já que a sua instalação reflete o grau de cuidados prestados pela equipe.

Segundo DUGAS (1988), as úlceras de pressão resultam da pressão prolongada sobre uma área do corpo, com a resultante perda da circulação nessa região e subseqüente desnutrição tecidual.

A imobilidade está presente no paciente com lesão medular. O traumatismo raquimedular é uma agressão física que inesperadamente anula ou limita o uso e controle do corpo, causando grande repercussão para o indivíduo, família e sociedade, uma vez que estruturas são desestabilizadas, necessitando então de uma

reorganização e mudanças nos papéis exercidos até então (MOROÓKA, 2000).

A lesão medular é consequência de um TRM (Traumatismo Raquimedular) que é um trauma causado na coluna vertebral. A coluna é dividida em quatro partes: Região Cervical, Região Torácica (12 vértebras), Região Lombar (5 vértebras), Região Sacral (5 vértebras) e Cóccix (3 ou 4 vértebras, variando de indivíduo para indivíduo) (FERREIRA, 2001).

Uma vez lesionada, ocorrem alterações de ordem fisiológica, fazendo com que o organismo não responda adequadamente às sensações, como perda de sensibilidade e perda de movimentos, que pode ser tetraplegia (paralisia de membros superiores e inferiores) ou Paraplegia (paralisia de membros inferiores) (FERREIRA, 2001).

Para AGRIS E SPIRA (1979), as saliências ósseas mais vulneráveis às úlceras de pressão são: ísqueo (24%), sacro (23%), trocânteres (15%), calcânares (8%), maléolos (7%), joelho (6%), crista ilíaca (4%), região do cotovelo (3%), proeminência da tíbia (2%), processo espinhoso occipício (1%), queixo (0,5%) e escápula (0,5%).

Para pacientes com lesão medular, o meio mais exequível para a prevenção de úlcera de pressão é a mudança da posição do corpo, de forma que a pressão seja redistribuída (SAVONITTI, 2000).

De acordo com BRUNNER e SUDDARTH (1999), a idade avançada, a debilitação, o contato prolongado com umidade proveniente da perspiração da urina, das fezes ou da drenagem, o atrito e as forças de cisalhamento, a diminuição da perfusão tissular, são fatores contribuintes para o aparecimento de úlcera de pressão, assim como os equipamentos, como aparelho gessado, tração, contenção. Tipo do leito, colchão, travesseiro e cadeira, também propiciam a formação de úlceras de pressão.

## OBJETIVOS

- ✓ Identificar os pacientes atendidos no Projeto Interdisciplinar ao Paciente com Lesão Medular quanto a: idade, sexo e grau de imobilidade;
- ✓ Verificar os locais de formação de úlceras de pressão;
- ✓ Conhecer complicações decorrentes da lesão medular; e
- ✓ Conhecer o tratamento utilizado para úlcera de pressão.

## CASUÍSTICA E MÉTODO

### 1.) Natureza do estudo:

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, com pesquisa de prontuários e abordagem quantitativa.

### 2.) Local do estudo:

O presente estudo foi realizado mediante autorização formal (Anexo I), junto ao Serviço de Ambulatório do Hospital de Clínicas (AHC) e Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (HURNP), que são órgãos suplementares da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e onde são atendidas pessoas com lesão medular, durante o período de 1997 a 2000.

### 3.) Procedimentos de coleta de dados:

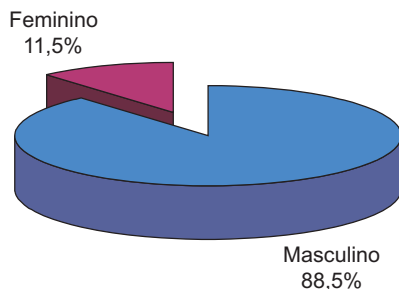
Foram pesquisados 87 prontuários de pacientes selecionados de acordo com o critério previamente estabelecido: pacientes que participavam do Projeto de Atendimento Interdisciplinar ao Paciente com Lesão Medular.

Foi elaborado um formulário (ANEXO I), no qual foram verificados através da consulta de prontuários: sexo, idade, grau de imobilidade, nível de trauma raquimedular, complicações decorrentes da lesão medular, local de úlcera de pressão e tratamento utilizado.

Os dados estatísticos foram tratados sob a forma de percentuais em tabelas e gráficos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

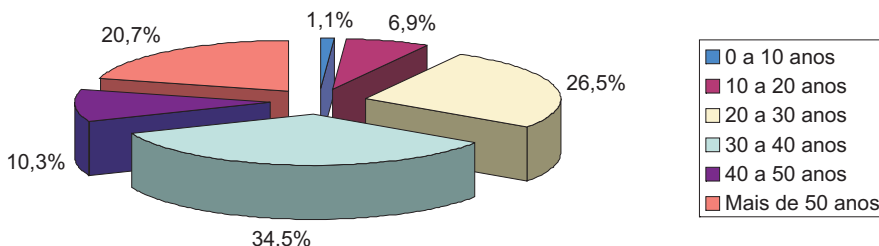
**Gráfico 1** - Distribuição dos pacientes cadastrados quanto ao sexo, no Projeto de Atendimento Interdisciplinar ao Paciente com Lesão Medular, num hospital-escola público e Ambulatório do Hospital de Clínicas (AHC) de Londrina - Pr, no período de 1997 a 2000.



Conforme mostra o Gráfico 1, houve predomínio do sexo masculino. A ocorrência do trauma raquimedular em maior número nos indivíduos do sexo masculino relaciona-se ao tipo de ocupação profissional, que os expõe mais a acidentes, além da competitividade da vida moderna, que faz os indivíduos se deslocarem às pressas e em veículos de transporte nem sempre seguros.

ANDRADE (1998) relata em seu estudo que os homens têm como característica social e cultural um comportamento agressivo no trânsito tendem a assumir maiores riscos na condução de veículos.

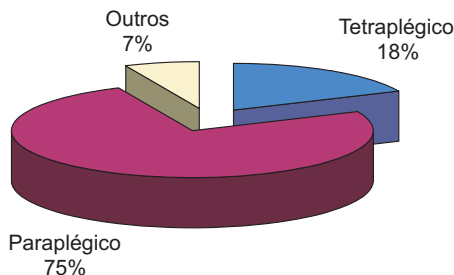
**Gráfico 2** - Distribuição quanto à idade dos pacientes cadastrados no Projeto de Atendimento Interdisciplinar ao Paciente com Lesão Medular, num hospital-escola público e no Ambulatório do Hospital de Clínicas (AHC) de Londrina - Pr, no período de 1997 a 2000.



O Gráfico 2 mostra que a idade variou de 0 até mais de 50 anos, aparecendo a maior incidência na faixa etária de 30 a 40 anos de idade.

DITUNNO e FORMAL (1994) relatam que a idade média, por ocasião da lesão, é de 30 anos. É coincidentemente a idade auge da produtividade profissional e pessoal.

**Gráfico 3** - Distribuição dos pacientes de acordo com o grau de imobilidade.



No Gráfico 3 foi possível observar que em 74,8% dos prontuários onde se buscou o dado verificou-se paraplegia, 18,4% apresentaram tetraplegia e 6,8% outro grau de imobilização, sendo que 62% apresentaram nível torácico



de trauma raquimedular, 28,8% nível cervical e 9,2% lombar, o que já era esperado uma vez que a maior percentagem de imobilidade era paraplegia.

Em relação ao nível medular e grau de imobilidade foram encontradas semelhanças com os resultados de SANTOS (1989), que relata que o nível torácico e a paraplegia são os mais prevalentes.

**Tabela 1:** Distribuição dos casos quanto às complicações decorrentes da lesão medular.

COMPLICAÇÃO	Nº	%
Úlcera de pressão	45	36,1
Bexiga neurogênica	29	25,2
Infecção urinária	23	20,0
Obstipação intestinal	10	8,7
Impotência sexual	4	3,5
Litíase	4	3,5
TOTAL	115*	100

\*Alguns pacientes apresentaram mais de uma complicação.

Examinando-se os resultados apresentados na Tabela 1, verifica-se que a úlcera de pressão é a complicação com maior incidência neste grupo de estudo (39,1%), pelo fato de que esses pacientes permanecem por um período de tempo prolongado em cadeira de rodas, reduzindo ou interrompendo o fluxo sanguíneo para a área, prejudicando assim nutrição dos tecidos da região sob compressão (CAMPEDELLI 1987; GOODE 1997).

**Tabela 2:** Distribuição de acordo com a localização da úlcera de pressão.

LOCAL	Nº	%
Sacro	32	50,8
Calcâneo	10	15,9
Trocânter	9	14,3
Ísquio	7	11,1
Outros	5	7,9
TOTAL	63*	100

\*Alguns pacientes apresentaram úlcera de pressão em mais de uma região.

Os resultados mostram que um pouco mais de 50% dos pacientes apresentaram úlcera de pressão na região sacral. Esse dado condiz com os verificados por AGRIS e SPIRA (1979), que detectaram que as saliências mais favoráveis à ulceração são: o sacro, os ísquios, os trocânteres e os calcanhares.

**Tabela 3:** Distribuição quanto ao tratamento utilizado para úlcera de pressão.

TRATAMENTO	Nº	%
S.F. 0,9%	19	27,2
P.V.P.I.	18	25,7
Dersani <sup>®</sup>	8	11,4
Desbridamento	6	8,6
Enxerto	3	4,2
Outros	16	22,9
TOTAL	70	100

As aplicações de S.F. 0,9% e o P.V.P.I. foram os tratamentos mais utilizados para o curativo de úlceras de pressão, somando 52,9 % do total. O P.V.P. (Povinil pirrolidona) é o polímero mais usado para dissolver o iodo, formando o P.V.P.I. Nesse composto o iodo é liberado e age inibindo a síntese vital dos

microrganismos. São necessários aproximadamente 2 minutos de contato para que o iodo livre seja liberado. A formulação possui amplo espectro de ação, são eficientes contra vírus, microbactérias e bactérias não esporuladas (CERQUEIRA, 1997).

## CONCLUSÕES

Com este estudo, detectamos um grande número de pacientes com lesão medular que apresentam úlceras de pressão em consequência da imobilidade. É de fundamental importância que a Enfermagem assuma o cuidado físico, esclarecendo a família quanto a possíveis complicações a que está sujeito o paciente com lesão medular. Diante desta condição, o apoio familiar é imprescindível, visto que o paciente com esta lesão torna-se, a princípio, totalmente dependente, tanto no cuidado físico quanto no emocional. Esta prevenção efetiva livrará esses pacientes das terríveis úlceras de pressão, pois alguns deles apontam que a lesão os incomoda mais do que a própria paraplegia.

Diante destas considerações, sentimos a necessidade da elaboração de um material educativo para que os cuidadores deste tipo de paciente recebam uma orientação/atenção adequada quanto às medidas para a prevenção das úlceras de pressão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGRIS, J.; SPIRA, M. Pressure ulcers: prevalence and treatment. **Clin. Symp.** 31(5):2, 1979.
2. ANDRADE, Selma Maffei de. **Acidentes de transporte terrestre em Londrina-PR: análise das vítimas, dos acidentes e das fontes de informação.** São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) Faculdade de Saúde Pública/USP.
3. BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. **Enfermagem médico-cirúrgica.** 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.
4. CAMPEDELLI M. C.; Gaidzinski R. R. **Escara: problema na hospitalização.** São Paulo: Ática, 1987.
5. CERQUEIRA, Mariane de Carvalho Machado. Antissepsia: princípios gerais e antissépticos. In: RODRIGUES, E. A. C. *et al.* **Infecções hospitalares: prevenção e controle.** São Paulo: Sarvier, 1997, p.426-38.
6. DITTUNO JR.; FORMAL, C. S. Lesão crônica da medula espinhal. **The New England Journal of Medicine**, fev.,1994. (Tradução de Manoel Carlos de Castro Neves).



7. DUGAS, B.W. **Enfermagem prática**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
8. FERREIRA, R.T. S. **Lesão medular-2001**. Disponível em <http://www.netmogi.com.br/~jordy/oqueleso.htm>. Acesso em 18/maio/2001.
9. GOODE, P. S.; ALLMAN, R. M. Úlceras de pressão. *In: Geriatria prática*. Rio de Janeiro: Revinter, 1997, p.243-9.
10. MOROÓKA, M. **Autocateterismo vesical intermitente técnica limpa: descrição do procedimento realizado pelos lesados medulares**. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo-USP.
11. SANTOS, Leila Conceição dos. **Lesão traumática da medula espinhal: estudo retrospectivo de pacientes internados no Instituto de Ortopedia e Traumatologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo entre 1982 e 1987**. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado), Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo-USP.
12. SAVONITTI, B. H. R. A.; SGAMBATTI, M. S. Cuidando da pele e dos pés e prevenindo úlceras de pressão no idoso em domicílio. *In: DUARTE, Y. A. O. Atendimento domiciliar: um enfoque gerontológico*. (Yeda Aparecida de Oliveira Duarte e Maria José D'Elboux Diogo). São Paulo: Editora Atheneu, 2000.



## ANEXO I – Formulário para coleta de informações

### Dados de identificação:

- 1) Prontuário n.º \_\_\_\_\_ Sexo : ( ) M ( ) F
- 2) Idade: ( ) 0 – 10 anos ( ) 10 – 20 anos ( ) 20 – 30 anos  
( ) 30 – 40 anos ( ) 40 – 50 anos ( ) Mais de 50 anos
- 3) Grau de Imobilidade: ( ) Tetraplegia ( ) Paraplegia ( ) Outros tipos
- 4) Nível de Trauma Raquimedular:  
( ) Cervical ( ) Torácico ( ) Lombar
- 5) Complicações decorrentes da lesão medular:  
( ) Úlcera de pressão ( ) Hidronefrose ( ) Obstipação intestinal  
( ) Infecção Urinária ( ) Impotência sexual ( ) Incontinência Urinária  
( ) Outros
- 6) Local de úlcera de pressão:  
( ) Sacro ( ) Trocanter ( ) Calcâneo ( ) Outros (especificar)
- 7) Tratamento utilizado para úlcera de pressão:  
( ) Dersani ( ) Própolis ( ) Colagenase  
( ) S. Fisiológico 0,9% ( ) Papaína ( ) Enxerto  
Outros: \_\_\_\_\_

## O PRIMEIRO BANHO NO LEITO: IMPACTO E SENTIMENTOS DOS ALUNOS DE ENFERMAGEM

*\*Alexsandro de Oliveira Dias*

*\*Ilka Mari Ikebuti*

*\*Adriana Bueno Pereira*

*\*Liz Carolina da Silva*

*\*Patrícia Eiko Ito*

*\*\*Iwa Keiko Aida Utyama*

### RESUMO

O banho no leito, segundo OGASAWARA (1989), “é muito mais que um procedimento básico de enfermagem, é uma necessidade humana essencial para pessoas que precisam de repouso absoluto, ou cuja mobilidade/locomoção estejam afetadas.” No entanto, observa-se que este procedimento é relegado ao segundo plano, isto é, não é dada a devida importância a ele, tanto pelos profissionais quanto pelos estudantes de enfermagem. Os autores deste trabalho propuseram-se a verificar os sentimentos e os impactos que o banho no leito geram nos acadêmicos de enfermagem. Foram distribuídos questionários para 60 alunos que cursavam a disciplina Fundamentos II nos meses de abril/maio de 2000, tendo-se um retorno de 53,3%. Observou-se que 100% dos alunos que opinaram consideraram importante que o acadêmico realize o banho no leito, justificando que o mesmo contribui para o aprendizado e orientação à equipe de enfermagem. Os impactos positivos, na percepção dos alunos, foram a realização do cuidado da melhor forma possível e a ajuda ao próximo; os negativos foram o sentimento de pena pelo paciente, constrangimento, tensão, medo, a vontade de desistir do curso e, por fim, aversão e repulsa. Os dados apurados mostram que existe muita resistência quanto à realização deste cuidado. Os entrevistados sugerem que haja uma reformulação na disciplina Fundamentos de Enfermagem nos seguintes aspectos: que a prática do banho seja realizada junto com o auxiliar; que haja observação do banho no leito em pacientes internados e em seguida a demonstração deste no laboratório; que haja o provimento da unidade de internação com materiais mínimos necessários para o banho; e que seja dada ênfase às dificuldades que surgem no cotidiano hospitalar.

---

\*Enfermeiro(a) graduado(a) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

\*\*Docente da disciplina Fundamentos de Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da UEL. Mestranda pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.

E-mail: utyama@sercomtel.com.br

alexuel@bol.com.br



**PALAVRAS-CHAVE: Higiene Corporal; Banho no Leito; Banho; Cuidado de Enfermagem.**

**ABSTRACT**

The bath on the bed, according to OGASAWARA (1989), “is more than a basic nursing procedure. It is an essential human need for people who are undergoing absolute rest, or for people whose mobility/locomotion is affected”. However, this procedure is relegated to a secondary plan, that is, neither nurse professionals nor nursing students give it its proper importance. The authors intended to check the feelings and impacts that the bath on the bed cause on nursing students. Questionnaires were distributed to 60 students of the undergraduate discipline Fundamentals II, with a return of 53,3 %. It was observed that 100% of the students interviewed considered it important for the nursing students to give the bath on the bed, because it contributes to the apprenticeship and training of the nursing team. The positive impact on the student’s perception was the realization of the best care and help given; the negative impact was pitying the patient as well as embarrassment, fear and tension, besides even a desire to leave the nursing undergraduate program, aversion and repulse. The data show that there is still some resistance regarding the administration of such care. They also suggest a reformulation of that discipline in the following aspects: the bath practice be carried out together with an assistant; observation of the bath on the bed in patients and then the demonstration in the lab; provision of the unit with the necessary materials; and emphasis on the difficulties that come about in the hospital daily routine.

**KEY-WORDS : Body Hygiene; Bath on the Bed; Nursing Care.**

**1- INTRODUÇÃO**

O interesse em realizar esta pesquisa foi despertado pela curiosidade de se investigar a experiência do acadêmico de enfermagem frente à realização do seu primeiro banho no leito, bem como suas reações, dúvidas e sentimentos.

Durante a demonstração deste procedimento, procurou-se destacar a importância que o mesmo tem para o profissional de enfermagem, na realização do exame físico, e assim estabelecer um bom relacionamento com o paciente, facilitando a comunicação, além de uma boa oportunidade para transmitir orientações gerais, que devem ser adaptadas de acordo com as necessidades individuais dos pacientes.

A higiene corporal é uma necessidade humana básica da maior importância, tanto para pessoas saudáveis quanto para doentes que necessitam de repouso absoluto, ou seja, que estão sem capacidade para se locomover. O fato do indivíduo estar doente pode levar a uma diminuição da resistência às infecções e, o fato de estar em um ambiente hospitalar, onde a presença de bactérias patogênicas é comum, acarreta risco constante de adquirir uma infecção.

SOUZA (1978) afirma que a limpeza da pele durante uma doença é mais importante do que no estado normal. A pessoa confinada ao leito está privada do exercício físico, que serve para estimular a circulação. Portanto, o banho com a fricção cutânea estimula a circulação, substituindo o exercício, um dos fatores essenciais na manutenção da saúde, além de conservar o paciente sempre limpo e confortável.

Todo paciente internado necessita de algum tipo de banho, e a escolha é, quase sempre, uma decisão da enfermagem. A enfermagem deve considerar a força, as condições e o grau de dependência do paciente. Pode ser indicado banho no leito, de imersão (banheira) ou chuveiro (BRUNNER & SUDDARTH, 1999).

FURST (1977), HORTA (1995) e ARAÚJO (1980) enfatizam que o banho, além de oferecer à enfermagem uma de suas maiores oportunidades para conhecer seu paciente, identificar seu estado emocional e suas necessidades, possibilita também verificar as condições da pele, as áreas que estão sofrendo pressão, além de ouvir queixas de dores e desconforto. Os autores reforçam também que a higienização da pele é de grande valia para o organismo como um todo.

CLARKE (1986) informa que a manutenção da higiene corporal do paciente acamado é importante por várias razões: em primeiro lugar, sob o ponto de vista de evitar infecção cruzada ou do próprio paciente, pelo fato deste estar mais vulnerável a doenças; uma segunda razão, que não pode ser desprezada, é contribuir para a manutenção do conforto e auto-estima do paciente; ainda enfatiza que a maioria das pessoas em nossa sociedade valoriza a higiene pessoal como aspecto importante na maneira pela qual se apresenta aos outros; portanto, qualquer queda nos padrões de aparência enquanto no hospital pode causar ao paciente embaraço ou mesmo depressão severa. Por outro lado, uma minoria dos pacientes normalmente prefere não tomar banho com frequência. Esta atitude negativa, além de trazer riscos de infecção cruzada, ainda poderá causar desconforto físico, diminuição da importância dada à auto-imagem ou até provocar rejeição pelos outros.





Percebe-se que este cuidado é uma ação considerada de primeira necessidade para o paciente pela equipe de enfermagem, mas denota-se uma certa “repulsa” por parte daquele que a realiza, não sendo diferente com os estudantes que, muitas vezes, a consideram como atividade “doméstica”.

## **2-OBJETIVOS**

Com o fim de analisar a experiência do acadêmico de enfermagem frente à realização do seu primeiro banho no leito, bem como suas reações, dúvidas e sentimentos, os autores propuseram-se em empreender o presente estudo.

## **3-METODOLOGIA**

A pesquisa foi desenvolvida com um grupo de alunos da 2ª Série do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Londrina, que haviam cursado a disciplina Fundamentos de Enfermagem no semestre anterior.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário (Anexo 1), contendo sete perguntas em aberto, para permitir ao pesquisado maior flexibilidade em suas informações. A coleta de dados foi realizada nos meses de maio e junho de 2000. Foram distribuídos questionários a 60 alunos, ocorrendo retorno de 53,3%.

Os dados coletados foram submetidos a análise estatística, utilizando-se percentuais simples, seguindo-se a discussão pertinente.

## **4 -RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os dados obtidos são apresentados a seguir sob a forma de tabelas, na mesma ordem da seqüência das perguntas do questionário.

**LISTA DE TABELAS****Tabela 1:** Demonstração quanto à realização do banho no leito.

Realização do Banho no leito	<i>f</i>	%
Gostou	15	47
Não gostou	17	53
TOTAL	32	100

A Tabela 1 mostra que 47% dos alunos declararam ter gostado de realizar o banho no leito, o que pode ser consubstanciado pelas seguintes respostas dos acadêmicos:

**Justificativas:**

Positivas: (A-3) “A prática em si é algo importante e acrescenta ao nosso aprendizado”;

(A-12) “Além de serem feitos os cuidados com a higiene, desenvolvi explicações”;

(A-30) “Pelo alívio que proporcionei ao paciente, essa é a maior recompensa”.

Negativas: (A-15, 20) “É uma técnica que constrange tanto o paciente quanto o executor (invade a privacidade)”;

(A-17) “Ao me colocar no lugar do paciente, percebi o quanto é desconfortável e constrangedor, sem contar com algumas intercorrências que inevitavelmente ocorrem”;

(A-25) “Senti pena do paciente pelo fato de o procedimento exigir uma certa rapidez, e não a tínhamos ainda; muitas vezes o paciente se cansava”.

**Tabela 2:** Reconhecimento da importância do procedimento para o aluno.

Importante	<i>f</i>	%
Sim	32	100
Não	00	00
TOTAL	32	100

A totalidade da amostra (100%) percebeu a importância da realização do banho pelo aluno, considerando que é um momento de conhecer melhor o paciente, de colocar em prática a teorização dos princípios aprendidos, que podem ser certificados pelas descrições dos alunos:

**Justificativas:**

(A-4) “*É nesse momento que se avalia como o paciente está, pode-se descobrir coisas que nem os profissionais responsáveis sabem*”;

(A-31) “*Põe em prática o que foi aprendido: diferença de sujo e limpo, eliminar microrganismos patogênicos ou da flora normal e proporcionar conforto ao paciente*”;

(A-1,3,10,18,20,21,25,26,29,30,31) “*Aprender para poder passar para os funcionários*”.

Em suma, a importância do banho é colocada em termos de aprendizado; ainda é forte a questão de utilização do paciente como instrumento de aprendizagem; não se menciona muito o benefício que o paciente terá com o banho no leito. Talvez isto seja natural na concepção dos alunos, mas deve ser trabalhado para que todo e qualquer cuidado tenha um beneficiado, no caso, o paciente; portanto, todo o cuidado deve ser implementado de forma que não prejudique o fator emocional, psicológico, físico, social e espiritual do paciente.

**Tabela 3:** Averiguação do nível de preparo do acadêmico para realização do 1º banho.

<b>Preparado</b>	<i>f</i>	%
Sim	22	68,75
Não	9	28,13
Mais ou menos	1	3,12
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>100</b>

A Tabela 3 mostra que 63,75% dos acadêmicos admitem que tiveram preparo para realização do primeiro banho.

Nas respostas dadas pelos alunos com relação ao preparo recebido, verifica-se que a disciplina Fundamentos de Enfermagem enfatiza a questão da humanização do atendimento e que o despreparo decorre da falta de habilidade, pois o cuidado com a higiene corporal é ensaiado no boneco; mas alguns consideram que não foram treinados adequadamente no referido boneco.

Estas opiniões podem ser constatadas nas seguintes frases:

Positivas: (A-1) *“Fui bem instruído pelas professoras, e aprendi a não pensar só no que é bom para mim, e sim para o paciente”*;

(A-15) *“Eu já esperava me sentir pouco à vontade, mas tenho consciência de que é um direito de todo paciente estar higienizado”*;

(A-6) *“Estudei, observei e me esforcei para proporcionar conforto ao paciente”*.

Negativas: (A-4) *“A falta de habilidade e a demora proporcionaram desconforto ao paciente”*;

(A-19) *“No primeiro dia me senti completamente perdida, constrangida e com dó do paciente”*.

Mais ou menos: (A-2) *“Digo mais ou menos porque eu já sabia a teoria e a técnica de laboratório, mas num ser humano a realidade é outra! O boneco não reclama, não fala nada, não diz ai...”*.

**Tabela 4:** Demonstração quanto aos sentimentos do acadêmico frente ao 1º banho no leito.

Sentimento do aluno*	<i>f</i>
Fazer da melhor forma possível	24
Ajudando o próximo	19
Pena do Paciente	15
Constrangido	13
Desagradável	12
Muitas dúvidas	10
Medo	9
Tenso	9
Vontade de desistir do curso	4
Realizado	3
Aversão, repulsa	1
Indiferente	0

\*Admitido-se mais de uma alternativa.

De acordo com a Tabela 4, a maioria dos alunos mostrou-se preocupada em realizar o banho no leito da melhor forma possível, embora fossem relacionados também relatos de desconforto e insegurança.

**Tabela 5:** Opiniões\*\* a respeito de “quem” deve realizar o banho no leito.

<b>Categoria</b>	<i>f</i>
Auxiliar	30
Familiares do paciente	8
Técnico	7
Enfermeiro	4
Outros	1

\*\*Admitiu-se mais de uma alternativa.

A indicação mais freqüente citou que o banho no leito é função do auxiliar de enfermagem; isto talvez se deva ao fato de os alunos terem observado durante o seu estágio que somente os auxiliares de enfermagem realizam este cuidado. O enfermeiro foi mencionado em 4 ocasiões, pois a lei do exercício preconiza que os pacientes graves são de responsabilidade do enfermeiro. Com relação aos familiares se responsabilizarem pelo banho, foi afirmado 8 vezes, já que os estudantes devem ter esta idéia devido a ter sido comentando em sala-de-aula que em alguns países os familiares é que se responsabilizam pela higiene, pela troca de roupa e alguns cuidados elementares com o paciente. E não só por isso, mas deve-se considerar que a participação da família no processo da recuperação, e em caso da continuidade deste cuidado no pós-alta, é indispensável e, se já forem orientados previamente quanto ao cuidado, poderão realizá-lo sem maiores dificuldades. Esta consciência pode ser observada nas respostas reproduzidas a seguir.

### Comentários dos acadêmicos:

(A-28) *“A função do enfermeiro é supervisionar, administrar”;*

(A-4,9) *“Com os familiares os pacientes ficam menos constrangidos”;*

(A-3,6,27,30) *“Auxiliar: mais apto e preparado para este tipo de procedimento, mais contato”.*

Alguns negam que o banho seja função do enfermeiro, como pode ser constatado na seguinte fala:

(A-20,22) *“Eu estudo 4 anos em uma faculdade para ter que ficar dando banho? Para isso não precisa tanto sacrifício”.*

**Tabela 6:** Opiniões dos alunos sobre realizar o banho no leito durante a graduação.

OPINIÕES	<i>f</i>	%
Sim	24	75,00
Não	6	18,75
S/Resposta	2	6,25
TOTAL	32	100,00

Setenta e cinco por cento dos alunos são de opinião que o banho deve ser realizado durante a graduação e complementam:

(A-4,5,8,10,11,12,18,20,25,29,30,31,) “*Para aprendizagem e para poder orientar auxiliares e técnicos futuramente*”;

(A-16) “*Para aprender o benefício que um simples banho bem realizado pode oferecer a pessoas que são incapazes de realizá-los por si só*”;

(A-1,3) “*Banho + exame físico = maior contato com o paciente*”.

## 6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho, consolidamos a crença de que o banho no leito é um procedimento importante, embora não muito valorizado. Podemos citar inúmeros fatores que o tornam um procedimento de primeira necessidade: higienização do paciente, tornando-o livre de microrganismos patogênicos; conforto; sensação de alívio e leveza. Espera-se que haja maior incentivo dos docentes para que o acadêmico se aplique e aprimore cada vez mais este cuidado, e que ele também consiga ver os outros aspectos importantes, não deixando que o cuidado se torne mecânico e uma simples rotina.

Considerando as afirmações dos diversos autores quanto à importância da higiene corporal no indivíduo sadio e a intensificação deste cuidado no indivíduo doente, e, sendo esta uma atividade inerente à equipe de enfermagem, cabe ao enfermeiro supervisionar, avaliar o banho e, muitas vezes, participar deste cuidado para a realização do exame físico, para elaborar um plano de cuidados compatível com as necessidades individuais do paciente, bem como estabelecer um relacionamento terapêutico que favoreça a comunicação de orientações salutarres. Estas capacidades de participação, supervisão e avaliação necessitam de um preparo durante a vida acadêmica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAÚJO, Maria José Bezerra de. **Técnicas fundamentais de enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1980, p.188.
2. BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. **Enfermagem médico-cirúrgica**. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.
3. CLARKE, Margareth. **Manual prático de enfermagem**. 13.ed. São Paulo: MANOLE, 1986.
4. FUESRT, Elionor V.; Wolf, Luverne; WEITZEL, Marlene H. **Fundamentos de enfermagem**. 5.ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1977.
5. HORTA, Vanda de Aguiar. **Processo de enfermagem**. São Paulo: E.P.U., EDUSP, 1979.



6. OGASAWARA, Mizue. **Banho no leito: uma contribuição ao enfermeiro baseada na percepção do paciente/cliente.** Rio de Janeiro, 1989. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery/ UFRJ.
7. SOUZA, Elvira De Felice. **Novo manual da enfermagem.** 6.ed. Rio de Janeiro, 1978.

## ANEXO 1

**1-) Você gostou de dar banho no leito?**

sim  não

Por que?

**2-) O banho no leito é um procedimento:**

importante para o aluno se desenvolver  não é importante

Por que?

**3-) Você estava preparado(a) para a realização do banho no leito?**

sim  não

Por que?

**4-) Como se sentiu dando o 1º banho no leito?**

realizado  pena do paciente  medo  tenso

constrangido  vontade de desistir do curso

muitas dúvidas  indiferente  sensação de ajudar o próximo

desagradável  aversão, repulsa  fazer da melhor forma possível

outros: \_\_\_\_\_

**5-) Na sua opinião, o banho no leito no hospital deve ser dado por:**

enfermeiro  auxiliar  técnico  familiares do paciente

outros: \_\_\_\_\_ Por que?

**6-) O aluno de graduação de Enfermagem deve dar banho no leito?**

sim  não

Por que?

**7-) Apresente sugestões para realização do banho no leito na disciplina de Fundamentos de Enfermagem:**

---

---





## O PROCESSO GRUPAL EM ENFERMAGEM COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

*\* Andréia Bendine Gastaldi*

*\* Alda Ap. Mastelaro Hayashi*

### RESUMO

Este artigo enfoca o processo grupal como uma estratégia de promoção da saúde a ser desenvolvida pela enfermagem. Além de considerar a importância da promoção da saúde, no contexto deste início de milênio, explora o conceito de grupo e a necessidade de preparo do profissional para desenvolver tal atividade.

**PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Grupo; Promoção da Saúde.**

### ABSTRACT

The present article focuses the group process as a strategy of health improvement to be developed by the nursing team. Besides considering the importance of the health improvement in the context of the health environment in this beginning of milenium it inquires the concept of group and the need of professional instruction to develop this action.

**KEY-WORDS: Nursing; Team; Health Improvement.**

### INTRODUÇÃO

A promoção da saúde é, neste início de milênio, um dos mais importantes desafios a ser enfrentado pelos profissionais da área da Saúde. Não se concebe mais a idéia de investir recursos e tecnologia somente em cura e tratamento - como se pudéssemos ler o clássico bordão ao contrário: "é melhor remediar do que prevenir"- mas almeja-se uma política de saúde pautada no paradigma da promoção da saúde, onde realmente cada indivíduo tenha acesso e direitos iguais ao poder se conhecer e auto cuidar-se.

---

\* Docente do Curso de Enfermagem da UniFil.

Mestre em Assistência de Enfermagem pelas FSC/UFPR.

E-mail: [gastaldi@sercomtel.com.br](mailto:gastaldi@sercomtel.com.br)

[alda@dilk.com.br](mailto:alda@dilk.com.br)

A Educação em Saúde, uma das estratégias para a promoção da saúde, e que também pode ser direcionada à doença e à recuperação, constitui uma importante função da enfermagem e, portanto, os enfermeiros devem estar preparados para assumir essa tarefa. No entanto, o que se observa são práticas ultrapassadas, que não atingem o indivíduo, assegurando-lhe uma possibilidade de mudança de atitude.

Segundo NASCIMENTO & REZENDE (1988) a Educação para a Saúde sempre foi desenvolvida como um conjunto de medidas para induzir as pessoas a adotarem atitudes tidas como desejáveis para a promoção da saúde e a prevenção da doença, utilizando-se para isso, porém, de metodologias tais como orientações, aulas e demonstrações, geralmente com conteúdos estritamente teóricos e desvinculados da realidade e das necessidades da população. FIGUEIROA (1997) discorrendo sobre o papel do educador em saúde, afirma que este deve estar preparado tanto na área específica do seu desempenho profissional, como também possuir conhecimentos de educação, ética e postura filosófica, que lhe permitirão responder às necessidades de aprendizagem dos usuários e também respeitar a livre vontade dos mesmos em relação a aceitar ou não, o que lhes é apresentado.

Tais considerações nos levam a refletir sobre o papel dos grupos como uma estratégia na promoção da saúde, já que esta prática tem se expandido na enfermagem como um recurso a ser utilizado pelos enfermeiros para alcançar seus objetivos referentes ao processo educativo.

O enfermeiro já possui uma certa “prática”, uma vez que desenvolve suas atividades, rotineiramente, dentro de uma equipe; porém, não podemos afirmar que todos estão devidamente preparados para enfrentar as dificuldades inerentes ao desenvolvimento do processo grupal.

O presente artigo tem, portanto, o objetivo de tecer algumas considerações sobre esta prática na enfermagem, assim como, auxiliar a compreensão por parte do enfermeiro, do seu papel na condução do grupo.

## **EXPLORANDO O CONCEITO DE GRUPO**

Mas o que é necessariamente um grupo? De onde vem a necessidade de estar em grupo? O DICIONÁRIO BRASILEIRO GLOBO (1996) define grupo como “conjunto de objetos que se podem abranger com um lance de olhar; reunião de coisas que formam um todo; certo número de pessoas reunidas; pequena associação; ajuntamento”. Porém, nem sempre um ajuntamento constitui um grupo propriamente dito, e é este aspecto que se pretende abordar.

Percorrendo a literatura sobre o tema percebe-se que o Homem é um ser social por natureza e não concebe a idéia de estar só. Referências a esta característica são encontradas já na Bíblia, quando Deus criou o homem e a seguir a mulher para que se reproduzissem e povoassem a Terra.

A maioria das atividades que desenvolvemos cotidianamente realizam-se nos grupos dos quais participamos. São microsociedades que estabelecemos através de relações com nossos familiares, colegas de trabalho, comunidades religiosas ou outras, a partir de afinidades que temos com outras pessoas, sejam estas emocionais, culturais, econômicas, ou de outra natureza.

A formação de grupos tem sua explicação na constante necessidade do Homem em relacionar-se com o outro. Para ZIMERMAN (1993) o ser humano é gregário e só existe em função de seus inter-relacionamentos grupais. Sempre, desde o nascimento, ele participa de diferentes grupos, numa constante dialética entre a busca de sua identidade individual e a necessidade de uma identidade grupal e social.

De acordo com GAHAGAN (1976, p.82) “...um conjunto de pessoas é um grupo quando suas atividades se relacionam mutuamente, de uma forma sistemática, para um determinado fim”. Assim, podemos perceber que um determinado número de pessoas reunidas não forma necessariamente um grupo. Deve existir uma inter-relação entre elas para que então possa ser considerado um grupo.

Para ZIMERMAN (1993), é importante ainda que se diferencie os grandes dos pequenos grupos e, para estes últimos, também se deve considerar a distinção entre um grupo propriamente dito e os chamados agrupamentos. Por agrupamento entende-se um conjunto de pessoas que convivem, partilham um mesmo espaço, guardam entre si uma certa valência de inter-relacionamento e uma potencialidade em vir a se constituir um grupo propriamente dito. Essas pessoas compartilham um mesmo interesse, sem qualquer vínculo emocional entre elas, até que algo possa modificar toda a configuração grupal. A finalidade do grupo dependerá de quais respostas se pretenderá buscar e, a partir daí, o autor enumera uma extensa lista de diferentes tipos de modalidades grupais.

Ainda com relação à finalidade, ROGERS (1994) afirma existirem inúmeras designações para grupo, tais como: grupos de encontro, de treino de sensibilidade, centrado na tarefa, de percepção sensorial, de criatividade e outros.

FONSECA (1988) considera como microgrupos aqueles nos quais todos os participantes estão em contato face a face uns com os outros e têm uma possibilidade direta de relacionamentos interpessoais. O mesmo autor ressalta, ainda, que ao pensarmos o grupo como configuração social humana, é importante que atentemos para o papel de mediação que ele desempenha entre o todo

social e a particularidade do indivíduo. O grupo é uma configuração social intermediária que articula a realidade da esfera do indivíduo com as dinâmicas macrossociais. Quando inserido em um grupo, o indivíduo reproduz nele sua realidade sócio-histórica. É imprescindível, portanto, que se tenha claro o contexto de cada integrante do grupo, pois é esse contexto que determinará os objetivos, as estratégias e, conseqüentemente, o sucesso do grupo.

É importante que o líder ou facilitador tenha bem claro que tipo de mudanças pretende, que tipo de técnicas deverão ser aplicadas e para que tipo de pessoas, por qual tipo de facilitador e sob quais condições (ZIMERMAN, 1993). Conforme ROGERS (1994, p.18) “...o facilitador é a pessoa que cria condições para que se desencadeiem e se desenvolvam os processos de crescimento da pessoa, do grupo ou das organizações”. O mesmo autor afirma, também, que é responsabilidade do líder ou facilitador, em primeiro lugar, a facilitação da expressão dos sentimentos e pensamentos por parte dos membros do grupo.

Para ELSÉN (1982) que analisou a relação entre os grupos de auto-ajuda e os profissionais da saúde, existem dois tipos de grupos de acordo com a proposta dos mesmos: um está voltado para o aspecto comportamental de seus membros, visando modificar comportamentos e atitudes; o outro destina-se a ajudar os seus membros a enfrentar situações de crise em suas vidas. Não me parece, entretanto, que possa haver essa divisão, pois em um mesmo grupo, os membros podem ajudar-se no enfrentamento de crises e assim modificar comportamentos e atitudes através de uma prática educativa que permeie esta inter-relação.

Seja qual for o tipo de grupo no qual o enfermeiro estiver trabalhando, para melhor entender e, conseqüentemente, desenvolver seu papel no grupo, ele deverá buscar conhecimentos e realizar estudos nessa área, já que muitos cursos de graduação não oferecem formação para este tipo de atividade.

## **A ENFERMAGEM E O TRABALHO COM GRUPOS**

De acordo com MUNARI (1997) a Enfermagem, no Brasil, tem utilizado o trabalho em grupo nas suas diversas áreas, tendo sido a subárea de Enfermagem de Saúde Pública, na década de 70, a pioneira na publicação dos resultados de suas investigações na assistência a gestantes. A partir de então, diversas populações têm sido atendidas através de atividades grupais, como diabéticos, hipertensos, pessoas com problemas de locomoção, com hanseníase, obesidade, dentre outros. Entretanto, nem sempre estas atividades, apesar de denominadas

como grupo, podem ser consideradas como tal, pois estão vinculadas a algum tipo de atendimento médico, onde a participação é condicionada à distribuição do medicamento.

Segundo TRENTINI, TOMASI & POLAK (1996), a formação e a condução dos grupos por parte da enfermagem deve constituir um espaço onde se possa desenvolver, de forma saudável, ações de ensino-aprendizagem e de enfrentamento de situações estressantes. DIAS, TRENTINI & SILVA (1995) declaram ser possível construir em grupo, processos apropriados de enfrentamento, através do trabalho coletivo como gerador e propulsor de forças saudáveis. As autoras consideram, ainda, que mesmo se encontrando numa situação crônica, as pessoas podem ser saudáveis, desde que o contexto onde vivem favoreça condições dignas de vida a que têm direito como cidadãos. Deve-se acreditar que, mediante uma situação crônica de saúde, a convivência em grupo representa a melhor estratégia para o enfrentamento de tal situação.

Para MUNARI & RODRIGUES (1997), o enfermeiro que trabalha com grupos deve estar preocupado em facilitar situações que tragam benefícios terapêuticos para o grupo e não em solucionar prontamente os problemas. MORENO (1993) afirma que o enfermeiro deve estar consciente de sua função de facilitador, direcionando as ações e auxiliando nas discussões, de forma que cada integrante do grupo seja o agente terapêutico do outro.

Para se alcançar o propósito da formação e condução de um grupo, é importante que se considere alguns fatores que certamente terão influência no sucesso do mesmo. ROGERS (1994) descreve fracassos, desvantagens e até riscos no desenvolvimento dessa atividade. O primeiro risco estaria relacionado aos efeitos não muito duradouros do processo de grupo, ou seja, as transformações de comportamento, quando existem, não perduram. Explica-se pelo fato de que, talvez, *“...a experiência de grupo não é um modo de vida, mas um ponto de referência”*. Outro risco envolve o comprometimento com os problemas alheios para os quais, muitas vezes, a pessoa não está preparada. Esta situação, entretanto, pode ter seu aspecto positivo se, para a resolução desses problemas, concorrerem a união e o apoio construtivos. Apesar dos riscos, o processo grupal constitui-se, segundo esse mesmo autor, quanto aos resultados, em algo fantástico.

Portanto, o enfermeiro que se propõe a desenvolver esse tipo de trabalho, deve estar consciente de sua responsabilidade enquanto líder do grupo e, conseqüentemente, preparado para os riscos e os fracassos que possam surgir nessa caminhada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As idéias levantadas até aqui, permitem afirmar que o processo grupal é uma importante estratégia a ser desenvolvida pelos profissionais da saúde, em particular pelo enfermeiro, para a promoção da saúde.

As experiências desenvolvidas até então constituem um referencial que confirma ser este tipo de atividade bastante produtivo e com possibilidades de aplicação em diversas populações. Entretanto, deve-se considerar, também, que a enfermagem pouco tem investido na formação de seus profissionais para o desempenho desta prática. O enfermeiro, por sua vez, tem se lançado nas ações de grupo com pouca ou quase nenhuma experiência, e poucos trabalhos nesta área têm sido publicados, o que sugere repensar a formação do enfermeiro e também investir em estudos que venham colaborar na construção de um conhecimento mais alicerçado.

Não podemos deixar de considerar por fim que tal prática é realizada com seres humanos, em sua maioria fragilizados por uma situação de doença, que apostam em soluções e que buscam uma melhor qualidade de vida nas atividades em grupo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DIAS, Lygia P. M.; TRENTINI, Mercedes; SILVA, Denise G. V. da. Grupos de convivência: uma alternativa instrumental para a prática da enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v.4, n.1, p. 83-92, jan./jun., 1995.
2. ELSÉN, Ingrid. **The relationship between self help groups and health professionals**. San Francisco, 1982. (Texto digitado).
3. FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso P.; GUIMARÃES, S. M. **Dicionário Brasileiro Globo**. 42.ed. São Paulo: Globo, 1996.
4. FIGUEIROA, Alejandria A. Livre vontade do usuário frente à educação em saúde. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v.6, n.3, p.131-147, set./dez., 1997.
5. FONSECA, Afonso H. L. da. **Grupo: fugacidade, ritmo e forma - processo de grupo e facilitação na psicologia humanista**. São Paulo: Ágora, 1988, 187p.
6. GAHAGAN, Judy. **Comportamento interpessoal e de grupo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.



7. MORENO, Jacob L. **Psicoterapia de grupos e psicodrama**. 2.ed. Campinas: Psy, 1993, 298p.
8. MUNARI, Denise B. Processo grupal em enfermagem: possibilidades e limites. **Rev. Bras. Enf.**, Brasília, v.50, n.1, p.3-16. jan./mar., 1997.
9. MUNARI, Denise B.; RODRIGUES, Antônia R. F. **Enfermagem e grupos**. Goiânia: AB, 1997, 114p.
10. NASCIMENTO, Estelina S. do; REZENDE, Ana L. M. de. **Criando histórias, aprendendo saúde**. São Paulo: Cortez, 1988. 68p.
11. ROGERS, Carl R. **Grupos de encontro**. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994, 165p.
12. TRENTINI, Mercedes; TOMASI, Neusi; POLAK, Ymiracy. Prática educativa na promoção da saúde com grupos de pessoas hipertensas. **Rev. Cogitare Enferm.**, Curitiba, v.1, n.2, p.19-24, jul./dez., 1996.
13. ZIMERMAN, David E. **Fundamentos básicos das grupoterapias**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.